

SUBVERSÃO INTERNACIONAL



*Proletários de todos os países
deixemos de o ser*

Todos os artigos publicados nesta revista podem ser livremente reproduzidos, mesmo sem indicação da fonte.

A regra que preside à feitura desta revista é a elaboração colectiva, assumindo o grupo que a edita a responsabilidade do que afirma, não sendo por isso os artigos assinados. Nela há no entanto lugar para textos de carácter individual, sendo estes quer contribuições de pessoas que não fazem parte do colectivo quer trabalhos individuais que elementos do colectivo sejam conduzidos a fazer.

SUBVERSÃO INTERNACIONAL

Nº 3 Apartado 2500
Lisboa 2

- 3 . Da falência da extrema esquerda ou de como é necessário ser-se inconformista para se ser revolucionário
- 5 . Do terrorismo em Itália: as Brigate Rosse e o seu tempo
- 17 . Da comunidade primitiva ao primitivismo do Engate, parte II
- 21 . O sexo da revolução
- 26 . Correspondência
- 27 . Alice Corinde: Fragmentos da Matança do Porco
- 29 . Socialismo alentejano
- 39 . Prisão comum: depoimento
- 43 . Delinquência/Revolta
- 44 . Anarquismo na região portuguesa
- 47 . Para uma biblioteca da revolução social
- 49 . Fernando Pessoa: Textos de Inconformismo (Análise da vida mental portuguesa)
- 53 . Notas & Apontamentos
- 55 . Resenha de gazetas

Toda a correspondência para
Apartado 2500 Lisboa 2

Os pagamentos devem ser endereçados
a J. M. Carvalho Ferreira
Apartado 2500 Lisboa 2

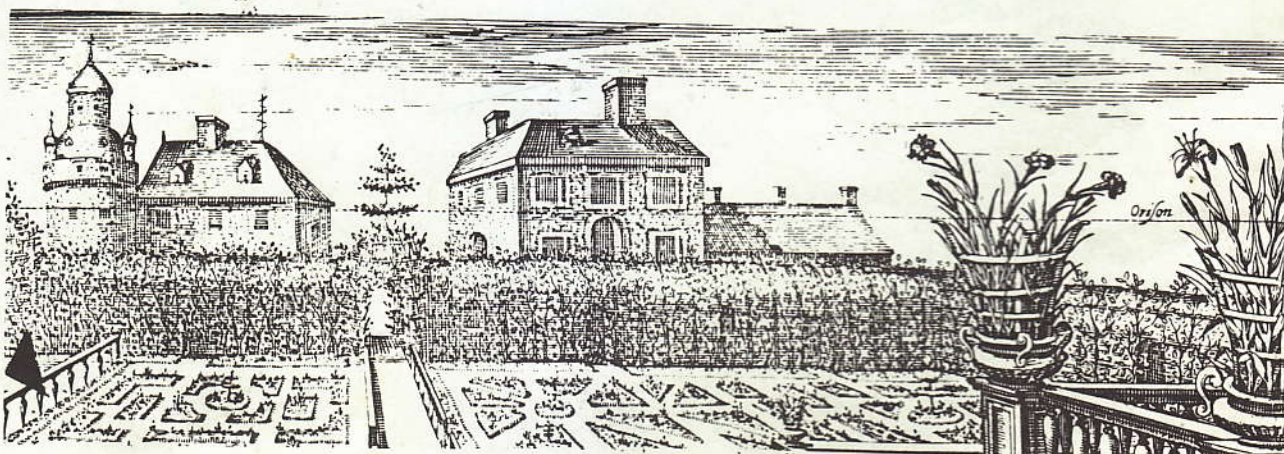
Leitor:

O nosso século é este: o das luzes da farsa universal,
a que ilumina a dança macabra duma suprema liberdade: comprar
e vender-se tudo. A alternativa que a lógica que o domina nos impõe,
só uma: produzir para a reproduzir.

De resto, é comer e calar.

Por um lado, estamos já a caminho de ser os robots ideais.

Moras este tempo, porque nos devora, e porque quer devorar o espaço disponível,
introduz e propaga a revolução no mundo, correndo o risco de o tornar
o mundo da revolução...



Lisboa, Outono de 1978

PREFÁCIO

O que valerá uma revista, um objecto como este que fazemos? Há quem — gente da nossa igualha, ou de nós próxima — nos diga (sem deveras no-lo dizer): Coisa nenhuma. Ou então: Que vos faça bom proveito. Ou, ainda, quem prefira responder cepticamente, perguntando: O que vale a 'teoria', o 'discurso escrito'?

Note-se: o que nos possam dizer não é para nós inútil, mesmo que seja 'desagradável' ou cínico: tomamo-lo a sério. Mas nisto que nos dizem sem no-lo dizer há duas atitudes que não perfilhamos. Primeira, a da descrença, feita duma certa exaustão de experiências falhadas e duma certa, digamos, má consciência sobre essas experiências falhadas: e assim, o que nesta atitude, para ela, está em causa, não é o meio de que lançamos mãos (a intervenção teorizante), mas sim uma mudança de perspectiva em relação ao 'pensar a revolução' — porque para esta primeira atitude nós permanecemos no campo da intervenção tradicional, 'a fazer o que sempre se fez'. O que ela, como 'corrente' difusa, propõe, é realizar hoje, já, sem a revolução, a ideia de revolução, para isso negando o 'militantismo'. Trata-se, sem dúvida, duma atitude sã relativamente ao campo da Política (a esquerda e a extrema-esquerda), que esta 'corrente' justamente identifica com uma nova/velha alienação. Mas os caminhos por onde se introduz, julgando inovar, não nos parece que lhe permitam uma saída, um desbloqueamento: porque o único caminho que se lhe depara é o da 'especialização' (ecológica, por ex.). O problema é este: não é possível criar a sociedade revolucionária sem a revolução — e esta não se limita aos problemas da ecologia, nem do feminismo, nem da droga consciente, nem das 'comunidades'.

A segunda atitude tão-pouco é mais feliz, ao pensar que está tudo dito, ao descrever do que gente como nós pode valer para dizer 'algo mais', ao julgar que continuamos a trilhar a via de proponentes duma ideologia salvadora, ao negar como obsoleto o 'discurso escrito'. A nossa preocupação não reside em criar uma tá-bua teórica de salvação, nem nos interessa fazer o elogio da escrita como realização individual. Trata-se de algo bem mais comezinho: pela nossa situação de facto — a de indivíduos que têm como exigência o que não será palpável: a subversão da sociedade de classes, a realização do comunismo — não somos integráveis no que entre nós existe como (aparente) movimento de luta contra a sociedade existente. Ao mesmo tempo, ainda se não manifesta no terreno da sociedade, em esforço colectivizado de intervenção prática, um movimento de ruptura social a que possa-

mos aderir. Há esforços que se manifestam, sem dúvida, porém ao mesmo nível que o nosso: o de pequenos colectivos que não conseguem sair do contexto de grupos de edição. E sendo assim, e porque nos não identificamos inteiramente com o que exprimem estes camaradas, procuramos exprimir-nos pelo nosso lado, à nossa maneira. Quando o movimento prático de revolta revolucionária não existe, é esta a situação comum: cada grupo, mesmo estando teoricamente próximo dos outros, vive dos outros separado, porque a situação real o não obriga ou não inclina a um agrupamento. O que não quer dizer que não possa haver uma determinada colaboração pontual entre eles.

§ § §

Não somos, nem queremos ser, ideólogos — isto é, proprietários de ideias. Mas não nos demitimos de manifestar, quando possível, as exigências que nos animam, e que no fundo serão a nossa razão de ser. Não é por sabermos que não são exigências populares que vamos deixar, podendo, de as assinalar: são as nossas, e tanto nos basta. Nem andamos em busca de êxito fácil, nem à viva força queremos ser 'marginais'. Se o somos — como muitos outros — é porque a isso somos constrangidos, por não abdicarmos duma certa coerência, daquilo que nos move.

E o que é que nos move? São certas certezas, por experiência adquiridas. Certezas de conteúdo: Que o movimento contra esta sociedade precisa, para poder realizar-se, de possuir a noção da que lhe vai substituir. Certezas de forma: Que os meios por que o fará não podem ser os da dependência



mental, os da utilização de meios alienados de luta.

Mais concretamente: o que um movimento subversivo terá de substituir à sociedade existente não são novas formas desta sociedade (as que nomeadamente a esquerda e a extrema-esquerda propõem), mas uma sociedade sem trabalho assalariado, sem capital. A forma como este movimento se organizar será já o espelho directo do conteúdo dessa sua exigência de base.

Se o movimento real (aquele que consegue existir de facto) apenas exige 'um capitalismo mais justo' - melhores salários, melhores condições do trabalho remunerado pelo capital privado ou estatal, melhores condições gerais desta existência alienada -, isso significa que os meios de que se dota para alcançar tais objectivos são necessariamente os do conformismo político: e continuará portanto a ter confiança nos partidos políticos e nos sindicatos, órgãos precisamente destas reivindicações reformadoras nos quais o proletariado delega a condução da estratégia e das táticas - os partidos políticos e os sindicatos (suas correias de transmissão) pensarão por ele, falarão por ele, agirão por ele.

§ § §

Por agora, pelas nossas bandas, o que sobremaneira existe é o movimento do reformismo social: os trabalhadores, na sua qualidade de mão-de-obra, reivindicam um capitalismo menos duro, que ofereça maiores 'regalias' materiais. Daí o papel fundamental dos organismos reivindicativos nisso especializados, expressão directa de tais necessidades. A situação só poderá modificar-se no sentido subversivo da revolução social quando a lógica produtiva que domina o nosso tempo ('time is money', tempo é dinheiro) puder ser posta em causa: quando o trabalhador assalariado, em vez de colocar como exigência primeira a melhoria do seu estatuto de assalariado, se interrogar negativamente sobre aquilo que é conduzido a fazer, e formular como exigência mínima deixar de fazer aquilo que, como classe proletarizada, é obrigado a fazer.

O que profundamente queremos não é que o capital, privado ou estadizado, se democratize e nos pague melhor; o que queremos é que os nossos esforços e as nossas inteligências deixem de poder ser comprados pelo capital, como força de trabalho para a sua reprodução. O que queremos é que a nossa actividade deixe de ser mercadoria, e que o conjunto das nossas faculdades e talentos (abolindo o totalitarismo do valor de troca, e extinguindo o mercado) comecem por servir para responder às necessidades sociais práticas hoje manifestas - através da acção de indivíduos iguais em direitos e em deveres.

Enquanto este discurso não for o discurso do movimento proletarizado** real, os indivíduos como nós estarão fora dele, para poderem

afirmar e repetir precisamente este discurso. E nessa medida serão - seremos - não só minoritários mas mais do que isso: 'marginais'.

* Não se trata de repetir, trata-se de continuar, nas nossas condições, um esforço empreendido antes de nós.

** A consciência da proletarização é aquilo que começa por definir o indivíduo revolucionário moderno. A proletarização não se confina ao operário fabril clássico; o movimento do capital, ao desenvolver-se tecnologicamente através da divisão social do trabalho, socializou simultaneamente a proletarização, atingindo outros extractos sociais até então considerados fora do proletariado (trabalhadores dos serviços ou improdutivos). A antiga hierarquia funcional das relações sociais de produção capitalistas, com o desenvolvimento das técnicas, reformulou-se, sendo algumas desmoronadas. A despossuição dos meios de produção, o nivelamento de salários de baixo nível e a consequente sobrevivência ao mínimo de subsistência vital, o embrutecimento e a estupidificação produzidos pelo trabalho moderno, caracterizam as modificações que sofreu a condição do proletariado moderno. A massificação da condição proletária aqui referida conduz pois a globalizar o conceito de proletário ao nível de todos quantos trabalham em fábricas, hospitais, escritórios, campos, os que têm de recorrer a 'biscatos' e ao trabalho temporário, bem como os desempregados.

A revolta deste indivíduo proletário provém da noção de alienar a actividade assalariada que realiza, seja ela qual for, à reprodução das relações capitalistas de existência. Por antes de mais nada reconhecer a sua miséria (que é a do conjunto dos indivíduos proletarizados) e não a dos outros, é que se manifestará revolucionariamente, associando-se para esse fim aos seus iguais. O que o mobiliza contra a sociedade não é um qualquer messianismo (lutar pelos outros: pelos 'pobres', pela 'classe operária', etc.): é um lutar por si mesmo, para si mesmo, pela sua individualidade, com os outros. O capital valoriza-se 'desvalorizando' as relações humanas; a sua acção é dissolvente. Mas ao fazê-lo cria a consciência social daquilo que tem de continuar a fazer enquanto capital, da ausência que suscita, - e, não sendo os indivíduos redutíveis à existência de máquinas sem capacidade crítica, e jogando ainda a seu favor o instinto da vida, o movimento do capital não é senhor de si, e pode ser suspenso, com isso criando o terreno da subjectividade revolucionária que permitirá negá-lo na prática.

Da falência da extrema-esquerda



'De omnibus dubitandum' ('É preciso duvidar de tudo') - divisa preferida de Marx, em resposta a suas filhas Jenny e Laura

A história da extrema-esquerda entre nós, quando for feita, não deixará de se revelar útil para a compreensão do tempo que a produziu, e daquilo que este tempo não soube nem pôde formular contra o tempo-enquanto-capital. Mas, desde já, a arrasada falência em que hoje se move a extrema-esquerda na região portuguesa - que à primeira vista pode parecer um sinal negativo (encarado como sinónimo de desmobilização) - revela aquilo a que se pode chamar uma crise salutar, tal como o foi a crise do PC a partir de meados dos anos 60.

Tem-se com efeito apoderado de muito boa gente militante a consciência de que a extrema-esquerda constitui apenas um resíduo neo-messiânico do passado (uma renovação do PC), envolto embora por vezes em roupagens modernas - e vai-se tornando claro para um número crescente de indivíduos que a extrema-esquerda na realidade representa a religião dramatizada da Política, com seus mistérios não profanáveis, suas liturgias aos deuses da Sagrada Ideologia, seus rituais místico-comicóticos. Por outras palavras: a malta cansou-se daquilo que nunca deixou de ser o exercício espectacular duma frustração. E em boa hora o fez, para procurar passar adiante - tal como os revolucionários de 64 o fizeram em relação ao PC.

Hoje, fundamentalmente, resta da extrema-esquerda a organização que soube adaptar-se aos novos tempos da democracia, com um deputado no parlamento e a assunção de um reformismo populista que cai bem em certas franjas das 'classes laboriosas'. Há, por certo, outras organizações com tão promissor futuro, mas enquanto não dispuserem de um deputadinho para defender o povo ignaro e desprotegido não poderão ombrear com a grande e estalinista UDP/PCP(R), que inegavelmente lidera o nosso folclore político.

§ § §

A normalização posterior ao 25 de Novembro de 1975 parece ter criado dois tipos de situações no seio da extrema-esquerda: fez, por um lado, 'rigidificar' certos elementos organizados, que com unhas e dentes exasperaram a sua 'defesa da ortodoxia' (1); e, por outro, conduziu à radicalização, nas suas exigências, quer de perspectivas quer de funcionamento, de um número considerável

de ex-militantes de extrema-esquerda, levando-os a rejeitar os cânones tradicionais da intervenção e do modo de se organizarem, constituindo estes hoje a notável legião dos inorganizados em busca de estruturas e de um relacionamento político não alienados.

A risível mentalidade 'vanguardista' (de vã guarda) dos verdadeiros e únicos 'partidos da classe operária' terá pois sofrido um útil golpe - e útil porque dele sairá necessariamente outra coisa que não o reiterado elogio politicesco de uma entidade mítica: 'o verdadeiro partido da classe operária'. Agora é já preciso, para se avançar, sair desse território ideológico em que nascem e crescem os mandarins do 'proletariado' (cf. nota no Prefácio a este nº de S.I.).

O terreno a pisar terá de ser forçosamente outro, para ser outra coisa: não mais o da missão e dos missionários, que se colocam 'ao lado do povo' assumindo beatificamente essa separação que os faz ser (ou, com mais frequência, querer ser) dirigentes políticos, e isto muito simplesmente porque a luta contra a alienação não pode ser assumida através de formas alienadas, não mais essa torpe mentalidade de 'funcionários' de um partido, mas sim a procura da criação de espaços para a liberdade sem fronteiras nem polícias-na-cabeça (e antes de mais para a afirmação de que não há limites para a crítica), espaços estes, de discussão e de acção, marcados pelo irrespeito e pela não-diplomacia. É necessário acabar com essa 'seriedade' de pacotilha - tão portuguesa - que rima com senilidade. É preciso também acabar com a má consciência dos que se mobilizam cristãmente pelos outros, e não por si mesmos, em acto de mortificado 'sacrifício' neo-religioso. Mas isto só acontecerá quando este tipo de militantes que hoje rejeitam a via sacra e certinha do 'verdadeiro partido' assumir revolucionariamente a sua própria miséria social e existencial, deixando de ver apenas, aristocraticamente, a miséria 'dos outros'.

§ § §

Dentre as energias e capacidades para se prosseguir na abertura de perspectivas revolucionárias hoje formuláveis, os elementos aharquistas

têm potencialmente um papel não negligenciável — desde, porém, que saibam sair das suas posições de 'anarquistas fechados', ainda muito marcados pelo passado da velha geração anarco-sindicalista, cujos limites se cristalizam na defesa dramatizada de uma ortodoxia que se tem por demais prolongado e que exprime, hoje, reacções de um outro tempo. Em particular, o seu antimarxismo não raro assanhado revela preocupações de lutas 'capelistas' que são verdadeiras velharias.

É entretanto preciso dar-mo-nos conta disto: o 'movimento revolucionário' não se apresenta nunca límpido e homogêneo, é mesmo constituído por diferentes fracções de indivíduos, umas mais radicais e avançadas, nas suas exigências, do que outras. Dito isto, porém, é indispensável afirmar a existência de um substrato mínimo de ideias-força que assinala, na sua heterogeneidade, o que possa ser um 'movimento revolucionário' (comunista ou anarquista) nas metrópoles: sendo-lhe interdito, para o ser, qualquer elogio, por ex., do nacionalismo (2), das revoluções feitas 'em nome' do proletariado, da dependência dos trabalhadores em relação às instâncias que os 'representam', do trabalho assalariado, dos poderes separados.

Um movimento revolucionário como este só se constitui, de resto, após ter feito o balanço daquilo que o precedeu, e nomeadamente a crítica das revoluções proletárias do passado, assumindo a defesa do que de mais radical produziram e fomentaram para depois delas, e nunca as formas institucionais em que se cristalizou o seu insucesso — de que o poder bolchevique, na Revolução Russa, é o exemplo mais acabado.

§ § §

Não se pode dizer que está tudo por fazer, agora que se assiste a uma certa decomposição salutar daquilo que foram as ideias dominantes do 'movimento revolucionário' de 74-75 na região portuguesa, após a abertura: essas ideias dominantes, exprimidas pelo PC e pela extrema-esquerda, só o puderam ser em virtude das próprias debilidades do movimento social proletário — o político, grosso modo, correspondeu ao social. Há agora que fazer o balanço de uma época, e das ideias, limitadamente revolucionárias, que nessa época dominaram: o que muitos julgaram ser 'a revolução' foi apenas um ténue anúncio dela. Se o passado pesa por vezes demais, em certas cabeças, como momento sacralizado do que se julgou ser 'a revolução', ele só deixa de ter esse peso que cega quando se desmonta o lado sacro do que realizou, bem como a própria ideia (limitada) que então da revolução fizeram os seus protagonistas — no nosso caso, o operariado em movimento e os seus 'apoiantes' encartados.

¹ Sintomaticamente, até num grupo como A Comuna/Teatro de Pesquisa (Lisboa) isto pôde verificar-se: depois de ter produzido uma actividade em larga medida inconformista (cujo expoente foi a peça Fogo!, com a sua crítica por vezes feroz da vida quotidiana do próprio operariado), muda nitidamente ao encenar A Mãe, de Brecht, trabalho militante de cariz (hoje) tipicamente obreirista, mais voltado para o passado do que sem dúvida A Comuna julgara.

² Uma das debilidades teóricas mais visíveis nos indivíduos de extrema-esquerda — e nomeadamente nos artistas da nossa praça, em particular nos cantores — consubstancia-se pre-

cisamente na assunção do nacionalismo, mais fortemente nos nacionalismos terceiro-mundistas, mas também no sempre revigorado, benza-o Deus, nacionalismo lusitano.

marx anarquista

etcétera
barcelona



Apartado de Correos 1363



crítica de la política

Karl Marx, GLOSAS MARGINALES AL ARTICULO 'EL REY DE PRUSIA Y LA REFORMA SOCIAL' - POR UN PRUSIANO / 15\$00

Colectivo, UN MUNDO SIN DINERO: EL COMUNISMO / Três brochuras, cada 20\$00

Amadeo Bordiga, LA ILUSIÓN DEMOCRÁTICA / 15\$00

Maximilien Rubel, EL ESTADO VISTO POR KARL MARX / 20\$00

Maximilien Rubel, MARX ANARQUISTA / 40\$00

Etienne de la Boétie, DISCURSO SOBRE LA SERVIDUMBRE VOLUNTARIA O EL CONTRA UNO / 35\$00

crítica de la vida cotidiana

Colectivo Margen, SOBRE LA DELINCUENCIA / 20\$00

historia crítica

REPRODUCCIÓN FACSIMIL DEL PERIÓDICO 'EL AMIGO DEL PUEBLO' Y DIVERSAS OCTAVILLAS Y TEXTOS DE 'LOS AMIGOS DE DURRUTI' / 160\$00

'Bilan', TEXTOS SOBRE LA REVOLUCIÓN ESPAÑOLA - 1936-1938 / Profusamente ilustrada, 70\$00

Pedidos para Apartado 2500 - Lisboa 2 ou Apartado de Correos 1363 - Barcelona (nes-te último caso pagar em pesetas, por vale postal internacional). Ou procurar nas livrarias OPINIÃO, R. Nova da Trindade, 24 Lisboa, CONTRA A CORRENTE, R. da Atalaia, 204 - Lisboa 2, ou ASSIRIO & ALVIM, Centro Comercial Terminal do Rossio, Lisboa.





Do terrorismo em Itália

As Brigate Rosse e o seu tempo

Este texto constitui, em parte, uma longa resposta de camaradas italianos de Firenze, da revista *Collegamenti per l'organizzazione diretta di classe* a algumas questões de um membro do nosso colectivo. Foi redigido nesta forma pelo nosso camarada C. Reeve, que acrescentou àquela resposta outros elementos de informação e análise.

I. UM MOVIMENTO DIVERSIFICADO

Quando se fala dos grupos armados em Itália é preciso, antes de mais, sublinhar a amplitude deste fenómeno e, também, precisar as diferentes tendências em presença. Durante o Verão de 1977 a Polícia italiana dizia ter identificado cerca de uma centena de grupos armados, dos quais apenas quatro ou cinco considerados 'estáveis', sendo os outros grupos 'variáveis'. Por volta de finais de 1977 havia nas prisões mais de 300 militantes de grupos armados, dos quais 152 brigadistas (1). Segundo o PCI, o balanço das acções destes grupos 'durante o primeiro semestre de 1978 era de 1487 atentados (23 mortos e 318 feridos). 337 destes atentados foram reivindicados por 137 grupos diferentes (115 de esquerda e 22 de direita), dos quais 58 pelas Brigadas Vermelhas (BR)' (2). Na sua quase totalidade, estes grupos são de raiz ideológica leninista, representando as BR a tendência marxista-leninista mais ortodoxa, ao passo que vários outros grupos são influenciados pelas ideias do 'operaismo' italiano (3). No

(1) Monicelli, *L'Ultrasinistra in Italia-1968/78*, Tempi Nuovi Laterza, 1978, pp. 160-161.

(2) *Le Monde*, 9/10-7-78.

(3) Operaismo ('obreirismo') italiano: tendência política surgida no início dos anos 60 em torno da revista *Quaderni Rossi*, depois *Classe Operaia*, cujos teorizadores mais conhecidos eram Tronti, Cacciari, A. Rosa, Negri, Scalzone e Bologna. O livro de Tronti *Operários e Capital* (Afrontamento, 1977) constituiu o texto básico desta corrente, que influenciou fortemente a extrema-esquerda italiana dos anos 60-70 e grupos como Potere Operaio. O seu projecto político baseava-se na importância dada ao factor subjectivo na modificação das situações e no conceito de 'operário massa', conceito este criado a partir da experiência das lutas operárias dos emigrantes do Sul nas fábricas do Norte. A evolução recente da maioria destes teorizadores mostrou claramente o fundamento leninista da sua teoria. Tronti, A. Rosa e Cacciari aderiram ao PCI e fazem hoje parte do seu aparelho ideológico. Negri e Scalzone influenciam bastante a tendência da Autonomia Organizada neoleninista (jornais *Rosso e Senza Tregua*). Só Sergio Bologna e o grupo da revista *Primo Maggio* se abrem a uma crítica das teorias leninistas. No seu último texto, *L'Autonomia del Politico*, Tronti critica o esquerdismo e toma a defesa das concepções 'euro-

que diz respeito à sua estrutura, há, de um lado, os grupos 'estáveis', 'insurrecionalistas', que se apresentam já como um partido 'de um tipo novo' (falaremos mais à frente disto), e, de um outro, as organizações 'variáveis', 'marginalistas', que pretendem ser a expressão 'armada' de sectores específicos do Movimento*: mulheres, jovens, delinquentes, etc., e que 'se constituem e se desagregam segundo o momento e a ocasião, mudando de nome de cada vez' (4). Estes grupos intervêm como núcleos de acção móveis, em situações específicas - contra o 'lavoro nero'** aquando das revoltas em prisões, etc. Estes dois tipos de grupos têm também concepções diversas sobre outras questões, tais como o género de violência a utilizar, os objectivos a atacar, a relação com as situações de massas, etc. Os grupos 'marginais' dão prioridade à ideia de 'movimento armado', por oposição à de 'partido-combatente', cara aos grupos 'insurrecionalistas'. Dentre estes últimos, os mais conhecidos são Prima Linea, os NAP (Nuclei Armati Proletari), Unità Combatenti Comunista e, naturalmente, as BR. Prima Linea, que mantém uma actividade bastante regular, defende concepções que estão, de resto, a meio caminho entre as das BR - muito presas ao princípio do 'partido-combatente' - e as dos grupos 'marginalistas'. Trata-se, para Prima Linea, de conciliar 'terrorismo e guerrilha urbana de massas; a única estratégia que evita a separação das lutas populares, que permite alargar a base de apoio e não cair na clandestinidade total. (...) Os seus membros não vivem em clandestinidade, trabalham normalmente e fazem agitação nas fábricas, alternando a clandestinidade das acções armadas com a cobertura social da vida quotidiana' (5). Este modelo do 'partido novo' é bastante diferente daqueloutro das BR, como se verá.

Deve também citar-se uma última tendência, esta de origem anarquista, muito minoritária, cujo grupo mais conhecido é Azione Rivoluzionaria, sem grande eficácia organizativa; a maior parte dos seus membros encontra-se presa. Foram os únicos a atacar membros do PCI, o que constitui uma ruptura com a atitude geral dos grupos armados em relação ao PCI.

comunistas' do Estado, que caracteriza como '(...) nem mais nem menos do que a forma moderna da organização autónoma da classe'...

* O termo é utilizado em Itália em sentido genérico, e designa o conjunto de organizações, colectivos e indivíduos a partir da esquerda extra-parlamentar.

(4) Monicelli, op. cit., p. 160.

** Trabalho irregular, não documentado, sem contrato, e por isso em que as condições de exploração são ainda piores que as regulamentares; atinge dimensões consideráveis.

(5) Monicelli, *ibid.*, p. 164.

Actualmente, as BR constituem o grupo armado mais estruturado e mais implantado em Itália, o único que pode pretender ser o pólo de convergência de todos os grupos armados, e isto essencialmente devido ao facto de a sua 'eficácia' parecer hoje a maior. Sem pôr de parte outras hipóteses, pode tentar-se explicar esta situação a partir de duas considerações. Primeiramente, é preciso analisar a importância da tradição estalinista no movimento da esquerda italiana do pós-guerra; depois, é necessário ver quais são as consequências da opção das BR: operar no quadro da 'autonomia do Político', recusando a perspectiva duma ligação directa, imediata, com o movimento de massas.



Manifestazione del Movimento studentesco, a Roma nel 1968

II. O PARTIDO 'PARALELO' E A TRADIÇÃO ESTALINISTA

Comecemos por ver a importância da tradição estalinista em Itália. A partir do fim da guerra até à campanha eleitoral de 1975 — que foi ainda muito centrada sobre a corrupção da Democracia Cristã —, o PCI mantivera sempre uma atitude de crítica muito dura e de confronto em relação à DC. Até então o partido mantinha-se fiel à linha da dupla política: a da acção legal e a da acção ilegal. Esta última era sobretudo encarada na eventualidade da criação duma oposição antifascista violenta às tendências para o putsch fascista, que toda a esquerda italiana considerou, até bem recentemente, possível. Bem entendido, esta linha dúplice via-se cada vez mais posta em questão pelo reforço progressivo das tendências estritamente legalistas, partidárias duma aproximação da DC e duma via 'eurocomunista'. Na sequência dos debates provocados, no seio da direcção do PCI, pelo golpe de Estado chileno, a linha legalista conseguiu finalmente levar vantagem. Mas para uma parte importante do partido — sobretudo para os velhos militantes e quadros marcados pelo estalinismo e pela Resistência e também pelo ódio 'de classe' à DC, aos seus arranjos e corrupção do pós-guerra e da guerra fria — foi muito difícil aceitar a nova linha do 'compromisso histórico'. Esta tendência dura do PCI, a que em Itália se chama 'o partido paralelo', não é oficialmente reconhecida mas é tolerada, agrupando velhos quadros (como, por ex., Vidal, responsável da Internacional em Espanha em 1936, e responsável do assassinato, entre outros, do militante anarquista Camillo Berneri*)

* Camillo Berneri (1897-1937), militante anarquista italiano, morto em Barcelona pelos estalinistas durante as jornadas de Maio 37.

que ocupam funções importantes no aparelho local do partido ao mesmo tempo que expõem abertamente as suas posições estalinistas. A uma escala mais lata, este 'partido paralelo' insere-se nos meios antifascistas, ainda muito fortes em Itália (6), e cuja preocupação constante foi sempre a de constituir uma frente capaz de se opor àquele famoso golpe de Estado fascista de que a Itália estaria prenha. Homens como Pirelli* e Feltrinelli* eram a expressão directa duma tal frente, tendo chegado a financiar o esboço desse projecto.

É com base neste terreno político que as BR ocupam um lugar privilegiado. As BR, com efeito, são, desde o início, uma organização que pode, e quer, apresentar-se para assumir este papel de defesa antifascista, ao mesmo tempo que procura ocupar o espaço político estalinista liberto pela evolução do PCI no sentido do 'compromisso histórico'.

É porém necessário precisar que esta relação entre as BR e o 'partido paralelo' não constitui uma relação simples nem directa. Por um lado, este 'partido' de modo nenhum constitui uma estrutura com a qual possam estabelecer-se contactos ou ligações; e por outro nem todos os estalinistas clássicos do PCI estão de acordo com as BR, longe disso: alguns são mesmo partidários da sua eliminação física, e isto em nome da mesma lógica do perigo fascista que atrai outros estalinistas às BR!... O que é preciso ter presente, antes de mais nada, para se compreender o fenómeno da luta armada em Itália e o impacto do projecto dum grupo como as BR, é que o estalinismo e o antifascismo militante constituem, nesta sociedade, uma forma de cultura política bastante enraizada no seio das massas comunistas e sectores populares, e que é aos princípios e às tradições militantes duma tal cultura que as BR se referem e para os quais apelam na sua procura duma base social de apoio.

III. A EFICÁCIA DA 'AUTONOMIA DO POLÍTICO'

Dito isto, trata-se ainda de compreender por que razão tiveram as BR êxito no terreno em que outros grupos falharam. Com efeito, uma grande variedade de grupos marxistas-leninistas (maofistas) procura em vão ocupar este terreno político deixado vazio pela evolução do PCI. Ora, só as BR dispuseram da capacidade de compreender que não era possível fazer concorrência ao PCI no terreno da construção dum partido de tipo clássico, baseado numa organização de massas. As BR optaram por outra coisa: pela criação duma organização de tipo militar e clandestina, sem ligação directa com um 'trabalho de massas' tal como o concebem os maofistas tradicionais. As BR, desde o início, consideraram que é ao nível militar, no confronto com o Estado, ao nível da 'grande política', que se afirmará a alternativa revolucionária; concepção esta que se enquadrava de resto perfeitamente na ideologia política do 'partido paralelo'.

Quando o Colectivo Político Metropolitano de

(6) Convém aqui lembrar que a Itália é o país europeu onde existem o mais forte PC e o mais forte partido fascista.

* Do grupo industrial Pirelli.

** Editor de extrema-esquerda, morto em Março de 1972 aquando de um atentado em que participou.

Milão, mais tarde Sinistra Proletaria ('Esquerda Proletária'), decidiu, em 1968 e ainda durante a fase ascensional do movimento estudantil, 'redefinir o marxismo-leninismo', assistia-se já na realidade à primeira formulação da linha de orientação das BR, formadas a partir daquele grupo alguns meses depois. Lotta Continua e Potere Operaio viam-se então criticados pela sua concepção imediatista da luta de classes e da autonomia operária, bem como pela sua subestimação das dimensões políticas da luta e dos instrumentos políticos capazes de a assumir: numa palavra, o Partido.

A hipótese duma reconstrução do Partido via-se (para os grupos que faziam esta crítica) tornada possível no terreno militar (7). Dez anos depois, as concepções das BR não mudaram, apenas se precisaram. E antes de mais no respeitante à sua fidelidade aos princípios leninistas. 'Criar as condições para uma alternativa do Poder, organizar estrategicamente o potencial revolucionário do proletariado, é um projecto consciente e imposto, da parte da vanguarda comunista' (8). Onde há uma revisão do marxismo-leninismo típico é nisto: quando as BR afirmam que esta vanguarda - i. e., o partido-combatente - não pode 'consolidar de modo estável a organização do poder proletário senão a partir da mais rígida clandestinidade' (9). É neste último ponto que os grupos armados de raiz 'operaista' criticam as BR, acusando-as de conceber 'o partido-combatente como uma entidade separada das massas' (10). Para estes grupos, 'a luta armada de vanguarda é uma condição necessária, mas não suficiente, para se construir a organização político-militar do proletariado. A outra condição indispensável é a iniciativa autónoma das massas' (11).

Fora, ou para além de tais polémicas interven- guardistas, surge hoje evidente que a opção das BR no sentido de seguirem uma linha estritamente militar e clandestina e de recusarem qualquer 'prática de massas' as preservou, e até reforçou, no seio dos grupos armados. E isto de dois pontos de vista: policial e politicamente. Policialmente, primeiro, porque uma tal linha preservou os seus militantes, que se não viram assim obrigados a fazer-se conhecer numa actividade de massas de tipo sindical ou outro, como com frequência aconteceu com os membros de outros grupos armados. Isso não quer dizer que os membros das BR recusem todo e qualquer compromisso de tipo sindical, como veremos, mas que recusam qualquer identificação com uma actividade de massas de orientação esquerdista. Politicamente, depois, porque deste modo as BR tornam impossível qualquer avaliação da sua eficácia política através da actividade de massas, como acontece com os grupos que tentam criar organizações de fábrica ligadas ao partido-combatente, provocando revol-

tas nas fábricas, etc. Ao escolherem o confronto com o Estado no estrito terreno das instituições da 'alta política', as BR impõem que avalie- mos a sua eficácia através das suas acções contra estas mesmas instituições, e nada mais.

IV. REFLUXO DAS LUTAS OPERÁRIAS E CRISE DO ESQUERDISMO

No seu processo de formação e implantação, as BR e os restantes grupos armados aproveitaram também a convergência histórica de dois fenómenos sociais: a evolução 'eurocomunista' do PCI, a que já nos referimos, e a crise do movimento esquerdista surgida nos anos 74-75.

Vimos já que as BR estabeleciam como questão fundamental de toda a actividade política o confronto com o Estado, e isto desde 1968. Segundo as BR, o esquerdismo subestimava este 'momento', e, por conseguinte, não fazia Política no sentido que lhe davam as Brigadas. Mas estando o movimento social então em pleno desenvolvimento, esta crítica das BR manteve-se muito minoritária, ou passou mesmo despercebida. É apenas por volta de



QUANTO COSTA UN OPERAIO? (in unità di conto europeo)

GRAN BRETAGNA	2,70
ITALIA	3,00
FRANCIA	4,20
GERMANIA	5,20
DANIMARCA	5,30
OLANDA	5,70

il Sol In fabbrica

Secondo la Cee, nel 1975 (ultimi dati disponibili ufficialmente), il costo del lavoro nell'industria manifatturiera italiana era al penultimo posto in Europa. I dati di Bruxelles hanno subito aperto una violenta polemica e la Confindustria ha sostenuto che sono sbagliati. Ma anche a tenere conto delle diverse valutazioni, ad esempio di quelle neutrali di Mediobanca che indicano il costo del lavoro italiano in 3,7 unità di conto e non in 3,0, l'Italia rimane al penultimo posto. Non solo, ma nel 1976, secondo la Cgil, il costo del lavoro per unità prodotta è ulteriormente diminuito: per l'esattezza, del 7,7 per cento.

74-75, quando das primeiras manifestações de refluxo social e, mais tarde, após a sufocação do 'movimento' de 1977, que as posições políticas das BR surgem como uma alternativa eventual para largos sectores do esquerdismo, frustrados na sua agitação militante.

Os anos de 1974-75 foram os do refluxo do movimento social nas fábricas e da consequente crise da extrema-esquerda. Nas fábricas, a agitação desembocou numa situação transitória; após o grande impulso operário que fizera nascer novas práticas organizativas unitárias (as CUB, Comis-

(7) Texto colectivo, 'Note sull'esperienza di lotta armata', *Collegamenti* n° 3-4, Milão, Maio 1978. (Enviaremos cópias deste texto a quem no-lo solicitar; remeter 15\$00 para selos e despesas com as cópias.)

(8) Brigate Rosse, 'Risoluzione della direzione strategica delle BR', in *More, Una Tragedia Italiana*, Ed. Saggi, 1978, pp. 103 e 106.

(9) Ibid.

(10) 'Parla un terrorista', entrevista com um membro de um grupo armado, *Panorama*, 6-6-78.

(11) Ibid.

sões Unitárias de Base), os sindicatos reorganizam-se, integram as CUB no seu funcionamento, absorvem ou neutralizam a militância dos grupos esquerdistas. Estes, depois duma fase de forte crescimento, institucionalizam-se pouco a pouco, sobretudo através da sua participação nos mecanismos eleitorais, terreno no qual pensam poder discutir e aspirar ao poder político, lado a lado com o PCI, e com frequência apoiando-o contra a Democracia Cristã. O PCI, quanto a ele, empenha-se na viragem do 'compromisso histórico', suspende a sua função oposicionista tradicional do período do pós-guerra, para optar por uma política de 'salvação nacional' e de pacto social. Tudo isto faz aparecer, em muitos militantes esquerdistas e até no seio de militantes radicais de fábrica, uma frustração e uma impotência bastante encolerizadas. 'Progressivamente, vimos que até as organizações em que militávamos evoluíam no sentido de objectivos de luta institucional, cada vez mais vagamente 'democráticos', e cada vez mais dissociados dos interesses dos operários. (...) Foi então que decidimos dar o salto para a luta armada, a partir de então a única forma de luta eficaz. Estávamos no Outono de 1974.' (12)

Da decomposição e crise dos grupos como Lotta Continua e Potere Operaio surge então uma multitude de núcleos virados para a acção armada, com frequência constituídos por militantes de fábrica que aceitam pôr em prática os princípios da luta armada.

BOOM DEL MISTICISMO ORIENTALE

Da Marx a Budda via Lambrate

Si moltiplicano gli istituti indiani o tibetani, i centri o monasteri buddisti. A Milano sono una dozzina. Età media dei frequentatori: 25 anni. Spesso sono ex militanti della "nuova sinistra". Un po' in crisi...



Hoje é possível encarar este período com um pouco mais de recuo, e há já alguns militantes - dos que se empenharam naquela altura na luta armada - que começam a elaborar uma crítica da sua

(12) Ibid.

experiência. É o caso dum grupo de Milão, que publicou um texto de reflexão, do qual vamos extrair largas passagens para melhor compreendermos este processo.

'Remontando às origens, estabelecemos uma relação estreita entre o refluxo da luta operária autónoma e a criação das BR; de facto, no período do início dos anos 70, o sindicato reestruturou-se e começa a implantar-se na fábrica, afirmando-se como um novo sujeito reformista' (13). Esta reaparição do poder sindical e do PCI mostra-se mais forte e mais rápida justamente nas regiões industriais do Norte, em particular em Milão. O que significava o falhanço dos esquerdistas que tinham querido 'construir uma direcção operária no triângulo Alfa/Pirelli/Siemens', direcção esta que deveria basear-se na 'hegemonia do operário-massa', conceito caro à escola 'operaista'. Esta desilusão viu-se ainda agravada pelo facto de este 'operário-massa' - novo sujeito revolucionário ao qual os 'operaistas' atribuíam um potencial anti-reformista decisivo - ter sido o sector em que no fim de contas o reformismo melhor consolidou as suas posições. Tudo isso explica que Milão tenha constituído o terreno mais favorável ao reacender da hipótese do Partido', fosse essa hipótese a da forma armada. Mais tarde, a 'zona da autonomia', nascida após a crise de Lotta Continua, e ampliada pela esterilização da corrente 'operaista', virá a constituir o terreno em que vão formar-se os diversos grupos armados de raiz 'operaista'. Estes grupos, confrontados a uma reaparição do poder reformista no seio da classe, 'respondem com um salto em frente, com o velho esquema leninista do voluntarismo e da teorização da vanguarda' (14).

Em conclusão, pode dizer-se que os anos 70-75 vêem surgir em Itália uma situação propícia à proliferação dos grupos armados, situação essencialmente caracterizada pelo impasse das tendências autónomas nos meios operários, pela reaparição do controlo reformista sobre a classe e pela frustração que isso produz entre os militantes esquerdistas e os activistas operários. Os grupos armados desta primeira fase são sobretudo de



raiz 'operaista', muito ligados à experiência operária na produção e muito críticos em relação às concepções políticas das BR, da sua ideia de partido-combatente criado por cima, à qual opunham a perspectiva de criação de um partido criado a partir da base, baseado nas organizações o-

(13) 'Note sull'esperienza di lotta armata', op. cit.

(14) Ibid.

perárias ou núcleos de fábrica. Hoje é evidente, porém, que este último projecto não resistiu à prova do tempo. Os grupos deste último tipo, mais facilmente perseguidos pela Polícia, cada vez mais isolados dos meios proletários em que teimavam manter uma intervenção, minados pela sua duplice actividade clandestina e de massas, — e referindo-nos apenas aos que sobrevivem —, encontram-se hoje (o mais conhecido é Prima Linea) na sombra política das BR, cuja eficiência militar e rígidas estruturas inelutavelmente os dominam.

V. A IDEOLOGIA E O FUNCIONAMENTO

Daquilo que se expôs pode já obter-se uma ideia geral dos princípios políticos que guiam a acção das BR. Quer no que diz respeito à sua concepção vanguardista do partido de quadros, quer no respeitante ao seu projecto estatal do socialismo, as BR definem-se como organização marxista-leninista. Porém, em relação aos grupos marxistas-leninistas mais ortodoxos (os quais, diga-se de passagem, vêem nas BR a manipulação da KGB!), elas diferenciam-se noutras questões.



Renato Curcio, Pietro Bérizolazzi e Paolo Maurizio Ferrari

ULTRASINISTRA / PROCESSO ALLE BR

Novità: siamo tutti Brigatisti

A ideia fundamental presente na sua análise é que nos encontramos numa situação de crise provocada pela baixa tendencial da taxa de lucro (tese marxista clássica), a qual inevitavelmente desembocará no confronto entre o imperialismo norte-americano e o social-imperialismo. Chegadas aqui, as BR introduzem uma modificação na ideologia leninista clássica, para a qual se trata de transformar a guerra imperialista em guerra civil. Para as BR, pelo contrário, é preciso desencadear 'a guerra civil de classe' nas metrópoles imperialistas, e isto como único meio de se evitar a terceira guerra mundial. Esta posição política é simultaneamente influenciada pela ideia maoísta da 'guerra do povo' e das 'bases vermelhas', e pelas teses da escola 'operista' italiana, que atribui uma importância determinante ao factor subjectivista na modificação das situações. Actualmente, neste período em que 'a contradição principal é a que opõe o proletariado metropolitano à burguesia imperialista', as BR encaram a Democracia Cristã como o parti-

do no qual 'se encontra concentrado um pessoal político estritamente ligado às esferas imperialistas' (15). É pois o confronto militar com este 'pessoal político imperialista' — iniciativa e tarefa estas que cabem à 'vanguarda revolucionária' — que 'faz a luta de classes tomar a forma de guerra civil' (16). Sublinhe-se o facto de também aqui se verificar uma convergência entre a análise das BR e as concepções do antifascismo clássico que sobrevive no interior do 'partido paralelo', o qual considera insuficiente a linha legalista institucional do PCI para se opor ao eventual ataque da URSS e ao consequente, ou precedente, golpe de Estado fascista em Itália com a colaboração da DC.

No que diz respeito aos princípios de funcionamento, as BR obedecem às leis de toda e qualquer organização militar e clandestina. A ideologia do sacrifício e a disciplina centralizada, próprias a todas estas organizações, são aqui levadas ao extremo, justificadas pela ideologia estalinista do partido. As BR não hesitam em declarar que através da sua actividade se forja 'uma nova figura proletária', assim caracterizada: 'Para o militante revolucionário a identidade política significa, antes de mais nada, o Partido. É nos princípios, na estratégia, no programa e na disciplina do Partido que, autónoma e livremente, ele se reconhece' (17). A tradição estalinista serve aqui de cimento à estrutura clandestina, e isso contrariamente ao que se passava com os grupos armados na Alemanha Federal, nos quais os militantes marcados pelo anarquismo individualista rapidamente entraram em conflito com as regras e os princípios da organização militar clandestina (18). Diferentemente do que se passava com estes grupos alemães, os membros das BR não vivem numa clandestinidade total — em todo o caso, isso não acontece com a maioria —, vivendo também uma existência 'normal'. Esta 'normalidade' manifesta-se, por exemplo, no seu compromisso sindical; os brigadistas militam nos sindicatos de obediência PC e têm como princípio manter uma imagem de trabalhador reivindicativo mas não extremista.

A experiência dos grupos armados italianos permite conhecerem-se hoje melhor alguns aspectos do funcionamento duma organização clandestina de tipo leninista no seio da sociedade moderna.

Nestas organizações os militantes são '(...) obrigados a ter uma vida dupla e a seguir à letra comportamentos muito duros que constituem a prova de fogo do militante; este não pode frequentar meios políticos nem misturar-se com camaradas do movimento, (...) deve levar uma vida regular; (...) se decide abandonar a organização, não pode fazê-lo demitindo-se, como habitualmente, (...) a sua saída está subordinada às decisões centralmente tomadas. (...) Para

(15) 'Risoluzione della direzione strategica delle BR', op. cit., pp. 51-54.

(16) Ibid., p. 66.

(17) Ibid., p. 68.

(18) Cf. a experiência do Movimento 2 de Junho, contada por Bommi Baumann in *Wie Alles Anfieng* ('Como Tudo Começou'), Trikont Verlag, München, 1975, livro-testemunho da maior utilidade para o conhecimento do movimento radical na Alemanha Federal. Temos uma tradução portuguesa à espera de editor...

pertencer à organização, o candidato tem de apresentar credenciais seguras, sendo depois seguido durante o período de ensaio (...) São interditas todas as relações íntimas capazes de criar tensões ou conflitos no seio da organização. A vida de casal é proibida, a menos que a relação seja publicamente normalizada por um casamento formalmente celebrado. (...) A imagem pública do militante clandestino tem de ser a de um trabalhador modelo. No local de trabalho (...) não faz política' (19).

O mínimo que se pode dizer é que não é nas formas que utilizam as organizações clandestinas para combater este mundo que nos anunciam um novo; pelo contrário, não fazem mais do que perpetuar as formas do velho mundo.



VI. OS GRUPOS ARMADOS E O PCI

A atitude dos grupos armados, e em particular a das BR, em relação ao PCI, merece alguma atenção. Fundamentalmente, estes grupos consideram como necessário conduzir uma luta política, não militar, contra a actual direcção do PC; fazem com frequência referência mais à 'clique Berlinguer' do que à orientação reformista do partido. No fundo, consideram o PCI como uma força subalterna da tendência para a criação do 'Estado imperialista mundial', enquanto a Democracia Cristã é por eles encarada como a sua expressão orgânica. O PCI não é visto como a expressão duma tendência do capitalismo nacional (20), com o seu papel nos interesses do capitalismo italiano a nível mundial. No máximo, ele é compreendido como a expressão política da 'aristocracia operária'. Tal como todos os grupos marxistas-leninistas, consideram que a base do partido é enganada pela direcção 'eurocomunista', e pensam que as suas acções armadas permitirão que esta base abra os olhos e reencontre a 'justa linha'. As BR disseram-no explicitamente: 'A solução encontrar-se-á inevitavelmente na luta armada, sobre a qual será preciso tomar posição. Neste processo o próprio

(19) 'Parla un terrorista', op. cit.

(20) A Liga Nacional das Cooperativas, que engloba empresas do sector agrícola, do comércio, da construção civil, etc., controlada pelo PCI, constitui hoje o terceiro grupo económico italiano. Este grupo está largamente empenhado no comércio e no investimento internacionais, em particular nos países do Terceiro Mundo.

(21) Entrevista das BR ao *Espresso*, Setembro 1971, publicada pelo Colectivo Autónomo de Todi, in *Terrorismo di partito o organizzazione autonoma dei proletari*, Todi, Maio de 1978.

PCI será implicado. Reafirmamos aqui a nossa posição unitária em relação a todos os camaradas que escolherão a via da luta armada' (21). Atitude esta que se baseia na análise - comum às BR e a outros agrupamentos da extrema-esquerda, como Lotta Continua e Potere Operaio - segundo a qual 'o aprofundamento da crise e do confronto de classe reduz progressivamente o espaço reformista. Trata-se, em suma, de uma análise que não compreende as raízes estruturais e históricas do reformismo no seio da classe, que concebe a sua força nos períodos de expansão económica como mecanicamente estabilizada, e é assim incapaz de ver que ao período de reforço do sindicato na fábrica se segue o crescimento do papel do partido reformista na gestão da crise' (22). Mais: esta subestimação do papel do reformismo em período de crise tem como resultado 'uma concepção do Estado cada vez mais reduzido ao seu aparelho repressivo (...) (23).

Em conclusão, pode em boa verdade dizer-se que 'uma tal prática [em relação ao PCI] não só torna [os grupos armados] incapazes de edificar no seio da classe um pólo alternativo ao reformismo como os deixa indirectamente dependentes dos projectos reformistas, e isto na medida em que a sua iniciativa acaba por ser dirigida contra os sectores do aparelho capitalista (a DC) que também o reformismo procura marginalizar' (24).

VII. A RECAÍDA DO 'MOVIMENTO' DE 1977

Os acontecimentos de 1977 vão de novo sacudir a extrema-esquerda italiana e os grupos armados. É preciso compreender, entretanto, o que este movimento apresentou como características muito específicas (25). Por um lado, desenvolveu-se no seio das camadas jovens, socialmente muito marginalizadas; depois, e sobretudo, deu mostras duma inteligência política elaborada, capaz de constantemente fazer alternar a intervenção violenta e a sátira das instituições reformistas e do Estado. Apesar disso, este movimento chegou muito rapidamente a um impasse político e organizativo. As assembleias, que constituíram as suas formas específicas de organização, não chegaram a ser capazes de o conduzir para fora dos meios estudantis e marginais.

A atitude do PCI teve também um papel determinante nesta evolução. O PC nunca tentou recuperar o movimento, antes pelo contrário, desde o início que se afrontou a ele (lembre-se, por exemplo, o incidente com o secretário-geral da CGIL, Lama, na Universidade de Roma*), e, sobretudo, fez tudo quanto pôde para o isolar do mundo operário. Uma parte do movimento ressentiu de modo muito marcado este isolamento, e exprimiu a sua frustração pela introdução de conceitos novos na análise que fez da situação assim criada. O 'operário social', a 'fábrica difusa', são conceitos através dos quais se procura encontrar um novo

(22) 'Note sul'esperienza...', op. cit.

(23) Ibid.

(24) Ibid.

(25) Vide em particular o texto de Sergio Bologna 'La tribu delle talpe' in *Primo Maggio* n° 8.

*Vide relato destes incidentes in *S.I.* n° 2, pp. 27-29.



INDIGOS METROPOLITANOS, BOLOGNA, 1977

Viva De Sade

sujeito revolucionário, após o insucesso do projecto político com base no 'operário massa' dos anos 60.

Para os núcleos radicais de fábrica esta situação agravou ainda mais a crise dos seus militantes, os quais, muito marcados pelo 'subjectivismo operariaista', se viram contudo forçados a reconhecer a sua impotência no sentido de fazer entrar no terreno da produção o discurso do movimento. É então que, de novo, e após um período em que se tinham visto ultrapassados, os grupos armados reencontram um terreno propício ao recrutamento.

As BR consideraram sempre as acções do movimento de 77 como acções defensivas, como uma espécie de agitação não política. As BR não escondiam, por exemplo, o seu desacordo em relação aos afrontamentos de rua; porque o afrontamento com o Estado, segundo elas, tem de passar pelas acções do Partido e manifestar-se ao nível das instituições. Conforme o sublinha Sergio Bologna, não fazer política, para as BR, queria dizer a incapacidade de 'intervir sobre os equilíbrios institucionais, e mesmo sobre os mecanismos de governo, estaduais. As BR, desde a forma como conduziram o processo de Turim ao rapto de Moro, demonstraram perante toda a esquerda operária e perante o Movimento de 1977 (...) a sua incapacidade de fazer política, isto é, de conseguir uma influência ao nível institucional' (26).

Para além de que tudo isso põe em evidência a concepção bem burguesa que as BR têm da política, o facto é que uma parte do movimento de 77, sobretudo o sector autónomo mais violento, aceitou as suas críticas como justas, aproximando-se assim das posições dos grupos armados, e das posições das BR muito em particular. É aliás neces-

(26) S. Bologna, texto-debate sobre as BR, não publicado, e que circula nos círculos políticos radicais de Milão. (Poderemos enviar cópias deste texto a quem no-lo solicitar; remeter 5\$00 para despesas de correio.)

sário sublinhar aqui que não foi por acaso que o rapto de Moro se produziu imediatamente depois do insucesso e da decomposição do movimento de 77; pelo contrário, o momento foi mesmo escolhido pelas BR na medida em que permitia afirmar a sua eficiência política, a sua capacidade de agir ao nível das instituições, relativamente ao esquerdismo em crise, ao Movimento, e aos autónomos.

No fim de contas, não havia propriamente uma ruptura em todos estes militantes decepcionados que passavam da 'área da autonomia' aos grupos armados. Pelo contrário, verificava-se assim uma invariabilidade na sua concepção leninista da acção política, da revolução, do poder político. Enzo Modugno, da revista *Marxiana*, teve oportunidade de bem o sublinhar quando se insurgiu, em 1977, contra os que queriam excluir do Movimento os autónomos da P.38: 'É preciso compreender as razões por que chegaram estes indivíduos ao tiro-teio. Estes grupos de autónomos não podem ser reduzidos a três ou quatro rapazes professando ideias homicidas; (...) Aquilo a que hoje se chama a ideologia da P.38 era, ainda não há muito tempo, a linha política dos partidos revolucionários' (27).



Il fenomeno dei giovani fuggiti da casa è in aumento. Ogni anno qualche migliaio in più. Perché fuggono? Dove vanno? E a fare che? Ecco alcune storie, e alcuni colloqui con esperti

IN EDICOLA OGNI MARTEDÌ

SENZA FAMIGLIA L.200

I BIECHI grigi
RETICOLIZZANO
ANCHE BRESCIA
LA "MUSKA-SPETTACOLO"
DEL MOVIMENTO RIDICOLIZZA
IL grigiore

Il giornale è al centro del movimento di lotta, che per la sua natura è un movimento di massa. È un movimento di lotta che si svolge in tutta Italia, in ogni città, in ogni quartiere, in ogni fabbrica, in ogni scuola, in ogni università, in ogni luogo di lavoro, in ogni luogo di incontro. È un movimento di lotta che si svolge in tutta Italia, in ogni città, in ogni quartiere, in ogni fabbrica, in ogni scuola, in ogni università, in ogni luogo di lavoro, in ogni luogo di incontro.

VIII. AS BR E A AUTO-ORGANIZAÇÃO OPERÁRIA

Antes de abordarmos as consequências das acções das BR e dos grupos armados sobre o movimento operário, é importante tornar claros dois pontos. Antes de mais, deve dizer-se que muitos dos membros das BR são, do ponto de vista sociológico, operários. A nosso ver, porém, não é partir daqui que se pode considerar estarem as BR ou não 'separadas da classe operária'. O que nos parece é que as BR constituem evidentemente a expressão particular e momentânea duma tendência tradicional do movimen-

(27) Monicelli, op. cit., p. 151.

to operário italiano, a tendência estalinista. Em segundo lugar, é importante conhecerem-se as posições das BR relativamente ao processo de auto-organização que dominou a experiência dos trabalhadores italianos a partir de finais dos anos 60. Fundamentalmente, as BR consideram toda e qualquer luta nos locais de produção como uma luta defensiva, porque sem conteúdo político (no sentido institucional). Apenas são políticas as acções que fazem parte do Movimento Ofensivo de Resistência Proletária, isto é, as que têm um 'conteúdo político-militar' (28). Partindo desta concepção extremamente militarista da acção política, as BR rejeitam toda e qualquer corrente que privilegie os organismos autónomos de fábrica enquanto manifestação de 'centrismo' (de notar a terminologia tipicamente estalinista), e opõem às organizações autónomas de fábrica a ideia de 'organizações do Estado proletário' (29). Eis aqui, em síntese, todo um programa político em perspectiva... É assim que, quando as BR tomam posição sobre as CUB, o fazem para advertir as massas de que estas organizações só podem ser 'organismos intermediários' (coisa que, de resto, é a posição do PCI e dos sindicatos) e de que 'a luta armada não poderá ser assumida por organizações intermédias tais como as CUB' (30).

Em conclusão, e para retomarmos a reflexão dos camaradas de Milão, 'as BR reproduzem, no essencial, (...) a concepção leninista da separação entre estratégia e tática, entre momento 'superior' e 'inferior' da luta de classe (...) É deste modo que os seus simpatizantes operários mais capacitados são retirados da produção a fim de se tornarem quadros organizadores, e que a actividade desenvolvida na fábrica pelos seus simpatizantes se reduz a uma tentativa de radicalizar a luta sindical' (31).

IX. AS REACÇÕES DOS TRABALHADORES AO CASO ALDO MORO

Dito isto, se se quiser descrever agora a reacção imediata das massas populares, e em particular a dos trabalhadores, aos acontecimentos recentes, mostra-se necessário, esquematicamente, considerar três aspectos da situação.

1. Na actual situação de crise económica e social, existe, em largos sectores da classe operária, um sentimento de insegurança provocado pela degradação das suas condições de existência, que se projecta - e é canalizado pelo Poder - numa exigência de ordem e estabilidade social, de repressão da delinquência, incluindo nesta a dos grupos armados.

2. É numa tal situação que os partidos políticos e os mass-media, bem como o conjunto do aparelho ideológico do Estado, puderam organizar as manifestações contra a morte de Moro. As forças de esquerda, por seu lado, recorreram a dois argumentos em favor da condenação das BR. Por um lado, invocando a eventualidade dum golpe de Es-

tado fascista e fazendo renascer os sentimentos antifascistas; por outro, tirando partido da ideologia propagada desde há alguns anos e que apresenta os polícias como 'trabalhadores', a fim de emocionar as pessoas sobre o acontecido aos cinco agentes policiais abatidos durante o rapto de Moro. A verdade é que as manifestações de massas que então tiveram lugar eram a expressão duma mobilização total da sociedade política. Nelas estiveram presentes camadas da população normalmente pouco dispostas a agir politicamente, tais como os pequenos comerciantes, que chegaram a fechar as lojas. Em muitas fábricas as horas de greve foram pagas. Mas convém notar que dentre as pessoas vindas para a rua uma boa parte não o fazia nem a favor de Moro nem como protesto contra as BR, fazia-o muito simplesmente por sentir a confusão do acontecimento.

3. Tudo isso criou, nos dias seguintes, uma situação de mal-estar entre muitos militantes de fábrica, até mesmo entre quadros da esquerda sindical e dos grupos políticos, por não se identificarem com o clima de união nacional que as forças políticas iam construindo à volta do acontecimento. Este mal-estar exprimiu-se, por exemplo, em Milão, aquando da manifestação contra o assassinio de dois militantes da Autonomia, mortos pela Polícia (ou por fascistas) depois do assassinato de Moro. Nas fábricas de Milão deu-se mesmo um grande debate, no sentido de se decidir se se devia ou não fazer greve e participar na manifestação de repúdio pela morte daqueles dois militantes. Apesar da oposição do PCI, os operários e as CUB acabaram por participar nela em grande número; para muitos, isso justificava-se tanto mais quanto tinham manifestado em favor de Moro! Mais de 100 mil pessoas desceram deste modo à rua, quase tantas como para o enterro de Moro, e era evidente que nesta mobilização antes de mais nada se exprimia uma espécie de crítica implícita à União Sagrada desejada pelo PC.



Milano. Detenuti in rivolta al carcere di San Vittore.

X. O PCI E A CRIMINALIZAÇÃO DO MOVIMENTO AUTÓNOMO NOS MEIOS OPERÁRIOS

No período que se seguiu ao caso Moro, o PCI tentou aproveitar-se deste ambiente geral de frustração para empreender a caça aos núcleos radicais de fábrica e para tornar mais estreito o seu controlo sobre a classe operária em geral. Esta política constituiu um insucesso, essencialmente porque não encontrou apoio no seio das massas operárias. Desencadeou também, além disso, uma firme oposição de parte da direita e da esquerda sindicais, ambas receando, acima de tudo, que o PC ob-

(28) 'Risoluzione della direzione strategica delle BR', op. cit., p. 95.

(29) '2º Documento delle BR', Janeiro 1973, reproduzido na edição do Colectivo Autónomo de Todi, op. cit.

(30) 'Risoluzione strategica...', 1975, edição do C. A. de Todi, op. cit.

(31) 'Note sul'esperienza...', op. cit.

tivesse assim um poder repressivo irreversível no terreno da produção. A direita sindical sublinhava que era ao Estado que pertencia assumir aquela função repressiva, ao passo que a esquerda, por seu turno, receava a perseguição dos seus membros pelo PCI na onda geral da caça aos extremistas e se opunha a qualquer repressão nas fábricas, demarcando-se todavia das BR. Mas onde a linha do PC se revelou mais ineficaz foi na sua tentativa de assimilar os núcleos radicais aos brigadistas. Até nas fábricas onde o PCI é forte os operários se recusaram a praticar esta política de delação e criminalização, recusando-se, como se diz em Itália, a 'tornarem-se Estado', isto é, a fazer policiamento interno nas fábricas.

Paralelamente, o reformismo fez uma outra utilização do discurso antiterrorista, pondo-o em destaque com o objectivo de quebrar qualquer combatividade nas empresas. Também aqui os resultados, para o PC, parecem ter sido bem escassos, a julgar pelos exemplos que já conhecemos. Na SIP (Companhia Nacional dos Telefones), em Milão, aquando da assembleia geral que deveria ratificar o contrato colectivo (Maio de 1978), o sindicato aplicou a receita. Depois das politiquices habituais, a burocracia pôs cá para fora o discurso anti-BR e de união nacional a fim de justificar a necessidade duma atitude 'razoável neste período de crise' - e a reacção operária foi cristalina: 'estamo-nos nas tintas para essas histórias, se aqui estamos é para discutir coisa bem diferente, a nossa situação concreta de assalariados!' Este caso é exemplar da atitude que a massa dos trabalhadores manifesta em relação às BR: não só vêm mal em que é que toda esta actividade militar lhes pode dizer respeito, mas, sobretudo, apercebem-se de que todas as forças políticas fazem dela uso, do PCI à Democracia Cristã. Para eles, trata-se, ainda, no fim de contas, de Política com p grande, no sentido tradicional - isto é, exactamente no sentido que as BR dão a esta palavra: o duma actividade completamente separada das suas condições de existência, dos seus problemas e das suas lutas. É aliás significativo, a este propósito, que os sindicatos cada vez tenham mais dificuldades em desencadear greves de protesto sempre que um atentado importante é cometido. Conforme dizia um operário aos jornalistas aquando de uma destas greves: 'E tu, jornalista, vais fazer greve se me abaterem a mim?' Ou ainda: 'Agora abatem um

por dia, se nos pomos em greve por cada um destes tipos ao fim do mês não nos deve ficar grande coisa do salário!' (32).

Na actual situação social italiana tem de reconhecer-se que o reformismo, após alguns anos durante os quais o seu controlo se viu enfraquecido pelo desenvolvimento das lutas autónomas da base, voltou a dominar a cena, inclusivamente na produção. É verdade que continuam a manifestar-se oposições abertas à linha do 'sacrifício nacional'

; mas estes núcleos de contestação, sobretudo no sector dos serviços, são em grande parte alimentados pela forma desajeitada e demagógica com que o PCI apresenta a sua política de compromisso e de salvação nacional. Com o acentuar da crise económica, o medo conquista um número crescente de trabalhadores, embora não esteja excluído que a situação possa mudar radicalmente. A este propósito é preciso dizer que, mais do que o espectáculo político oferecido pelas BR, são as acções levadas a cabo pelos grupos armados 'operaístas' que correm o risco de reforçar aquele medo e conduzir à aceitação do projecto reformista. O caso da Alfa-Romeo de Milão é a este nível exemplar, e merece ser conhecido.

Esta enorme fábrica, praça-forte da agitação operária desde 1969, constitui um pouco o termómetro da classe operária milanese. Havia nela um colectivo operário autónomo, que conduzia uma acção bastante seguida e importante (33); ora, desde há já algum tempo a situação modificou-se - para pior, entenda-se. Perante a decisão da direcção da fábrica no sentido de restabelecer as horas suplementares de trabalho, o colectivo autónomo responde colocando piquetes nos portões da empresa (34). A sua atitude, porém, não é compreendida, fica em minoria e, pela primeira vez, uns brutamontes do PCI procuram expulsar os operários do colectivo da fábrica. Nos dias seguintes um grupo armado organiza um atentado contra as máquinas. Os operários, porém, receando que estas acções ponham em perigo as suas vidas (35) e, sobretudo, que provoquem o encerramento da fábrica, passam a manifestar menos oposição à política sindical dos sacrifícios... E é assim que, para recuperarem a produção perdida aquando dos atentados, os operários aceitam trabalhar um sábado a mais, o que constitui uma novidade de muito mau augúrio, e que dá bem a imagem de como o ambiente está a mudar (36).



XI. ALGUMAS CONCLUSÕES

Os colectivos radicais de fábrica que continuam a ter existência um pouco por toda a parte em Itália mal começaram, e timidamente, a discutir em termos políticos a questão do terrorismo. O seu

(32) Monicelli, op. cit., pp. 183 e 185.

(33) Vide artigos sobre a Itália nos números 9 e 10 da revista *Spartacus*, Paris, 1978 - à venda na livraria Contra a Corrente, R. da Atalaia, 204 - Lisboa 2.

(34) Cf. 'Le singulier rôle du PCI', in *Spartacus* n° 10, Paris, Agosto 1978.

(35) Um dos atentados, aparentemente realizado por um grupo que conhecia mal a fábrica, ia tendo consequências graves para os operários.

(36) *La Repubblica*, 11/12-6-78.

problema essencial e imediato consistiu em encontrar uma defesa perante a criminalização contra eles atirada pelo PCI. Fizeram-no, e fazem-no, expelindo sobre o PC as suas próprias contradições, as suas mudanças de linha em relação à Democracia Cristã e, sobretudo, recusando discutir o problema dos grupos armados com o partido, opondo o discurso sobre as condições de vida operária ao discurso sobre o 'perigo do terrorismo'. No entanto, muitos colectivos operários fazem já uma crítica bastante explícita dos efeitos nefastos das acções armadas sobre o militantismo revolucionário nas fábricas, insistindo em particular no seu 'carácter substitutivo' (37) relativamente à acção de massas. Pelo contrário, estes colectivos mal começaram ainda a discutir os princípios em que se baseiam a existência e as acções dos grupos armados, o mesmo acontecendo quanto ao problema do Estado na acção revolucionária. A este propósito pode considerar-se que o eco encontrado pelo terrorismo político em Itália entre muitos militantes vindos do esquerdismo leninista ficou a dever-se, em grande parte, à incapacidade desta mesma corrente situar o problema do Estado e a sua relação com a acção de massas. De cada vez que o movimento social teve de afrontar-se com o Estado, em 1972 e em 1977, o esquerdismo só conseguiu encontrar uma resposta eleitoralista, e foi relativamente a isso que as Brigate Rosse se puderam então apresentar como 'eficazes', capazes de fazer política. É neste sentido que se pode dizer que a relação entre os núcleos radicais de fábrica e as BR e os grupos armados constitui o reflexo da relação de impotência que conhecem no respeitante à realidade social ambiente e, antes de mais, à das fábricas. É ainda neste sentido que 'a experiência da luta armada exprimiu, e exprime ainda, da parte de sectores operários e proletários, uma necessidade de ruptura radical com o estado actual das coisas. O problema não está em se exorcisar esta necessidade através do recurso a considerações tácticas, mas sim em situá-lo de novo no interior do comportamento operário, pois só quando esta necessidade se exprime no seio de um processo de auto-organização pode então ter um papel, não com base em objectivos estritamente políticos de afrontamento com o Estado mas sim no próprio processo de crescimento da força da classe' (38).

Se não se verificar um relançamento da actividade operária em bases autónomas e capaz de alimentar um novo pólo de discussão política no debate operário, é de recear que se possa ver, no futuro imediato, em Itália, polarizar-se o afrontamento entre reformismo e terrorismo. A longo prazo, porém, esta 'opção' não deixará de surgir sob a sua face verdadeira, isto é, como uma falsa opção. Com efeito, mesmo considerando-se uma situação em que a luta reivindicativa deixe de ser, em período de crise, gerida pelas organizações operárias reformistas, não vemos muito bem como é que as organizações terroristas podem substituí-las, ou sequer ultrapassá-las, de tal modo reduzem a sua acção ao nível das instituições políticas. No fim de contas, os grupos armados, também eles, projectam o futuro da sua política sobre a passividade das massas. Vindos do refluxo das lutas 'autónomas', eles desejam sem dúvida que os trabalhadores percam as suas 'ilusões' em relação ao reformismo, mas muito simplesmente para que as



projectem sobre eles. O exemplo italiano demonstra bem que tudo o que o terrorismo de esquerda pede às massas assalariadas é uma atitude de seguidismo confiante, senão passivo, em relação ao partido-combatente: a eterna aplicação da lei do menor esforço na luta das classes.

Se há operários que projectam nas BR o seu ódio impotente ao sistema capitalista, as BR, em troca, — e os restantes grupos armados —, tendo em conta o que são os seus princípios e acções, não podem, quanto a eles, fornecer às massas trabalhadoras um meio novo susceptível de lhes ser útil na sua tarefa de transformação radical da sociedade e no seu combate pela emancipação do salariado.

Firenze/Lisboa,
Junho-Agosto 1978

quale rivoluzione?



(37) 'Note sul'esperienza...', op. cit.

(38) Ibid.



La strategia che rende coerente lo sviluppo con il ruolo e gli obiettivi che l'azienda si è posta. La Fiat ha questo spirito e questa capacità. Si sente italiana proprio perché si sente europea.

FIAT



Imagem de um programa popular de TV: a ditadura espectacular

La proliferazione dei gruppi terroristi

(numero degli attentati rivendicati nel primo quadrimestre del 1978)

« Sinistra »

Avanguardie comuniste rivoluzionarie (Roma 1)
Azione rivoluzionaria (Bologna 1, Torino 5, Roma 3)
Brigate Rosse (Roma 12, Milano 7, Palermo 1, Modena 1, Bologna 1, Torino 9, Genova 4)
Brigate di fuoco, lotta armata per la liberazione (Roma 1)
Brigata internazionale comunista « Che Guevara » (Bologna 1)
Brigate proletarie della Barbagia (Nuoro 1)
Cellule combattenti comuniste (Bologna 1)
Collettivo operai studenti di « autonomia operaia » (Torino 1)
Comitato rivoluzionario toscano delle Br (Firenze 1)
Comunisti rivoluzionari (Macerata 1)
Donne combattenti (Padova 1)
Estremisti operai combattenti per la lotta armata (Modena 1)
Formazioni armate proletarie (Roma 1)
Formazioni combattenti comuniste (Milano 1, Varese 1)
Formazioni comuniste combattenti (Milano 1, Roma 1)
Formazioni proletarie armate (Roma 7)
Giovani proletari organizzati (Roma 2)
Gruppi informali comunisti (Cagliari 1)
Gruppo femminista (Roma 1)
Gruppo armato proletario (L'Aquila 1)
Gruppo proletario armato (Milano 1)
Gruppo anarchico contropotere (Padova 1)
Gruppo proletario per il comunismo (Milano 1)
Gruppi armati comunisti (Reggio Emilia 1)
Gruppo comunista armato (Torino 1)
Gruppo per il comunismo (Siena 1)
Gruppo armato per il comunismo (Varese 1)
Gruppo d'azione armata (Bologna 1)
Gruppo combattenti brigate Meinhof (Trento 1)
Gruppo donne in lotta per il comunismo (Milano 1)
Gruppo studente proletario (Roma 1)
Gruppo comunista ligure (Savona 1)
Lotta armata per il comunismo (Cosenza 1, Ravenna 1, Roma 2, Vicenza 1, Bologna 1)
Lotta armata per il comunismo « Dante Di Nanni » (Firenze 1)
Lotta armata per il potere proletario (Roma 1)
Lotta armata per il proletariato (Bologna 1)
Movimento per l'autodifesa del proletariato giovanile (Roma 1)
Movimento di guerriglia proletaria (Milano 1)
Nuclei armati di contropotere territoriali (Roma 1, Bolzano 1)
Nuclei armati proletari (Macerata 1)
Nuclei combattenti comunisti (Bologna 3, Roma 1)
Nucleo combattenti per il comunismo (Padova 1)
Nuclei d'azione rivoluzionaria (Roma 1)
Nucleo comunista (Bologna 1, Pordenone 1, Roma 1)
Nucleo di base comunista (Torino 2)
Nucleo comunista per la ricostruzione del partito armato (Perugia 1)
Nuclei armati della cellula comunista combattenti (Parma 1, Reggio Emilia 1, Modena 1)

« Destra »

Alba rossa (Chieti 2)
Boia a chi molia (Roma 1)
Ascia della Vandea (Roma 1)
Arditi (Roma 1)
Commando rivoluzionario (Catania 1)
Comitati anticomunisti contro il carovita (Roma 1)
Comitato anticomunista per la difesa del popolo (Roma 2)
Fratellanza ariana (Roma 2, Cagliari 3)
Esercito nazionale rivoluzionario brigate combattenti « Franco Anselmi » (Milano 1)

Nuclei combattenti territoriali sezione antiterrorista (Roma 2)
Nucleo comunista armato « Francesco Lo-Russo » (Roma 5)
Nucleo comunista di contropotere (Trieste 1)
Nuclei proletari comunisti (Torino 1)
Nuclei di contropotere territoriali (Roma 1)
Nucleo meridionale contropotere comunista (Potenza 1)
Nuclei proletari organizzati (Trieste 3)
Nuclei proletari armati (Milano 1)
Nuclei armati potere operaio (Brescia 1)
Nucleo armato comunista (Modena 1)
Nuclei armati per il comunismo (Varese 1)
Nucleo comunista armato (Bologna 1)
Nucleo operaio combattente centro Sardegna (Nuoro 1)
Nucleo armato femministe (Nuoro 1)
Nuclei femminili (Bologna 1)
Nuclei operai comunisti (Torino 3)
Operai armati per il comunismo (Frosinone 1)
Organizzazione combattenti comunisti (Milano 1)
Organizzazione operaia per il comunismo (Vicenza 3, Padova 3)
Prima linea (Milano 2, Firenze 2)
Proletari comunisti organizzati (Padova 3)
Proletari comunisti per il contropotere (Milano 6)
Proletari organizzati per il contropotere territoriale (Bologna 1)
Proletari organizzati per il comunismo (Venezia 1)
Proletari comunisti organizzati (azione compiuta a Padova assieme al gruppo « Organizzazione operaia per il comunismo »)
Reparti combattenti comunisti (Roma 1)
Ronde comuniste per il contropotere territoriale (Roma 2)
Ronda proletaria (Padova 1, Roma 5, Cagliari 1)
Ronde femministe di quartiere (Roma 1)
Ronda armata comunista (Bologna 1)
Rivoluzionari antimperialisti comunisti (Brescia 3)
Ronde armate per la giustizia proletaria (Venezia 1)
Squadre armate proletarie (Bologna 4, Torino 1, Roma 1)
Squadre armate operaie (Bologna 1, Bergamo 2)
Squadre combattenti territoriali (Roma 1)
Squadre combattenti comuniste proletarie (Firenze 1)
Squadre proletarie di combattimento (Firenze 2)
Squadre proletarie combattenti (Brescia 1, Torino 1)
Squadre armate comuniste (Napoli 1, Padova 1)
Squadre operaie armate (Bergamo 1, Torino 1, Milano 2, Roma 4)
Unità combattenti rivoluzionarie per il comunismo (Cagliari 1)
Unità di proletari armati (Napoli 3)
Unità combattenti comuniste (Milano 1, Firenze 1, Roma 1, L'Aquila 1)
Unità comuniste armate (Napoli 1)
Volante rossa (Trento 2)

Fronte nazionale rivoluzionario (Napoli 2)
Fronte di liberazione nazionale (Palermo 1)
Giustizia nazionale rivoluzionaria (Roma 1)
Gruppo nazionale rivoluzionario (Roma 1)
Gruppo « Sergio Ramelli » (Bologna 2)
Gruppi armati rivoluzionari (Padova 1)
Giustizieri d'Italia (Ancona 1)
Le figlie di Orio (Sassari 1)
Nuclei armati rivoluzionari (Roma 3)
Ordine nuovo (Venezia 1, Padova 1, Varese 1, Roma 1)



Todas - ou quase todas - as publicações comunis-
tas radicais, marxistas
libertárias, anarquis-
tas e de outras cor-
rentes subversivas
de diferentes países,
em português, castelha-
no, francês, italiano,
inglês, alemão, etc.
Livros seleccionados
e de editoras radicais
portuguesas e estran-
geiras.

Descontos substan-
ciais em revistas e
livros todos os 15
dias, por temas.

Livros Spartacus

*Pedidos para
Apartado 2500, Lisboa 2.*

Charles Reeve

O TIGRE DE PAPEL/ SOBRE O DESENVOLVIMENTO DO CAPITALISMO DE ESTADO
NA CHINA - 1949-1971, 224 pp., 50\$00

André e Dori Prudhommeaux

A COMUNA DE BERLIM/ AS LUTAS PROLETÁRIAS NA ALEMANHA (1918-1919)
144 pp., 30\$00

Otto Ruhle et. al.

O VOTO, AS ELEIÇÕES, O ESTADO: ARMAS DO CAPITAL
96 pp., 15\$00

Anton Ciliga

LENINE E A REVOLUÇÃO, 96 pp., 15\$00

Anton Pannekoek, KAPD

SINDICATOS, ARMA CONTRA-REVOLUCIONÁRIA
72 pp., 15\$00

Vernon Richards

A REVOLUÇÃO SOCIAL EM ESPANHA - 1936-1939
36 pp., 10\$00

Benjamin Péret/G. Muñis
SINDICATOS E REVOLUÇÃO SOCIAL
96 pp., 25\$00

Amadeo Bordiga
PROPRIEDADE E CAPITAL/
O MARXISMO DOS GAGOS
96 pp., 25\$00

Jean Barrot
CAPITALISMO E COMUNISMO
30 pp., 5\$00

Da comunidade primitiva ao primitivismo do Engate



A miséria sexual reinante não se limita aos actos preliminares nem ao ambiente em que se desenrolam os contactos sexuais: abarca, também, a relação sexual propriamente dita. Mas a necessidade vigente de produtores/consumidores não permite à burguesia pôr de lado o coito.

O especialista da sexualidade separada — o sexólogo — é o encarregado de continuar a luta contra o prazer, iniciada pelos médicos-moralistas depois do Renascimento. Qualquer sexólogo que como tal se considere estará pronto a explicar-nos que o acto sexual propriamente dito consiste em introduzir o pénis na vagina e efectuar movimentos de vaivém até que um dos parceiros sinta o orgasmo. No caso de ser o homem o primeiro, este deveria esperar o tempo suficiente para ter de novo erecção e poder repetir a operação — isto, note-se, se por acaso a mulher ousou reclamar o seu direito ao orgasmo.

Qualquer outra forma de jogo erótico é sempre considerada em relação ao coito reprodutor, ou ao coito higiénico-orgástico de Reich, e classificada com a etiqueta de perversão, já que o termo 'pecado' é cada vez menos aceite.

Embora a repressão religiosa não tenha desaparecido inteiramente nalgumas zonas, onde ainda continua a ser utilizada, vê-se todavia claramente ultrapassada pela repressão sexológica, que dispõe, esta, de um disfarce superior, o da objectividade científica — e temos então a sexologia e a sua aplicação escolar, a educação sexual.

O problema central da sexologia consiste em proporcionar uma justificação 'científica' da sexualidade separada, apresentada esta como normal ou sã. Como consequência imediata, a sexologia terá como função especial prolongar a existência dos casais em crise, e em crise justamente devido à miséria da sua relação sexual, sendo a sexologia incapaz de perceber esta miséria como mais uma componente do ódio total gerado pelo casal.

Todos os sexólogos são unânimes em afirmar que uma 'crise sexual' não apresenta motivo para a dissolução do casal, e tentarão encontrar uma solução no interior da sua especialidade; assim, uns procederão à socioanálise do casal, outros à terapia de grupo, e todos com o mesmo fim: tornar possível o reaparecimento do coito perdido.

Os sexólogos, com a sua obsessão de manterem o casal, recomendarão o intercâmbio passageiro entre casais diferentes. Pretende-se, com isto, reforçar a sua coesão, ao demonstrar, por exemplo, que a frustração de ser fodida pelo marido da vizinha é tão grande como sê-lo pelo próprio marido.

A educação sexual, por seu lado, encarrega-se de ocultar a existência do jogo erótico e do prazer sexosensual, ao fazer ressaltar a importância do coito através de grandes discursos biológicos à mistura com elogios do amor e do carinho, que devem acompanhar tais coisas, apresentando o orgasmo do coito como prazer único e higiénico, e como parte integrante da vida dos adultos. Tudo isto, bem entendido, de acordo com o sagrado quadro do casal. Nem uma palavra, sequer uma imagem, permitem supor a existência de todo um jogo erótico como causa de prazer. Chupar os seios, apalpar qualquer parte do corpo com outra, morder, beliscar, lambear, meter um dedo no cu, os jogos eróticos infantis em grupo, o prazer sexosensual na relação entre adultos e crianças, ou entre pessoas de qualquer idade, nada disso existe no universo higiénico, biológico-reprodutivo e casamenteiro da educastração sexual.

Não se pode, é certo, afirmar que seja impossível sentir um determinado prazer introduzindo o pénis na vagina, mas pode isso sim dizer-se que não é essa, nem pouco mais ou menos, a forma que produz maior prazer no jogo erótico. Além disso, o coito degenera frequentemente num esforço ginástico esgotante, em que o exercício físico impede mil gestos de alegria, com o que a monótona e higiénica busca do sagrado orgasmo substitui a libertação e o alegre jogo da relação sexual.

A maior rapidez do homem em sentir o orgasmo, a falta do mesmo e de prazer vaginal em muitíssimas mulheres, o aparecimento frequente do tipo acabado de furadores de vaginas, que utilizam o pénis como se se tratasse de um martelo pneumático — fenómenos estes todos eles resultantes da educastração — fazem com que seja absolutamente desaconselhável a utilização do 'pó' reprodutor, a menos que o objectivo seja a criação com coelhos, e então sim, poder-se-á recorrer à inseminação artificial.

A consequência imediata de se prescindir dessa forma de relação sexual seria o fim da ilusão pro-

duzida pela indústria químico-farmacêutica em torno da contracepção. Fim esse que se veria inevitavelmente seguido do aparecimento dum controlo real da natalidade.

Indissoluvelmente ligada à sexualidade separada, quer seja no casal ou em qualquer outro tipo de relação, uma constante manifesta-se sempre: a dissimulação, a clandestinidade na relação sexual. Toda a afirmação pública não espectacular é proibida, e mesmo punida, por intermédio das leis. E isto inclusivamente entre os nudistas, cujo objectivo consiste em conservar a repressão apesar de se apresentarem nus. Excepção aparente a esta dissimulação: os contactos tácteis mão a mão e o 'filete'. Aparente, dizia, porque se porventura têm uma remota origem sexual não conservam nada de sensual ou que dê prazer. Pelo contrário, todos nós conhecemos bem o aspecto frustrante e castrante do *t a r a d o* ou o significado possessivo de andar de mãos dadas ou de andar 'agarradinhos'.

A clandestinidade sexual, o querer-se estar a sós para foder, é a continuação lógica da dissimulação a que nos forçam durante a infância e a 'adolescência', períodos durante os quais as manifestações externas de jogos e masturbações são consideradas perversões e severamente reprimidas ou 'curadas'. Produtora subtil de sentimentos de culpabilidade — e, portanto, de clandestinidade — é a atitude tolerante e 'pedagógica' que por vezes se toma em relação a essas manifestações eróticas. O indivíduo, ao sentir-se tolerado, compreende ao mesmo tempo que só se tolera algo que normalmente não deve ser feito. Afirmações públicas irreais da sexualidade, produtos especializados do espectáculo, a pornografia e o live-show apresentam-se como o ponto máximo da libertação sexual. A pornografia exhibe as misérias que a vida quotidiana deve ocultar; solta os tabus da homossexualidade, da idade, mas tudo isto de acordo com a essência do espectáculo, que consiste em oferecer à contemplação 'o que a sociedade pode fazer, mas nesta expressão o permitido opõe-se absolutamente ao possível'. A pornografia encarrega-se de **comercializar** a contemplação do proibido.

O carácter alienante da pornografia encontra-se patente na ridícula representação que oferece do sadismo e de outras formas anormais do jogo erótico. Deformação que reforça, por oposição, a forma normal de fazer amor e reprime todos os outros desejos, juntando-lhes um sentimento de culpabilidade acompanhado pela consciência de se ser anormal.

5

Na sanidade da falsa deliberação (Tide/Omo, a mesma marca; Philips/Telefunken, a mesma merda alienante e alienada) apresentam-se como soluções revolucionárias as que são propostas por camarilhas de intelectuais reunidos em torno de revistas da especialidade, as quais regra geral dispõem do nome-padrão de sex-pol(ítica).

Estes profissionais do sexo politizado dizem que lutam pelo direito de escolher o seu parceiro sexual, sem distinção de sexo ou idade e sem qualquer forma de violência. Pensam assim, sem dúvida, poder aumentar as suas possibilidades de acasalamento.

Na sua cruzada contra Thanatos pretendem lutar contra um moribundo, a família nuclear, e pretendem substituí-la pelo modelo que o espectáculo oferece: o casal tal como anteriormente foi analisado. Pretendem dissimular o seu afã casa-



menteiro apresentando-se decididos a estabelecer novas formas de convivência, e ei-los então desmascarados quando reclamam a diminuição do horário de trabalho para melhorar a vida do lar.

Esta mistura de político e de sexólogo reclama um modo de produção sexual-revolucionário. Quer dizer, 'um modo de produção em que os homossexuais e as mulheres não sejam discriminados'. Falando claro, pedem a abolição das discriminações entre os escravos. Segundo eles, o salário justo é um pré-requisito para um comportamento sexual livre e satisfatório, daí se deduzindo que para eles o modo de produção concreto se baseia no trabalho assalariado. Pretendem, deste modo, combater a sexualidade separada mantendo a separação que dá origem a todas as outras: a separação do produtor e do seu produto, o trabalho assalariado.

Todas estas burrices (que me perdoem os burros, que mesmo assim em matéria de sexo ainda lhes poderiam ensinar algumas coisas úteis) são enfeitadas com um pouco de libertação infantil e de apoio (incapazes de poder contribuir com uma crítica correcta) à luta contra a repressão específica da mulher, sendo rematadas com a afirmação de que constroem uma ideologia (ironia das ironias!) sobre uma concepção materialista e dialéctica da sociedade e da história. Fácil é pois imaginar estes sexólogos do amanhã ao serviço dum classe burocrática no Poder, impondo, em nome da sua ideologia, o modelo de produtor sexualmente emancipado que acumulará o capital em nome da Nação.

Outra das possibilidades de superação da sexualidade separada é a que surge da intenção de formar comunas, com o sentido de ultrapassar a miséria da vivência a dois.

No colectivo típico desenvolvido na Escandinávia não existem formas novas de relação sexual. Todos os velhos costumes — clandestinidade, separação de sexos, casal, engate e, inclusive, alguma família nuclear alterada — se mantêm intactos no interior deste tipo de colectivo, que em geral não é mais do que a simples constituição/reunião, num espaço fechado, de um determinado número de pessoas que põem em comum uma parte do seu dinheiro (raramente todo) para os gastos comuns.

Poucas comunas se põem seriamente o problema da participação igualitária de todos os seus membros na vida do colectivo, e, por conseguinte, nas relações sexuais. Os colectivos que o tentam vêm a deparar (não necessariamente, porém) com o fenómeno de pluralização do casal. Isto é, os membros da comuna renunciam à relação autónoma (sexual mas não só) no que diz respeito ao exterior. E desenvolvem-se sentimentos de posse e exigências de fidelidade entre os seus membros, ao mesmo tempo que o mesmo se passa com os de clandestinidade em relação às pessoas do exterior. A ampliação do casal encerra pois a miséria inerente à sua relação, que depende da qualidade da mesma e não só do número de pessoas.

A homossexualidade, até há pouco reprimida como um perigo para a existência da humanidade, começa a ser tolerada sob a forma de aparência homossexual, e oferecida como contraste em relação à normalidade heterossexual, sendo assim recuperada para reconstruir a ilusão da liberdade de escolha.

A aparência homossexual apresenta os maricas e as lésbicas como uns perversos inofensivos, dos quais uns adoptam o papel do sexo contrário e formam então casais com pessoas do mesmo sexo, onde a relação hierárquica macho fêmea se vê reproduzida. Esta aparência baseia-se num facto real, a existência de prazer na relação sexual entre indivíduos do mesmo sexo, e na existência de facto dum grande número de casais homossexuais com os papéis de dominado e dominador. As diferentes associações homossexuais, politizadas ou não, exigem a possibilidade de os seus membros poderem participar sem discriminações na comédia do engate, na solidão do casal e nas frustrações da clandestinidade. Quer dizer: reclamam o direito de participar na solidão da sociedade actual ou duma burocracia socialista, sem discriminações.

O mais notável triunfo destas associações reside em terem conseguido nalguns países liberais a descriminalização da homossexualidade e a legalização do casamento homossexual.

Mas a independência entre o coito higiénico-reprodutivo e a relação sexual homossexual é a afirmação do prazer sensual e o jogo erótico como objectivo do acto sexual. Quer dizer, a negação da sexualidade separada.

Quando há negação da aparência de satisfação através do coito, e afirmação do prazer real, a sociedade do espectáculo reconhece nos maricas e nas lésbicas os seus inimigos, e utiliza todas as suas armas (ciência, psiquiatria, imprensa, cultura, pornografia) para manter a discriminação do engate e do casal homossexual, ao mesmo tempo que anuncia certas concessões jurídicas; com o que, sem deixarem de ser reprimidos, os homossexuais não politizados acabam por ficar desarmados, e só lhes resta então o caminho do conformismo.

Esta repressão aperfeiçoada e aumentada, juntamente com a evidente repressão dos homossexuais em todo o tipo de burocracias socialistas, é o que não permite aos homossexuais mais radicais instalarem-se em qualquer das ilusões reformistas ou 'socialistas'. Os maricas e as lésbicas revolucionários reconhecem que o ser-se reaccionário não tem nada a ver com o ser-se hetero ou homossexual, e consideram estes dois tipos como especializações distintas da mesma sexualidade separada. Têm mesmo assim de reconhecer que o carácter sexual reaccionário da época se baseia no engate e no casal anteriormente descritos, sejam estes homossexuais ou heterossexuais, e que os comportamentos macho e fêmea não são mais do que duas formas de consumir aparências, e não as únicas. É tão reaccionária a dissimulação sistemática

do jogo erótico homossexual como a do heterossexual.



6

'Quando a realização sempre mais avançada da alienação capitalista, a todos os níveis (...) nos coloca como alternativa destruir por completo a totalidade da miséria que nos rodeia ou nada destruir, a organização revolucionária deveria ter apreendido que se não pode combater a alienação através de formas alienadas'.

Ser-se revolucionário implica a emancipação em relação à sexualidade separada, assim como cada indivíduo só pode emancipar-se da sexualidade separada sendo revolucionário.

A emancipação do jogo erótico e do prazer sexosensual não se dará com qualquer receita de Reich ou de natureza bissexual, passando, isso sim, pela afirmação, aceitação, desculpabilização, satisfação e harmonização das numerosas formas individuais de jogo erótico-sexual que desde já existem. A emancipação do nosso prazer sexosensual é um desejo comum a todos os proletários, e como tal deve ela ser discutida e resolvida em comum. Aqueles que, vítimas da especialização economicista de Marx, não vêem que a subversão social se produz a um nível total ou não o é, continuam as suas afirmações acerca da sujeição da subversão no campo do erotismo à da produção, com o que, além de demonstrarem a sua inibição sexual, dão mais uma vez provas de não terem apreendido que se não trata de mudar o sistema de produção para que 'depois' mude a vida, mas sim que o capitalismo reuniu já condições materiais suficientes para se iniciar uma transformação radical da vida, se se destruir de modo irreversível a ordem social presente. Destruição esta que tem como núcleo central a abolição da propriedade burguesa ou burocrática dos meios de produção, o que implica o fim da divisão da sociedade em classes e o fim da acumulação quantitativa de mercadorias como única razão de ser da nossa existência.

As últimas experiências proletárias (até hoje sempre combatidas e derrotadas pelas diferentes forças da sociedade de classes) mostraram que a forma através da qual é possível a emancipação da vida passa, neste século, pelo poder incondicionado de conselhos revolucionários de trabalhadores, que concentrem todas as funções de decisão e execução, que se federem por meio de delegados responsáveis perante a base e revogáveis a todo o momento.

O conselho, contrariamente às ideologias, propõe sobretudo problemas, e não decisões. Mas o poder dos conselhos de trabalhadores reside precisamente no facto de ser o lugar onde os problemas da revolução do proletariado podem encontrar a sua verdadeira solução. É aí que se encontram reunidas as condições objectivas da consciência histórica, e onde começa a realização da comunicação directa activa e termina a especialização, a hierarquia e a separação; é no seu seio que as condições existentes se transformam em unidade.

Eis, para o momento actual, algumas das tarefas que podem ser consideradas urgentes:

- Informação e crítica subversivas especialmente dirigidas aos extractos mais instáveis e inconformistas da sociedade.

- Negação prática dos papéis de macho e fêmea no nosso quotidiano, utilizando para isso, se necessária, a violência.

- Combater o casal, expondo à luz da crítica a sua miséria real e o seu carácter reaccionário.

- Superação do engate através da expressão directa dos nossos desejos (não necessariamente verbal).

- Experimentar novas formas de convivência que não impeçam a autonomia do indivíduo.

- Reinventar continuamente formas de prazer e de gozo; praticá-las sem receio.

- Desviar os centros do casal e do engate convertendo-os em centros de libertação e coordenação dos nossos desejos.

- Superar todo o tipo de limitações por aparências de idade, sexo e estética.

- Masturbação a sós ou em grupo; promoção de orgias onde e quando nos apetecer.

- Satisfação de todo o tipo de prazeres reputados como perversos (masoquismo, sadismo, relações com animais, coprofagia).

- Apagar dos nossos costumes a passividade e a vergonha.

- Conseguir que o projecto de uma orgia seja suficiente para provocar greves selvagens.

- Sendo possível, desviar colégios e escolas transformando-os em centros de deseducação, com o fim de deseducar o prazer que nos foi educado; se não for possível, deitar-lhes fogo, o que pelo menos permitirá aos alunos algumas semanas de férias.

- Destruir as mercadorias que na actualidade atrasam a nossa necessidade de relações sexuais e de libertação; não sendo isso possível, desviá-las.

- Desviar a pornografia.

- Concretizar tudo isto organizando-nos sem reproduzir as taras hierárquicas ou os autoritarismos prestigiosos.

- Coordenar estes combates entre si, integrando-os na luta total revolucionária.

Primavera, 1977

Jaime Garcia

EDITORIA DAS MULHERES



LIVROS EDITADOS

As Mulheres Rompem o Cerco
Colectivo/ Testemunhos

Cartas de Mulheres à Cornélia
Colectivo/ Documentos, poemas

Uma Semana Igual a Tantas Outras
Natalia Baranskaia

A EDITAR

A Morte da Mãe
Maria Isabel Barreno

A cooperativa servirá para que todas as mulheres se possam fazer ouvir. Queremos encontrar-nos. Tentaremos criar um espaço para todas as formas de expressão escrita e não só. Não somos nem críticas literárias nem técnicas editoras. Que todas as mulheres se sintam livres de nos escrever.

editora das mulheres

Cooperativa Editorial

Rua Reinaldo dos Santos 12-6. ºA

Lisboa 4 Portugal



AQUI OLHO DE LINCEI
REGISTEM: A EDITORA
& etc, DE LISBOA, ACABA DE PUBLICAR, EM
2ª EDIÇÃO, O LIVRO
DE PEDRO BARBOSA



& etc

rua da emenda
nº 30, cave 3
lisboa 2, telefone
371955.
um covil de
maravilhas:
a não perder!

O Sexo da Revolução



**Escolha uma casa
onde se vive melhor**

O texto que precede levanta variadas questões polémicas. Por nós, vêmo-las de modo diferente do abordado. Objecto de discussão, este texto acabou por provocar um outro, do nosso colectivo.

Pensamos que questões tais como a discriminação, a limitação por aparência de idade, sexo, estética, não poderão ser superadas apenas pela concentração numa prática por si só limitada: a da sexualidade. O texto de J. G. reflecte até certo ponto uma tendência hoje muito comum, que encara as relações humanas/pessoais como um fim em si mesmas, o que por sua vez é um reflexo da separação existente na sociedade entre a vida pessoal e a produção. No entanto, uma mudança radical desta sociedade não pode ocorrer apenas fora do processo de produção; as relações humanas por si próprias não podem fornecer a base para uma transformação da sociedade, pois uma nova sociedade tem que se basear numa nova organização do 'trabalho' e num novo modo de produção.

Talvez a questão dos conselhos revolucionários tenha sido lembrada por isso mesmo; porém, ali, ela foi colocada mais como forma do que conteúdo - a forma de organização não é algo que preceda uma prática.

Os conselhos revolucionários, surgidos em certos momentos históricos - como nas insurreições na Rússia de 1905, 1917 e 1921, na Hungria de 1956, na Polónia -, representaram tentativas de destruição do capitalismo de Estado (neste caso), lutando simultaneamente

contra o Estado e o novo patronato, propondo uma maneira nova de produzir/consumir, directamente ligada aos interesses reais dos proletários, luta que teria de abranger a totalidade da vida quotidiana. No texto de J.G. os conselhos aparecem desligados do que anteriormente foi discutido: o artigo trata de algo 'específico', aborda depois uma forma mais geral de organização e, no final, expõe tarefas de novo limitadas à sexualidade, pretendendo que ao tocar neste aspecto se modifique a totalidade: 'conseguir que o projecto duma orgia seja suficiente para provocar greves selvagens'.

Para questionarmos a sexualidade tal como é hoje praticada, temos que analisar e questionar os princípios fundamentais da experiência humana - a divisão do trabalho entre os sexos, as doutrinas de 'masculinidade' e de 'feminilidade', a exclusão das crianças e dos velhos do mundo 'real', a transformação das mulheres em objectos sexuais, o distanciamento dos homens em relação ao aspecto emocional, a moralidade competitiva e individualista que divide as pessoas entre si para que contribuam para o progresso da economia, - em suma, a natureza opressiva de uma sociedade dividida por classe, sexo e raça. Temos que confrontar a experiência humana quer nas suas minúcias, quer na sua totalidade.

Ao discutir-se a sexualidade tem-se uma certa tendência para limitar o questionamento principalmente ao aspecto sexista (divisão por sexos) do sistema capitalista, sem ter em conta a realidade total do sistema sob os aspectos material e ideológico. Isto não pode ser conseguido apenas por grupos específicos (por ex., pelo movimento feminista ou pelo dos homossexuais); terá de ser feito por um mais amplo movimento, que, preservando a autonomia dos seus componentes, tenha uma prática de luta teórica também, a todos os níveis, para a mudança das nossas relações sociais, em oposição total às necessidades dos opressores e nos manterem divididos materialmente por sexo, raça, idade, ocupação.

Uma mudança radical destas condições precisa ser acompanhada de um exame profundo e radical da ideologia e da estereotipação cultural a que somos submetidos e que nos separam uns dos outros e de nós próprios.

As ideologias não surgem do nada; são o resultado da luta entre diferentes grupos sociais, classes, da divisão do trabalho. Um grupo que detém o poder social cria a ideologia para o justificar. Ideologias reacionárias podem assim espalhar-se entre grupos que não detêm o poder social, por ex., aqueles que não possuem os meios de produção. A ideologia dominante dá certas explicações sobre a situação das pessoas de forma a que estas a aceitem e, mais importante ainda, de forma a que elas veiculem essa mesma ideologia que as oprime, e que vem a ser o sustentáculo do poder dos parasitas. É assim que se aceitam muitas coisas como se fossem naturais - como é o caso da sexualidade.

A principal função do Estado capitalista moderno consiste em reproduzir as relações de produção em todas as esferas da vida quotidiana. A repressão da sexualidade é deste modo utilizada pelo capitalismo enquanto arma vital no condicionamento dos trabalhadores, para que se submetam (aparentemente de modo espontâneo) a um sistema de trabalho autoritário - submissão esta em que a família se apresenta como instituição principal, logo seguida do sistema escolar, da TV, imprensa, serviços de assistência social (centros de planeamento familiar) com os centros médicos e psiquiátricos a apoiá-los, e por aí fora. Porque há outras instituições da vida quotidiana com certa importância na formação das nossas ideias sobre o tipo de existência que levamos: a Igreja, o aparelho político (os partidos, sistema eleitoral, etc.), todo o sistema legal, os sindicatos, a cultura/literatura, o futebol, o totobola, a publicidade, etc.

Edward Thompson, no seu The Making of the English Working Class, mostra como as restrições ideológicas impostas aos pobres pelo metodismo penetraram profundamente a classe operária, e isto principalmente no campo da sexualidade.

A opressão tem de ser compreendida como contraditória e total. Existe uma contradição contínua entre a realidade do trabalho (maçador, fatigante, feito para os patrões, a má alimentação, o consumo dos 'tempos livres', as más condições de habitação, a alienação sexual) e as maneiras falsas de se compreender esta realidade, nomeadamente a ideologia da 'igualdade de oportunidades' e a liberdade para competir, segundo a qual qualquer um pode alcançar os privilégios da família burguesa protectora e privatizada ou actuar à imagem de James Bond.

Estas contradições estão presentes na ideia da 'participação' dos trabalhadores na gestão das empresas, ideologia veiculada pela actuação dos sindicatos, que cada vez mais se integram no a-

parelho de Estado, fazendo parte integrante do planeamento da economia e tendo como função dizer aos trabalhadores que realizam um trabalho em nome do 'interesse nacional'.

Há uma contradição constante entre a realidade da impotência individual, de tudo despojada, perante um sistema opressivo, e o sonho de se alcançar o poder, a propriedade individual, as 'benssões'. É este um sonho de quase todo o macho - a nível material e sexual -, um sonho que em parte é resolvido à custa das mulheres.

Quase todos nós tivemos a nossa sexualidade distorcida nesta sociedade. Quando o sexo é uma mercadoria para ser comprada, manipulada para fins comerciais e vendida como qualquer outra coisa - dos automóveis aos desodorisantes -, e quando é mesmo o tema preferido para as piadas, para os 'palavrões', não serão as nossas famílias as únicas responsáveis pela distorção da nossa sexualidade - na realidade, elas apenas dançam ao ritmo ditado por uma sociedade corrupta. É na família - unidade essencial para a reprodução, produção e consumo baseados numa divisão do trabalho que em particular oprime a mulher - que tanto o homem como a mulher têm de satisfazer as suas necessidades de afectividade e sexualidade e de ter os seus filhos; é onde a estrutura sexista da sociedade está contida em miniatura. Aí aprende a criança qual o lado da barreira que lhe está destinado: o seu papel sexual. As restrições impostas pelos pais aos filhos constituem apenas uma preparação para que ela/ele aceitem as restrições materiais/sexuais do seu futuro - quando ele/ela poderão já policiar-se a si próprios devido ao processo de condicionamento de pensamento já sofrido: a ideologia foi absorvida.

A família, na sociedade actual, pode constituir para as pessoas um refúgio contra as relações sociais desumanizadas; da mesma forma se protege o casal, refugiando-se nas relações pessoais privilegiadas de um para com o outro. Ao passo que para a classe dominante a família é um elemento de manutenção da ordem, da tranquilidade, da segurança, o lugar da 'reprodução invisível' da força de trabalho a todos os níveis, e cada vez mais ao nível afectivo, os trabalhadores buscam na família, no 'na cara metade', a afectividade impossível de ser encontrada nas relações do trabalho. O 'mundo moderno do subjectivismo' é procurado pelos trabalhadores em oposição à economia capitalista. Não podendo já realizar-se a identidade individual através do trabalho ou através da posse dos meios de produção, os indivíduos passam então a desenvolver a necessidade de serem valorizados 'por si próprios'. A proletarianização, no seu processo ao longo da história, fez aumentar o subjectivismo, através da família, compreendida e aceite como a esfera da 'vida pessoal', considerada pouco relacionada com a organização capitalista da sociedade. Ao separar a sociedade entre 'trabalho' e 'vida', a proletarianização criou condições sob as quais há homens e mulheres que, fora da divisão do trabalho, fora do emprego, se consideram como seres livres.

A família/o casal, portanto, actua como elemento estabilizador também afectivo: controla a agressividade e o ódio, domestica o trabalhador para que ele/ela possa comportar-se 'convenientemente' no local de trabalho. Busca-se a energia emocional no seio da família, e é lá que são traçados os papéis culturais macho/fêmea.

O reforço do casal como instituição, quando a

família enfraquece, é o que preocupa o capitalismo, já que a repressão da nossa sexualidade tem de ser assegurada duma ou doutra forma. Por isso o capitalismo criou novas necessidades com a proletarianização, e foram intensificadas as relações pessoais adentro da família ou do núcleo do casal.

Sobre esta preocupação das pessoas que, por exemplo, nos Estados Unidos, cada vez mais procuram as clínicas para terapia sexual, note-se o que disseram Masters e Johnson: 'Um homem e uma mulher necessitam um do outro muito mais do que nunca dantes. As pessoas precisam de agarrar-se a alguém. Outrora havia o clã, mas agora têm-se apenas um ao outro'.

Poderíamos perguntar-nos como é que o capitalismo se arranjaria se esta estrutura deixasse de existir. Isto é, se poderia prescindir dela e substituí-la por uma outra forma de controlo sobre os indivíduos.

Se o capitalismo pudesse prescindir das relações humanas e pessoais, isso seria para ele o ideal (cf. o problema do coito no texto de J. G.: não se vê razão para que ele queira acabar com o coito). Como o não consegue, há pois que regularizá-las, visto os humanos — apesar de desumanizados sob o capitalismo — ainda reterem o seu desejo de manter relações pessoais afectivas sensuais/sexuais espontâneas, por mais deformadas que estas tenham sido pelo sistema de opressão. Ainda mantemos dentro de nós muita humanidade, e é esta que nos dá as forças necessárias para uma luta anticapitalista.

A sexualidade que hoje conhecemos é o resultado de uma longa aprendizagem, que nos forneceu os padrões de comportamento sexual considerado 'normal'. Tanto os homens como as mulheres se adaptaram a estes padrões; no caso da mulher, a sua sexualidade é mesmo definida a partir da sexualidade dos homens ditos 'normais' (nisto, a ideologia da normalidade funciona à perfeição), sendo passada de pais para filhos através da escola e da educastração em geral. A sexualidade da mulher foi suprimida em nome da monogamia, ao serviço duma civilização centrada no homem, para o qual existe um duplo padrão de comportamento, ao passo que a mulher deve manter-se 'fiel', dentro duma prática sexual alienadamente isolada para ambos os sexos.

Quando as pessoas querem definir a sua própria sexualidade a partir daquilo que sentem, como expressão de liberdade e gozo (por ex., os homossexuais), uma tal iniciativa tem de ser reprimida. Mesmo a ideologia sexual dita liberal acha que o comportamento homossexual precisa de ser 'explicado' como um 'desvio'; nesta ideologia, o que deve ser tolerado constitui evidentemente uma 'anormalidade'. Ao mesmo tempo, a sociedade capitalista aproveita-se do comportamento homossexual para o integrar no consumismo mercantil.

Porém, a classe dominante 'mexe' na homossexualidade com certo medo. Porque o homossexualismo contém em si muito de subversivo, no sentido em que pode que pode questionar a ordem estabelecida quanto aos valores fêmea/macho, ir contra o determinismo heterossexual e pôr em questão o patriarcado de hoje, criando relações pessoais incontroláveis pelo capitalismo e pela família. No entanto, a prática dominante actual do homosse-

xualismo inscreve-se também no interior do individualismo do casal, com as mesmas taras de ciúmes, exclusivismo, etc., pois os limites impostos pela sociedade o não deixam passar a uma prática colectiva e alternativa da sexualidade — não discriminatória de idade, estética, cultura e mesmo ainda de sexo.

O comportamento sexual vigente não serve nem aos homens que dispõem duma cabecinha para pensar — mostra-se tão pobre e primário que, depois de se o praticar um certo tempo, não se pode atingir senão a alienação. O coito 'normal' assemelha-se até aos actos mecânicos e ritmados duma linha de montagem. Entretanto, são poucas as pessoas que concordam que sob o ponto de vista da sexualidade homens e mulheres são equivalentes; a crença sobre diferenças 'naturais' é por demais comum.

Primeiramente, os homens são considerados sexualmente agressivos, e as mulheres passivas: são os homens a tomar as iniciativas nos contactos sexuais, etc. E sob o ponto de vista biológico equaciona-se facilmente uma tal crença: a vagina está simplesmente ali, à espera do pénis. Diz-se também que os homens têm um maior impulso sexual (não resistem senão dificilmente ao sexo), e que por isso começam mais cedo a masturbar-se e praticam mais a masturbação, cometem depois mais adultérios, dedicam-se a práticas sexuais mais variadas, etc. Estas diferenças representam os estereótipos que somos forçados a seguir, que definem a maneira 'correcta' e 'normal' do nosso comportamento, disso se concluindo o que é 'natural' e o que o não é.



Sob o aspecto biológico é já bastante conhecido que homens e mulheres são mais parecidos do que diferentes; os seus órgãos sexuais provêm duma mesma estrutura e estão ligados ao corpo/cérebro por músculos/vasos sanguíneos que produzem efeitos idênticos — o clitoris e o pénis têm uma formação quase idêntica —, mas o clitoris é o único órgão cuja função está exclusivamente ligada ao prazer sexual, ao passo que o pénis acumula duas outras: a ejaculação de urina e de sêmen reprodutor.

Os agentes da moralidade, na nossa (salvo

seja) sociedade - psicólogos, médicos, psiquiatras, assistentes sociais, etc. - esforçaram-se sempre por nos convencer de que as mulheres, para terem prazer, deveriam ser 'fodidas' e arcar com as consequências de terem filhos. Do outro lado da balança, as mulheres são atingidas de duas formas pelo mito do orgasmo: 'é preciso ter orgasmo para se ter prazer' / 'a mulher tem dificuldade de atingir o orgasmo'. Naturalmente, esta última tirada tem a ver com a ignorância sobre a existência de outras fontes de prazer, e nomeadamente a do clitoris, descoberta proibida às meninas desde a infância. O resultado deu no que deu: as mulheres são passivas, não se admite a mulher sexualmente activa, a tradicional posição do coito (o homem por cima) é exposta como o suprasumo do prazer e como a 'normal', e considera-se 'normal' a relação heterossexual.



Seria um erro confinar a sexualidade à realização do orgasmo e à obsessão sobre as partes erógenas - isto apenas limitaria a sexualidade à tirania do orgasmo e à concentração na zona genital, em detrimento de uma sensualidade mais generalizada. A obsessão genital pode criar objectos dentro de objectos; a mulher pode assim tornar-se simplesmente um compêndio de zonas erógenas e, quanto ao homem, o seu caralho pode transformar-se na sua única fonte de envolvimento físico, separando-se do resto da sua personalidade física.

Isto também perpetua uma forma de actividade sexual que, longe de ser uma experiência sensual total, apenas se limita à erecção e ejaculação; o sexo pode assim ser confinado a um estudo de tempo e ritmo pelo qual 'fazer amor' se reduz a uma prática industrial limitada, que envolve apenas a estimulação genital e o clímax. Deste modo, a afectividade fica completamente castrada nas nossas relações sexuais: o homem não pode ser emotivo, a mulher deve ser 'romântica' e os homossexuais são uns 'frescos'.

A prática da sexualidade oficialmente aceite conduz os indivíduos a não poderem usar criatividade e espontaneidade nas relações sensuais, e a frustração disso decorrente pode ser vista pela procura que se produz nas sexy-shops, nos shows ao vivo, nas revistas pornográficas, tudo isto meros elementos simbólicos da presente miséria sexual.

A forma mecânica de se considerar o sexo pode mesmo conduzir, nos seus extremos, a uma perturbação da sexualidade das pessoas, retirando-lhes a comunicação e o prazer que têm umas com as outras, para se tornar, em si mesma, uma indústria, submetida cada vez mais a um maior número de permutações extraordinárias, uma indústria pela qual, tanto os homens como as mulheres, são reduzidos a miseráveis objectos. Assim, o Kama Sutra e a procura incessante de inovação sob a estampa de 'relações livres', pode vir a reduzir o sexo a um tipo de jogos olímpicos da cama, em que os protagonistas se podem condecorar uns aos outros, ao fazê-lo sem parar, todas as noites, de 69 maneiras diferentes, fazendo uso de quaisquer objectos que lhes venham à mão, desde barras de chocolate a garrafas de coca-cola, vaginas ou pénis. Em toda esta maratona sexual está evidentemente implícito o espírito de competição, não apenas entre os protagonistas como também entre aqueles que os rodeiam. Expressão típica desta competição, as conversas dos machões nos ba-

res, contando uns aos outros as suas fadas fenomenais com 'as putas' (as mulheres), fornecendo, na sua típica estupidez, pormenores sobre qual era a mais boasona ou sobre os garotos que esperam preparar para uma enrabadeira.

'A perseguição patológica da inovação, da estimulação, como se isso fosse salvar as pessoas da banalidade e da alienação da sua realidade psicológica, não é apenas uma expressão de uma sexualidade desumanizada: é também um sintoma de um sistema social em que o desperdício e a renovação dos bens de consumo são factores importantes.' (Beatrix Campbell, in *Conditions of Illusions*, 1973-74).

A ideologia da liberdade de escolha entre artigos de consumo variados torna-se cada vez mais forte e clara, achamos que somos livres para comprar ou não comprar (a maioria das pessoas pensa que é imune à publicidade), mas a realidade é que não somos livres para não querer estes artigos de consumo.

A ideologia da liberdade sexual pode ser vista dentro deste contexto, de como compreendemos as nossas necessidades cada vez maiores de consumir mais e melhores objectos sexuais:

'Experimenta teu amor como se fosse
uma nova camisola,
A queda e o corte para a teus amigos
impressionar
Experimenta teu sorriso, enquadra
tua face
Mostrar afeição não deve ser
nenhuma desgraça'

(extracto de uma canção roxy).

As credenciais sexuais das mulheres são-lhes outorgadas pela sua aparência física, pela maneira como se movem, etc. - elas estão por assim dizer obrigadas a promover-se como objectos sexuais -, não lhes sobrando outra margem quanto a passividade. A única liberdade que é permitida às mulheres é a de estarem sempre prontas para uso enquanto objectos sexuais.

O sexo (principalmente da mulher, e não é por acaso) é incansavelmente utilizado para vender artigos de consumo (para homens e mulheres), o que deixa as pessoas cada vez mais confusas sobre a sua verdadeira sexualidade.

Será que vamos competir uns com os outros para ser o objecto mais deleitável? Ou será que

devemos também ser consumidoras sexuais, ou empenhar-nos a um homem e às suas crianças pelo casamento e maternidade?

Os homens, forçados pela ideologia do 'bom marido', protector e ganha-pão da família, são também constantemente estimulados pelas promessas do consumismo sexual e pela ideologia da 'liberdade sexual' — desde que mantenham o papel de machão: os que saem da 'norma' são considerados maricas.

Está agora na moda descrever como liberta a mulher sexualmente livre, que recusa o casamento, e adopta um estilo de vida tipo macho bon vivant. De libertação isto pouco tem: a mulher apenas aproveita uma das únicas brechas deixadas para si numa sociedade machista: imitar o macho. O que acontece, ainda aqui, é a sua domesticação. O problema da libertação sexual não é tão mecânico como isso. Dizer, por exemplo, 'quanto mais se fode, mais liberdade se adquire, e mais natural se considera a relação sexual', esquece que mais desumanizada também se pode tornar uma tal sexualidade, submetida como está ao equacionamento sexualidade=foda, não envolvendo aquela relações afectivas mais profundas, já que são tão difíceis de atingir nesta sociedade. Por conseguinte, contentemo-nos com os orgasmos!

A comunicação humana da afectividade talvez esteja já tão alienada que os valores que restam são apenas os valores de troca — e assim a única identificação que duas pessoas encontram juntas seria a relação sexual. Atingir-se-ia deste modo um determinismo sexual: a única comunicação possível entre aquelas duas pessoas seria através do acto sexual, hetero ou homossexual. Dentro desta lógica 'moderna' é preciso não pensar, o sexo nada tem a ver com a cabeça, é algo separado, a gente esquece tudo no momento do acto sexual, não se devem criar problemas quanto a isso... Depois, quando os parceiros se encontram noutra situação, nada lhes sobra de identificação.

Os homens e as mulheres foram integrados na lógica do consumismo sexual: usam o corpo de forma a terem um bom valor de troca com ele. Se os homens querem os braços e as pernas das mulheres depilados, depilam-se. As mulheres apertam as cinturas, arredondam os cus, os homens fazem alterofilismo ou atletismo para aparentarem uma maior 'machilidade', etc. — e está tudo pronto para entrar no ringue da competição, de onde bem entendido não escapam também os homossexuais, que se ornamentam com roupagens, bijutérias, maquilhagens e outros artificialismos.

Ao lutar contra este determinismo sexual da competição/separação, não vamos é claro querer entrar noutro esquema separado: a masturbação pela masturbação, as práticas sexuais isoladas de um contexto de luta mais generalizada nada poderão propor de alternativo. Se as nossas relações sociais continuam desumanizadas, as práticas sexuais também o serão.

A sexualidade livre está ligada a outros aspectos da nossa vida quotidiana, e faz parte das relações humanas espontâneas não competitivas. Ora, o nosso quotidiano está amarrado a um planeamento global das nossas acções feito pelo movimento do capital, somos escravizados ao trabalho assalariado, ao consumo que lhe corresponde, e por aí fora. Tudo o que nos cerca está uma merda, — e esta merda invade as nossas relações sociais/pessoais/sexuais. A sexualidade livre só se conseguirá numa outra sociedade.

Os hippies tentavam viver duma maneira livre, em comunidades que obviamente não ultrapassam as imposições existentes no resto da sociedade: não se consegue viver em ilhas de paz-amor-prazer. Não conseguimos safar-nos limpinhos sem pôr a pata nesta vasta poça de cintilante merda. Mas o facto de termos merda até ao pescoço não nos impede de (pelo contrário: impele-nos a) querer coisa melhor. E 'coisa melhor' só pode ser agora a revolta generalizada contra a merda.

Adentro do movimento feminista, do movimento dos homossexuais e entre os radicais há hoje muita gente que luta não apenas para descobrir a sua própria capacidade real em relação à sexualidade, mas também para mudar a totalidade da função sexual, quer se trate de relações heterossexuais, homossexuais ou bissexuais. A solução não se limita às práticas sexuais, tem de se estender à destruição do capitalismo como sistema económico, para destruir relações sexuais autoritárias e repressivas. A mais importante contribuição que esses movimentos trouxeram para a luta anticapitalista foi a noção de que estas mudanças não acompanharão necessariamente, automaticamente, a revolução, tendo que ser explicitadas adentro de movimentos específicos agora, desde já, como uma condição preliminar para a revolução, e não como uma consequência.

Temos dentro de nós todos os ingredientes para servir as nossas necessidades, apesar de eles hoje se apresentarem fragmentados e mecanizados devido às condições sob as quais vivemos. Estar conscientes de que estas condições nos separam uns dos outros e de nós mesmos é perceber que temos possibilidades de constituir um todo humano e edificar uma sociedade gerada para satisfazer as nossas necessidades não-capitalistas. A sexualidade faz parte desta luta porque está arreada na formação da totalidade da nossa estrutura de carácter — porém este confronto de nada vale se acontece apenas na privacidade dos nossos 'lares', i. e., terá de passar para a arena pública.

O nosso desejo de que a expressão da sexualidade se afirmasse a partir daquilo que temos necessidade/desejo pede a espontaneidade. Ora, as pessoas não são idênticas, e as necessidades de uma pessoa não são uniformes/estabilizadas durante toda a sua vida — estamos em constante mudança. Nem o heterossexualismo, ou o homossexualismo/lesbianismo, ou o bissexualismo podem ser postulados como solução — pois ainda que uma solução possa servir pessoalmente a alguém num dado momento, noutro pode já não servir. Não postulamos a uniformidade de comportamento das pessoas e, portanto, não achamos coerente apresentar como alternativa um receituário de práticas sexuais. Para nós é importante a luta contra os preconceitos também no campo sexual, contra o determinismo sexual, contra as regras de conduta, contra a 'normalidade' e a 'naturalidade' burguesas. Talvez idealmente sejamos capazes de nos relacionar sexualmente com uma variedade muito ampla de pessoas de ambos os sexos e de todas as idades, mas isto não corresponde a uma aproximação da realidade actual.

Não nos interessa fazer futurologia sobre o comportamento sexual dos indivíduos. Mas parece que com a abolição das instituições que oprimem a sexualidade esta se expressará de diversos modos livres, sem clandestinidade, sem tensão, e se apresentará do mesmo passo menos separada do resto da nossa vida quotidiana. ■



CORRESPONDÊNCIA



Lisboa, 21-3-78

(...) Um aspecto que ressalta da leitura da 'Introdução & Notas' nº 1 de S.I. é o de um certo elitismo criado à volta da 'classe' dos revolucionários. O aspecto mais característico desta posição é o de classificar uma parte do proletariado de contra-revolucionário. Quanto a mim, não há dúvida que em momentos de estabilização social o proletariado, como alma que é do capitalismo (é ele que lhe assegura vida), tem tendência a identificar-se-lhe para assegurar a sua sobrevivência material, e o seu cariz contra-revolucionário é proporcional ao aspecto melhor ou pior que esta sobrevivência assume. Era Pannekoek quem dizia que, enquanto o capitalismo estivesse em condições de assegurar o sustento e a habitação às massas da população, estas não sentiriam vontade imperiosa de acabar com este sistema. Mas em momentos de crise o proletariado luta contra o sistema, e ainda que os seus objetivos sejam inconscientes na maioria dos casos, é a única força que pode pôr em perigo este mesmo sistema, tendendo a tomar consciência de tal no avançar do processo de o pôr em causa e, logo, a tornar-se uma força revolucionária.

Um outro ponto que me levou a escrever-vos foi a afirmação das duas hipóteses possíveis nesta sociedade: roubar ou ser roubado. Penso que apesar da justiça da afirmação era necessário salientar que pode haver uma outra alternativa: a destruição desta sociedade, e que entrar nestas duas hipóteses, quer por um lado quer pelo outro, é alinhar no jogo do sistema, i. e., o indivíduo que rouba, seja ele o capitalista ou o ladrão de bancos, não faz mais que perpetuar a lógica desta sociedade, e não tem por fim a destruição da mesma. Aceitar o delinquente como um proletário que não se deixou enrabar ou, na maior parte dos casos, não consegue que o enrabem, é necessário; mais importante porém é anotar o carácter negativo desse acto que muitas vezes faz chocar elementos que se deviam encontrar do mesmo lado. Vem-me à ideia que, quando passava os olhos pela S.I., na camioneta para a Nazaré, meses atrás, a mulher de um pescador se queixava do roubo da moto do marido, que fizera economias para a poder adquirir e se sujeitava àquilo a que os que a haviam roubado não se quiseram sujeitar: ser fodido, vender a sua força de trabalho. Acho que era importante, mais do que compreendê-lo, esclarecer o problema do roubo: o roubar a quem, o roubo de classe; no fundo, o roubo do capitalista é um roubo de classe, o roubo do assaltante, para o ser, deverá visar o capitalista, e não os que são roubados por este. É claro que aqui se levanta toda a série de problemas decorrentes do risco assumido pelo 'ladrão' que quer roubar o capitalista, pois este último joga com tudo a seu favor, e a protecção que os seus bens têm é sem dúvida superior à que terá o proletário, que assim se torna alvo mais fácil embora menos rendoso. No fundo, o problema é sempre o mesmo: o da necessidade da destruição deste sistema como forma

de resolver as contradições que ele cria, e é isso que acho importante frisar.

Por fim, uma sugestão. Parece-me ter a S.I. aparecido com as características, por um lado, de manifesto, por outro, de informação. Achava igualmente importante um aprofundamento de certas questões relativas ao novo movimento, do ponto de vista formativo, ou seja, artigos sobre o movimento comunista do passado, questões levantadas em momentos-chave da história da subversão, opiniões e debate sobre estas questões.

queria ainda pôr-me ao vosso dispor para uma eventual colaboração na S.I. (...)

João Manuel M. N., Moscaide



Barcelona, 31-3-78

(...) Por cá já soa o grito de 'a las barricadas' contra a CNT, faístas (da FAI) e outras erva daninhas. Começou a guerra entre autónomos, libertários e anarquistas contra a ortodoxia sindicalista. E foram precisamente eles a acender o rastilho. Certas revistas anarquistas, como a Topo Avizor, a Askatasuna, vêm-se actualmente perseguidas pela ortodoxia. (...) Também no interior da CNT a guerra está agora cada vez mais acesa. A sede do sindicato do Euzkano (CNT) foi assaltada por membros da FAI (com cartão da CNT), que se apropriaram dos exemplares de El Topo Avizor e da Askatasuna, bem como de outras revistas, e procederam à sua queima pública. O sindicato lançou um comunicado contra a inquisição faísta. A sede da Askatasuna, incluindo as máquinas ali existentes, no valor de 4 milhões de pesetas, foi incendiada. Os responsáveis da Askatasuna por enquanto atribuem o facto aos fascistas, declarando no entanto que em breve será provado quem foram os autores do atentado. Estas duas revistas representam as tendências por uma CNT que abarque os problemas globais da vida quotidiana, contra outra tendência que a todo o custo e por todos os meios pretende uma CNT meramente sindicalista, ou seja, meramente reivindicativa no plano económico. O momento actual no movimento libertário é de confusão quanto ao caminho a seguir. Por agora, discute-se muito, estudam-se os problemas, e tenta-se clarificá-los. O movimento porém encontra-se praticamente estagnado. (...)

A. B.



ALICE CORINDE



Fragmentos da Matança do Porco

Amar a Deus

Deus: eus, homossexuais ocasionais, homem ou mulher, porque animal, porque afinal tenho tripas defeco & mijo & ardo sobre os dias & estoirarei um dia, talvez esperneando como um toiro, talvez espermeando sob a tumba, eu quero amar-te, & porque és deus amar-te literário. Amar-te pra escrever. Tu tens colhões ou cona? Tanto faz. Do mesmo modo te amarei num quarto com aquecimento central e luzes indirectas. Se quiseses serei católico, ou budista. Que preferes? Irei à missa contigo e na primeira fila pedirei que te dispas pra te fazer um filho. O qual virá ao mundo no terceiro dia da santíssima graça, ou talvez antes ou depois, pelo buraco celestial do teu cu assombroso. Um não chega? Far-te-ei uma trindade, um trio de gémeos, que mais tarde poremos num bordel de luxo para americanas adventistas de visita à Europa. Lucros a meias, deus de igualdade. Mas se quiseses fornicar, dar-te-ei endereços, em Portugal há santas que estiolam, que à noite fechada descem dos altares e se masturbam com os cálices & as velas. Em Portugal, meu deus, há santas que nem mijam, com ardores, há tantas santas que não cabem nos andores. Nossa Senhora de Fátima, por exemplo, vem-se com fatal facilidade. A Santa Rainha Isabel, nos Paços de Coimbra, dantes safava-se com místicos estudantes, a quem tocava pívias assombrosas. Hoje está só, e só se lambe. Também eu quero estar contigo a sós, e amar-te, Deus. Que as tuas mãos me apalpem os colhões se eu os tiver, que rias comigo — e sórdido, abrindo o ânus, cantes esta cantata com voz rouca, pop, nasalada: Amen, amen, amen, baby, yeh!

(Abril, 1972)

* Os Fragmentos que aqui publicamos, inéditos, foram-nos transmitidos pela Autora, por insistência nossa, antes de ter abandonado o país — 'cansada dele' — com destino incerto, há dois anos.

Amar, adeus

De boca tapada tapada na boca
Tapada nos olhos pelo pó do pó de
pais & avós que a alimentaram em
gemitos em ais a nunca se vir
porque era demais a nunca sair
da pele dos pais a nunca existir
pra lá dos sinais

De corpo tapado tapada no cen-
tro aprendeu a amar a deus sobre
os mais a deus sobre si a deus
contra si com os castiçais com
os catecismos capada calada pe-
los rituais desta castração des-
tres ostracismos

A jovem cristã não é como as
mais não tem natureza só tem uma
mesa & uma gaveta onde o sexo
guarda com chave de prata até se
casar até se cansar até ter o
visto passado com cópia por deus
pelo estado & pela família a jo-
vem cristã é uma marrã que marra
depois com cornos casados já des-
virginada já abençoada oficial-
mente pelo cu de cristo

Existo existo - eu insisto
nisto A jovem cristã cristã por
nascença cristã por azar agarra
a palavra cristã decompõe-na e
passa-lhe um risco riscado por
cima cospe-a bem cuspidada atira-a
pró esgoto e sai para a rua e
vem pela rua destapando os olhos
e varrendo o pó de pais & avós
que a educastraram comendo sem
sais

(Agosto, 1971)



Há mar, há deus

Enquanto o canto encanta, enquan-
to as costas ardem e o som da tua
inexistência se aproxima, as mi-
nhas mãos contactam com quão amo-
rosa raiva a ausência do teu cor-
po, agora algures entre o frio
da morte.

Agora que morreste, que necessi-
dade é esta, tão agreste, de me
dirigir àquilo em que te trans-
formaste: um vegetal? E no entan-
to a morte do teu corpo ocupa-

-me, e deveria soluçar. Mas não.
Abro apenas as janelas das reti-
nas, e a audição, e ouço-te e
olho-te entrando no interior da
terra, pelo caminho perfurado
pelas pás. Aí, irás alimentar a
vegetação. Acabaste.

Acabou também o meu pacto conti-
go. Aquilo que nos obrigava a
uma relação até à morte - esposa
minha. Por isso, respirando fun-
do, com os dedos carregando a
superfície fria dum copo de cer-
veja, neste bar, sussurro Baudé-
laire: 'Minha mulher morreu, sou
livre agora', e os lábios não se
negam a esta doce música inter-
na.

É tudo questão de perícia, de
prático conhecimento adquirido
ao longo de anos por quem guia.
Era eu quem guiava na noite lu-
nar em que morreste. E era do
teu lado o muro.

(Agosto, 1970)



Socialismo Alentejano

O jornal Combate* publicou em Fevereiro deste ano um número inteiramente consagrado às lutas sociais nos campos em Portugal. Numa primeira parte, apresenta entrevistas com assalariados agrícolas de várias cooperativas e UCP's da zona da Reforma Agrária e com elementos do Movimento dos Agricultores e Rendeiros do Norte (MARN); numa segunda parte, expõe uma extensa análise centrada nos problemas da agricultura portuguesa no período anterior ao golpe de Estado de 1974 e à altura desta mudança política, e, depois, na reforma agrária até aos tempos mais recentes. Nesta análise, e também nos comentários das entrevistas, Combate defende um ponto de vista que nos parece muito contestável. É este ponto de vista que queremos discutir aqui.

Não se trata, entenda-se, duma crítica sistemática esta que aqui propomos: consideramos a publicação deste número de Combate uma contribuição bastante importante para um debate real sobre a problemática das lutas sociais nos campos. Não nos interessa pois uma crítica de forma (sobre o tipo de apresentação do problema): apenas desejamos prosseguir o debate, levantando alguns pontos centrais que reputamos essenciais.

As questões para cuja clarificação desejamos contribuir situam-se em torno de dois grandes problemas: a reforma agrária e o Estado; as 'novas relações sociais' criadas, segundo o Combate, na zona da reforma agrária. Tentaremos, em conclusão, definir os tipos de problemas que os revolucionários têm de pôr-se para a análise das lutas sociais nos campos após o golpe de Estado de 74, incluindo naqueles o do sindicalismo rural.

* Combate, nº 51, Fevereiro de 1978 (R. da Atalaia, 204, Lisboa 2).

A REFORMA AGRÁRIA E A QUESTÃO DO ESTADO

Combate define a reforma agrária como 'a luta que os assalariados rurais da zona de latifúndio lançaram espontaneamente, na sequência de reivindicações já muito antigas e de um processo de luta com tradições muito profundas'. O que quer dizer que o Combate identifica a reforma agrária com o ponto principal do movimento dos assalariados agrícolas desde há muito tempo. Trata-se desde logo de um erro considerável, porque a reforma agrária nunca apareceu nas reivindicações dos proletários agrícolas adentro das suas lutas. A fome da terra, com efeito, nunca foi visível a esse ponto desde as movimentações ocorridas no século XIX, passando pelas grandes lutas de 1911-12 e por todas as lutas durante o fascismo (1946-49, 1953, 1956, 1958 e, sobretudo, 1962, com o movimento grevista pelas 8 horas de trabalho). Pelo contrário, a luta dos proletários agrícolas desencadeou-se sempre contra os latifundiários e contra a exploração e alienação capitalistas, e mesmo contra o trabalho. Todas as reivindicações foram de tipo operário: aumentos salariais, segurança de emprego, diminuição dos horários de laboração. (Recorde-se, por exemplo, que um dos eixos de luta do movimento de greve geral desencadeado no Alentejo e no Ribatejo em 1911-12 teve por base a palavra de ordem 'vamos levantar a cabeça', cujo significado adquire toda a sua dimensão sabendo-se que o trabalho dos assalariados agrícolas era sobretudo um trabalho duro, em que era preciso ficar-se sempre curvado à flor da terra e respeitar cadências de laboração impostas pelo capataz ou pelo feitor; os trabalhadores sentiam isso não só como uma alienação feroz mas também como uma humilhação total imposta pelo tipo de exploração capitalista moderna, com a qual que-

riam acabar. Nos períodos em que não havia lutas directas, a vontade dos assalariados, quotidianamente manifestada, era de trabalhar um mínimo possível sem que os patrões o pudessem descobrir. O número de textos respeitantes a queixas dos latifundiários sobre este último aspecto da resistência proletária ao trabalho capitalista é aliás considerável, e tais queixas existiram sempre.

Podem também referir-se os projectos estaduais ou de fracções da classe dominante surgidos no século XIX, e depois, para realizar uma distribuição de terras pelos assalariados agrícolas (para o efeito chamados 'camponeses sem terra'), intentando assim um esboço de reforma agrária, projectos esses que falharam sempre por falta de interesse dos assalariados.

Depois do 25 de Abril, no movimento que os proletários agrícolas desencadearam, aproveitando-se da crise momentânea do aparelho repressivo de Estado, as ocupações de terras foram apenas um aspecto destas lutas, apenas uma forma de luta (talvez a mais radical) contra a exploração e a alienação capitalistas. Não se tratava nunca, porém, de realizar uma reforma agrária, mas de sim de lutar contra o desemprego, contra a recusa de pagamento de salários por parte dos patrões-rendeiros ou latifundiários; e, mais tarde, quando as ocupações começaram a adquirir o aspecto dum movimento geral, tratava-se já de lutar pela eliminação total duma classe, a dos latifundiários. (A prova desta afirmação surge clara quando se verifica que os assalariados agrícolas não iam ocupar as propriedades fundiárias, mas sim as explorações agrícolas, contrariamente aliás ao que desde 1975 defenderá a lei da Reforma Agrária, que apenas atacou legalmente a propriedade fundiária; essa contradição está na base da maioria das desocupações de terras depois surgidas, especialmente nas regiões onde os empresários agrícolas arrendavam várias terras a pequenos proprietários — esses grandes empresários agrícolas não estavam portanto atingidos pela lei da Reforma Agrária.)

Nunca a reforma agrária apareceu nas reivindicações dos assalariados agrícolas (que é preciso não confundir com o discurso oficial do sindi-

cato!). Os assalariados agrícolas o que fizeram foi aproveitar-se do quadro legal de reforma agrária, instituído e estruturado pelo Estado e seus órgãos subalternos (partidos políticos, MFA, etc.) para continuarem e desenvolverem as suas lutas contra a alienação. O Estado e os seus órgãos apoiaram as 'ocupações de terras' só na medida em que permitiam a realização duma reforma agrária correspondente aos seus projectos. Tratava-se, muito singelamente, de enquadrar as ocupações de terras nesses limites.

Claro que mais tarde, depois do 25 de Novembro, quando, com a luta interpartidária, surgem tentativas de desocupações de terras, de restituições de terras aos antigos proprietários, ou de cortes de crédito, — o que, para os assalariados, significava cortes de salários — as reivindicações dos proletários agrícolas passaram pela defesa da reforma agrária; já se não tratava, porém, de reforma agrária enquanto projecto de Estado, mas sim de reforma agrária enquanto realidade histórica já feita, e que ao fim e ao cabo se traduzia por um melhoramento nas condições de exploração dos assalariados.

Não se trata duma questão de palavras. A identificação da reforma agrária com as lutas históricas do proletariado rural, tal como a faz Combate, não constitui uma questão de definição terminológica: uma tal identificação tem consequências graves porque conduz à defesa dos gestores do Estado e, em particular, dos estalinistas. Para se evitar este erro, é preciso antes de mais fazer uma distinção fundamental entre reforma agrária enquanto projecto do Estado ou dos seus órgãos subalternos (partidos, MFA, etc.) e reforma agrária enquanto realidade histórica dada.

A reforma agrária enquanto realidade histórica aparece como o resultado duma dupla actuação: por um lado, do Estado e dos partidos políticos; por outro, dos movimentos empreendidos pelos assalariados agrícolas. Como já vimos, nessa dupla actuação a reforma agrária surge apenas enquanto projecto do Estado e dos partidos, e nunca nas reivindicações concebidas no movimento social do proletariado rural. Natural-

mente, se podemos falar de reforma agrária enquanto realidade histórica, quer isto dizer, muito prosaicamente, que o projecto de reforma agrária do Estado e dos partidos se realizou de facto. É porém preciso dizer que para os assalariados agrícolas a reforma agrária enquanto realidade histórica constituiu um melhoramento considerável nas suas condições de existência (segurança de emprego, acesso a uma maior liberdade individual nas cooperativas e UCP's), vendo-se por isso conduzidos a defender a reforma agrária enquanto realidade disponível.

Não se trata pois de 'atacar' a reforma agrária: rejeitá-la porque foi a recuperação dum movimento social pelo Estado, seria uma atitude de desprezo para com os assalariados agrícolas, para quem a reforma agrária constituiu um melhoramento sensível nas suas condições de sobrevivência, e, por isso, como escreve Combate, uma atitude digna de 'maoístas de direita ou de doutores frustrados'. Queremos simplesmente clarificar o que foi no início a reforma agrária, esse projecto que nasceu no MFA, no seio dos partidos políticos e no Ministério da Agricultura e Pescas à medida que avançavam os assalariados agrícolas, e não nos campos.

Enquanto projecto do Estado, a reforma agrária designa fundamentalmente uma modificação institucional da propriedade fundiária. Isto não quer dizer que a propriedade fundiária se veja suprimida, mas apenas transformada, distribuída: trata-se de transmitir o controlo da propriedade fundiária de classes parasitárias ou estranhas à agricultura para os próprios produtores ou para o Estado. É este aliás o ponto fundamental em todas as reformas agrárias do mundo, cujo conteúdo se exprime invariavelmente na palavra de ordem 'a terra a quem a trabalha'. Foi esta ideia, que esteve sempre ligada ao processo de desenvolvimento capitalista, que começou a despontar no MFA, em certos partidos políticos e no MAP à medida que os assalariados agrícolas avançavam nas suas lutas e que já tinham começado a ocupar explorações agrícolas ou terras abandonadas. Mas o

que é sobretudo importante é que uma reforma agrária se limita a essa única modificação da propriedade fundiária. Não são pois por ela postos em causa (pelo contrário: são até bem protegidos) quer o mercado capitalista, quer o salariado, que constituem os fundamentos da organização capitalista da produção agrícola. De facto, e antes de mais nada, a lei da Reforma Agrária modifica unicamente a propriedade fundiária: expropriações e esta-



dizações das terras com mais de 50 mil pontos. É claro que tais medidas supõem a criação de novas unidades de produção nas terras 'nacionalizadas'. Mas o Estado actua ao mesmo tempo por todos os meios para que as novas unidades de produção sejam adaptadas ao novo estatuto da terra, respeitando a organização mercantil da produção (mercado/salariado). Foram deste modo criados os Centros Regionais da Reforma Agrária, em ligação com o MFA e os sindicatos de trabalhadores rurais, cujo papel era muito prosaicamente o de aplicar a lei. OS CRRA's apoiaram as ocupações na medida em que permitiam a realização daquelas unidades de produção: os assalariados deviam limitar-se a ocupações de terras, e não a outra coisa; as máquinas e o gado eram então requisitados e redistribuídos às novas unidades de produção pelo Estado. Os bens dos proprietários fora da terra eram protegidos.

Os trabalhadores que ocupavam estavam assim postos perante uma situação onde tinham direito só à terra e a algumas máquinas e gado, de modo que tiveram de recorrer ao crédito

do Estado para poder produzir e viver. Crédito este que só foi concedido na medida em que as novas unidades de produção aceitaram pagar salários segundo os contratos colectivos de trabalho! O salariado tornava-se por conseguinte uma imposição estatal.

Qual é pois o significado duma simples modificação da propriedade fundiária, sendo o seu controlo transmitido para o Estado e para os próprios produtores? Dizendo as consequências duma tal transformação respeito à organização mercantil da produção, tal modificação pode resumir-se, por um lado, num melhor aproveitamento dos recursos em terras e em mão-de-obra desempregada, e, por outro, na manutenção, no interior da produção agrícola, dos lucros obtidos na produção agrícola: eliminação dos proprietários parasitas vivendo de rendas, controlo do melhor aproveitamento agrícola das terras, melhor repartição da mão-de-obra disponível, reinvestimento na agricultura dos lucros obtidos. Por ordem cronológica, os efeitos duma tal transformação são estes: em primeiro lugar, o aumento de produção agrícola e o melhoramento das condições de sobrevivência nos campos (segurança de emprego); em segundo lugar, uma capitalização e um aumento da produtividade do trabalho na agricultura; em terceiro lugar, a redução do preço dos produtos agrícolas e a 'libertação' de proletários disponíveis para a indústria, reduzindo o custo de reprodução da força de trabalho (que determina os salários industriais).

Note-se, aliás, que no respeitante ao melhoramento das condições de existência dos trabalhadores agrícolas em geral a reforma agrária é uma reforma indispensável ao desenvolvimento do capitalismo industrial nascente. E faz por conseguinte parte integrante do desenvolvimento capitalista em geral numa certa fase (cf. a estagnação da agricultura em Portugal nos últimos 15 anos e o desenvolvimento industrial apresentado por Combate).

Enquanto alteração meramente institucional, a reforma agrária supõe necessariamente a intervenção do Estado e, por consequência, um projecto dos órgãos cujo principal objectivo é a gestão do Estado, i. e., os partidos políticos. Cada qual tem o seu

projecto de reforma agrária segundo os seus interesses eleitorais partilhados e os seus projectos políticos de gestão do Estado (capitalismo privado ou capitalismo de Estado). Cada qual tenta apoiar-se em movimentos sociais para impor o seu projecto ao nível estatal. Isso é particularmente claro, ou mais linear, no que diz respeito ao PC e, mais tarde, ao PS. Para o PC o movimento dos assalariados agrícolas só teve importância pelo facto de ter permitido a aplicação da reforma agrária (*).

O PC estava interessado na reforma agrária por uma dupla razão. Por um lado, melhorando as condições de existência dos trabalhadores rurais, a reforma agrária assegurava a sua implantação no Alentejo; por outro, a reforma agrária permitia um desenvolvimento importante do capitalismo numa perspectiva capitalista de Estado. Portanto, e como pretendeu este partido, que dispunha dum lugar preponderante no poder na altura das ocupações das explorações agrícolas, perante a amplitude do movimento dos assalariados agrícolas, o Estado — gerido pelos PCP, PS e PPD, com predomínio do primeiro — procurou enquadrar este movimento nos estritos limites duma reforma agrária, através das medidas já referidas.

Os operários agrícolas aproveitaram este contexto político para avançar nas suas lutas, mas também tiveram que lutar contra ele — contra os seus limites. Nas suas lutas contra os latifundiários, contra a exploração e a alienação capitalistas, tiveram que contar também, e rapidamente, com o Estado.

Confundindo movimento dos assalariados agrícolas e reforma agrária, Combate acaba por ignorar completa-

(*) 'A ocupação das terras tornou-se indispensável para vencer a constante hesitação do poder político quanto à decisão clara e concretizada em legislação adequada de proceder à Reforma Agrária'. (António Bica, membro do PC no VI Governo provisório, citado por Vítor Matias Ferreira in Da Reconquista da Terra à Reforma Agrária, A Regra do Jogo, Lisboa, 1977.

mente a própria intervenção do Estado e assimila a recuperação da 'Reforma Agrária' (assim por si chamada) à acção do mercado capitalista, tornando-a possível pelo isolamento das lutas dos assalariados agrícolas em relação ao proletariado urbano e internacional!

É este erro inicial que conduz Combate ao esquema confuso daquilo a que chama 'novas relações sociais comunitárias e igualitárias' no Alentejo, resultantes da 'Reforma Agrária', e as quais, tendo ficado isoladas, foram pouco a pouco destruídas pela acção do mercado mundial. Deste modo, Combate dá à reforma agrária um conteúdo revolucionário (criação de novas relações sociais comunitárias e igualitárias) que aquela não pôde ter. Só o movimento dos assalariados agrícolas podia ser revolucionário; depois, já só se tratava de defender uma reforma (a agrária), na medida em que esta reforma constituía um melhoramento na miséria, sem deixar de ser a miséria.

'NOVAS RELAÇÕES SOCIAIS COMUNITÁRIAS E IGUALITÁRIAS'

Claro que Combate tem de justificar a presença de novas relações sociais 'igualitárias e comunitárias' criadas pela reforma agrária. E justifica-o por duas razões: primeiro, em virtude da existência de critérios de gestão diferentes: ao passo que os latifundiários procuravam o lucro máximo imediato, as cooperativas vão procurar aumentar o número de postos de trabalho; segundo, devido à criação de um certo número de organismos populares de encontro e discussão (cooperativas de consumo, creches, refeitórios, etc.). Mas esta análise 'positiva' parece-nos muito limitada, na medida em que não sente necessidade de pôr o problema-chave das relações capitalistas de produção baseadas no salariado. Ora, é isto que interessa saber: em que medida foram as relações capitalistas de produção postas em causa?

Já o vimos, não vamos procurar uma resposta a esta interrogação no território ideológico do Estado, que estava apenas interessado numa simples reforma da economia agrária; vamos tentar encontrá-la no movimento social dos assalariados agrícolas.

E para se apreender este movimento é necessário notar quais são os grupos sociais presentes no seio dos trabalhadores agrícolas.

* * *

As relações capitalistas de produção, nas grandes herdades do Alentejo e do Ribatejo, antes do golpe de Estado de 1974, reflectem-se na existência de três grupos sociais que tinham relações directas com aquelas herdades.

- Os operários agrícolas fixos. Era este um grupo social muito limitado, devido a um tipo de exploração agrária muito extensivo. Na maioria dos casos havia entre um e cinco operários por herdade, em alguns casos 10 a 20, e só em casos muito excepcionais este último número era ultrapassado. Estes operários (todos eles homens) eram os pastores, guardas florestais, tractoristas, empregados em diversos trabalhos de tipo indiferenciado, e com eles havia sempre um feitor ou capataz (o chefe geral, correspondente ao contramestre); o latifundiário tinha quase sempre, em relação a todos eles, um modo de ser paternalista. Alguns destes trabalhadores tinham regalias (como os pastores ou o feitor), e todos tinham segurança de emprego; executavam, em geral, trabalhos indiferenciados com uma certa responsabilidade pessoal. Pode portanto comparar-se este tipo de empresa agrária às pequenas empresas patronais da indústria, onde as relações de tipo paternalista dão ao sistema uma certa coesão interna. No entanto, deve notar-se que a existência de períodos de trabalho muito importantes devido ao carácter sazonal da produção agrícola (sementeira, monda, poda, colheitas, vindimas, etc.) e, duma maneira geral, a débil mecanização (trabalho sobretudo executado à mão), põem em causa este tipo de comparação: durante aqueles períodos o latifundiário (ou o rendeiro) emprega uma massa de trabalhadores eventuais, que não dispõem de segurança de trabalho (trabalhos periódicos, contrato por um dia ou por semana), têm salários mais baixos e executam trabalhos, além de muito duros, indiferenciados. Se procurarmos aqui uma comparação com o capitalismo industrial, a imagem que nos surge é a do trabalho em série — com a insegurança de trabalho em acréscimo: os assa-

lariados labutam lado a lado, e o feitor (ou o capataz) torna-se então um verdadeiro chefe, marcando a cadência do trabalho.

Adentro daquele grupo de trabalhadores eventuais que compõem a larga maioria do proletariado rural, e também da população a sul do Tejo, é preciso notar ainda a existência de um subgrupo a quem as piores condições (trabalhos mais indiferenciados, salários mais baixos, maior insegurança) são tradicionalmente reservadas: as mulheres.

- Um terceiro grupo social é constituído pelos pequenos agricultores, entre os quais, entretanto, é necessário distinguir os que dispunham de terras próprias (proprietários ou pequenos rendeiros), e que por isso tinham uma relação personalizada com a terra, e os seareiros, que trabalhavam terras de campanha, arrendadas pelos agrários durante uma campanha com a obrigação de nelas ser feita uma dada cultura. O sistema de exploração dos seareiros fazia inteiramente parte do sistema de exploração latifundiário-capitalista das herdades, e isto na medida em que o sistema das culturas de campanha pelos seareiros no contexto das rotações constituía uma condição que permitia uma exploração extensiva rentável para as herdades. Podendo portanto dizer-se que a relação seareiro/latifundiário era uma relação de produção complementar adentro do sistema de exploração dos assalariados pelos latifundiários. O grupo social dos seareiros tem um interesse particular para a análise na medida em que: 1º) não mantém uma especial ligação a uma terra particular, como no caso dos pequenos agricultores em geral; 2º) não é constituído por assalariados. Estes dois caracteres vão imprimir a este grupo um papel muito importante no contexto das ocupações; sendo todavia de notar que os seareiros têm por vezes assalariados por sua conta, e que frequentemente possuem uma mentalidade de pequenos patrões, como outros agricultores (mesmo pequenos). Muitas vezes, aliás, os proletários rurais preferem ter como patrão um latifundiário ou o seu feitor, que não trabalham com eles, do que um pequeno agricultor, visto este se mostrar pior no sentido de obrigar a manter uma certa cadência de traba-

lho, porque conhece o trabalho e o pode controlar melhor.

Em todas as lutas no Alentejo e no Ribatejo surgidas a seguir ao 25 de Abril (reivindicações salariais, de segurança de emprego, de ocupações de terras), foram os trabalhadores eventuais os que se encontraram à cabeça do movimento, e, sobretudo, apareceram como grupo social próprio, com as suas próprias exigências. É assim que no contexto daquelas lutas aparecem à frente reivindicações que traduzem não só uma vontade de acabar com a insegurança em que subsistem (em termos de segurança material mínima: poder comer, etc.), mas também com a opressão que vivem no trabalho.



Nas ocupações de terras (que, como as sinala Combate, constituem uma resposta à resistência dos agrários perante as obrigações de respeitarem os acordos sobre segurança de emprego e salários mais altos), por outro lado, torna-se visível um igualitarismo reivindicativo generalizado. Muitas vezes os trabalhadores eventuais tentam acabar com as diferenças de trabalho entre fixos e eventuais, e obter, do mesmo passo, a participação de todos nas decisões: todos devem partilhar dos melhores e dos piores trabalhos. E, quase sempre, perante este movimento, o feitor tem de fugir ou (raramente) de renunciar ao seu papel e aos seus privilégios. Lutando contra a opressão do trabalho, os eventuais põem por conseguinte em causa a pró-

pria organização capitalista do trabalho, o que constitui um aspecto assinalável da crítica do salariado. Na realidade, porém, os trabalhadores não conseguem pôr em causa o próprio salariado, i. e., não concebem outra alternativa que não seja a de vender a sua força de trabalho à cooperativa entretanto instituída. A conservação do salariado não é pois apenas o resultado do isolamento do proletariado rural em relação ao proletariado urbano, nem da sua imposição pela actuação do Estado e do sindicato (*); resulta de algo mais profundo: por se não ter processado realmente um pôr em causa do salariado em si, da própria lógica capitalista da venda da força de trabalho ao que quer que seja. A melhor prova disto está na importância assumida, dentro das reivindicações igualitárias, da ideia exprimida na palavra de ordem 'cada qual tem de ganhar segundo o seu trabalho', própria precisamente à venda 'mais justa' da força de trabalho que adquire consciência da sua capacidade apenas reivindicativa.

Enquanto os trabalhadores eventuais estiveram à cabeça das lutas e, como grupo social, lutaram pelas suas reivindicações e exigências próprias, não se registaram lutas das mulheres enquanto mulheres. O que não quer dizer que as mulheres (sempre trabalhadoras eventuais) não tenham lutado: houve casos de ocupações de terras feitas pelas próprias mulheres, ou com elas à frente. Mas estas lutaram sempre enquanto trabalhadores eventuais (no seio destes), e não enquanto mulheres. Nunca surgiram, por conseguinte, reivindicações ou exigências próprias às mulheres, e nunca sequer foram postas em causa as diferenças de salários entre os sexos (subalternizando sempre as mulheres), a divisão dos trabalhos no interior das cooperativas ou a divisão do trabalho e a opressão das mulheres na instituição familiar. Realidade esta que por si só expõe a importância considerável, no seio de um movimento revolucionário, dum movimento das mulheres enquanto mulheres. Queremos com isto dizer que a permanência da divisão do trabalho entre homens e

mulheres ajudou em muito a manutenção do salariado no interior das cooperativas e UCP's, bem como a permanência integral da família.

Enquanto os trabalhadores eventuais não conseguiram conceber uma alternativa ao salariado (porque só conceberam vender a sua força de trabalho à cooperativa), os pequenos agricultores que entraram nas cooperativas (quase todos seareiros, na medida em que, como já vimos, a ausência de ligação pessoal à terra deixava para eles transparente a alternativa entre exploração individual e colectiva) recusaram categoricamente o salariado. A melhor prova disso é esta: quando o salariado começou a impor-se como a forma definitivamente dominante nas cooperativas (sobretudo depois de, com o acordo do sindicato, o Estado ter começado a conceder créditos às cooperativas para os salários, respeitando estas os contratos colectivos, 'conquista sindical' (*)), os pequenos agricultores começaram a sair das cooperativas. Só ficaram aqueles que conseguiram obter um papel dirigente nas cooperativas, escapando assim ao salariado mais ínfimo ou brutal, na medida em que passavam a ser assalariados como o podem um patrão ou um administrador. (**)

E ficaram na medida em que a sua posição nas cooperativas não estava em contradição com as suas tendências de pequenos patrões, antes pelo contrário.

Pode ver-se que era possível de facto uma 'aliança' revolucionária entre operários agrícolas (pelo associacionismo igualitário) e pequenos seareiros (pelo associacionismo contra o salariado). A questão está em saber por que se não realizou esta aliança. Sem reduzirmos uma análise que precisa de ser discutida, é todavia forçoso verificar que o Estado e o sindicato tiveram uma responsabili-

(*) Cf. artigo citado.

(**) Para um melhor esclarecimento deste ponto, haveria que abordar a problemática das formas aparente e real do salariado (a questão dos 'verdadeiros e falsos assalariados'). Vide C. Berger et. al., Pour l'abolition du salariat, Spartacus, Paris, 1977.

(*) Cf. 'Reforma Agrária em Portugal. Um Balanço', S.I. n° 1, Nov. 1977.

dade enorme naquela falência: o Estado, através, como já vimos, de medidas ideológicas, jurídicas e económicas, e o sindicato porque fez todos os esforços no sentido de fazer respeitar a conquista dos CCT's.

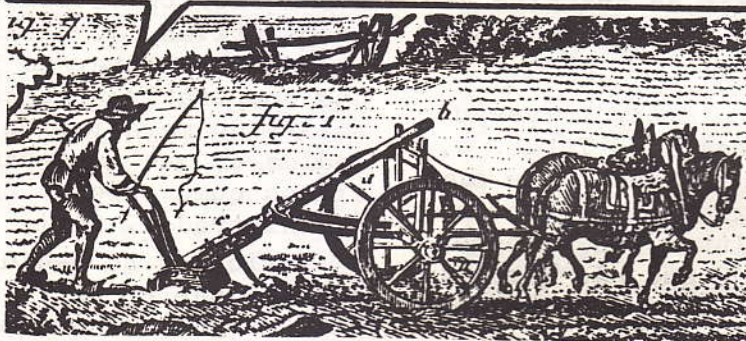
CONCLUSÃO: A ESSENCIA DE UM DEBATE

É notório que houve realmente um importante movimento social nos campos, e importante porque se caracterizou por uma riqueza de perspectivas de vontade

de acabar com a alienação capitalista (embora com muitos limites), tendo aquelas constituído a base duma acção formidável (as ocupações). O problema não está em enaltecer-se as 'novas relações so-

ciais', falando-se de 'comunitarismo' e de 'igualitarismo', que apareceram depois da reforma agrária. Claro que o equilíbrio de forças, e as próprias forças em presença, foram completamente modificados nos campos do Sul. Mas o salariado — e é isto que nos interessa, porque é o comunismo que nos interessa — foi conservado, tomando o capitalismo outro aspecto (mais moderno e mais 'humano'). Naquela ordem de ideias (as de Combate), também se pode falar de novas relações sociais nas empresas estadizadas, onde uma Comissão de Trabalhadores participa da gestão empresarial, e, já agora, em todas as empresas em Portugal, na medida em que desde o 25 de Abril há 'sindicatos democráticos' que asseguram o deperecimento dum capitalismo 'bárbaro' e atrasado. Enaltecer, como positividade revolucionária, aquelas 'novas relações sociais' é muito pro-

Constitui um dos maiores equívocos falar-se de trabalho livre, humano, social, ou de trabalho sem propriedade privada. O 'trabalho' é essencialmente a actividade não-livre, desumana, não-social, determinada pela propriedade privada e criadora de propriedade privada. A abolição da propriedade privada só se torna uma realidade quando é entendida como a abolição do 'trabalho'. /Karl Marx



saicamente fazer o jogo dos gestores do Estado, e em particular dos estalinistas, que chegam a falar, com o à-vontade que os caracteriza, de vida socialista nas cooperativas do Alentejo (*).

O problema, é claro, tão-pouco está em rejeitar tudo o que se passou nos campos do Sul como algo que jamais terá sido revolucionário por não ter havido uma contestação clara e radical do Estado, do mercado, da divisão do trabalho na família, etc., concluindo-se que o proletariado português não era ainda suficientemente

maduro para generalizar lutas radicais e para relacionar essa situação de debilidade com um capitalismo pouco desenvolvido.

Parece-nos que o problema para os revolucionários reside em

considerar em primeiro lugar nos movimentos que se desencadearam nos campos em Portugal a questão dos assalariados, das mulheres, dos seareiros. E, neste, estoutro: em que medida puderam tais movimentos aparecer, desenvolver-se (ou não) e como foram recuperados, enquadrados e finalmente quase destruídos? E ainda: em que medida podiam ter intervindo ali os revolucionários libertários?

* * *

(*) Cf. entrevista de Vítor Louro, do PC, in O Jornal, 1976. Não deixa de ser curiosa esta identificação valorativa entre o Combate ('novas relações sociais') e o PC ('vida socialista nas cooperativas'), sabendo-se que este jornal defende posições comunistas libertárias. Identificação que, por si só, assinala a não radicalidade da sua análise.

As lutas no Alentejo, depois do golpe de Estado, e sobretudo o movimento das ocupações, mostraram-se sem dúvida duma riqueza formidável. Mas não se pode caracterizar o movimento de ocupações de terras com base num esquema geral em que poderiam enquadrar-se mais ou menos todas as ocupações de terras. Claro que há um movimento geral e que, por exemplo, as primeiras ocupações (fins de 74, início de 75) não têm nada a ver com o movimento formidável que se desencadeia no Verão de 1975 e prossegue até ao 25 de Novembro. As ocupações de terras foram todas elas muito diferentes umas das outras, e isto de um concelho para o outro, e até no interior de um mesmo concelho, e com frequência tinham significados completamente diferentes. Quer no tipo de relação estabelecida com o sindicato, com o MFA, com o CRRA, quer no tipo de confronto com o latifundiário capitalista, quer na formação de grupos de ocupantes, quer ainda nas perspectivas presentes aquando da ocupação (produzir para comer; produzir culturas rentáveis; tentativas de ligação directa aos trabalhadores das cidades), quer nos grupos sociais participantes. Em todos os casos, porém, a ocupação representa apenas um aspecto (muitas vezes o principal) dum movimento local em que aparecem muitas ideias, discussões, ligações e conflitos entre pessoas e actuações.

Não se trata, ainda, de enaltecer o movimento geral como movimento revolucionário cujo insucesso cabe inteiramente à intervenção do Estado (MFA, CRRA) e do sindicato. Tem de ver-se que o sindicato é muitas vezes, forçosamente, o reflexo da atitude de classe em geral; não se pode analisar o sindicato exactamente como se analisa o Estado e os seus apêndices. Porque se o sindicato é um aparelho que também se mostra claramente um apêndice estatal, a verdade é que tem uma história diferente: foi produzido pelos próprios assalariados agrícolas, e isto só depois do golpe de Estado. Assalariados estes que não eram propriamente uma legião organizada de 'amarelos' ou de reaccionários, mas sim militantes do PC. Estes militantes, pelo menos nessa altura, eram os que dispunham duma maior consciência de classe organizada, ad-

quirida nomeadamente nas lutas de 62.

A formação do sindicato e o papel que terá depois só se pode compreender tendo em conta uma análise da estratégia do PC. Quando o I Governo se forma, apoiado inteiramente pelo PC, para este último era muito importante o controlo do Ministério do Trabalho (que fica em seu poder até ao VI Governo, Setembro de 1976), com vista naturalmente à formação do aparelho sindical. Uma vez formado o sindicato agrícola em cada concelho, começam logo a seguir, também sob o impulso do PC, as negociações com os agrários, por intermédio do Ministério do Trabalho. Foi assim que os militantes sindicalistas do PC obtiveram conquistas reformadoras importantes (como nunca acontecera nem eles imaginavam possíveis antes): os CET's, os aumentos de salários e as obrigações impostas aos agrários no sentido de 'darem trabalho'. É fácil pois compreender como para aqueles militantes e para os assalariados em geral se tornou importante a defesa daquelas conquistas, e a sua aplicação. Mas, do mesmo passo, é assim que 'naturalmente' nasce uma verdadeira burocracia sindical, inteiramente convencida do valor da sua actuação para a defesa dos interesses da sua classe. E não só: esta burocracia sindical acaba por ter um papel efectivamente reaccionário na conservação do salariado nas cooperativas. Verificando-se deste modo como pôde o PC ter uma responsabilidade esmagadora na criação desta vigente burocracia sindical, evidentemente de origem operária.

* * *

Não gostaríamos de acabar estas notas sem voltar ao que as motivou: o Combate. Este jornal não é um simples órgão esquerdista. Encarada hoje, à distância, a sua actividade de agitação teórica é aquilo que de mais radical se pode encontrar por entre a verdadeira multidão de jornais 'revolucionários' surgida depois de Maio de 74. É por tudo isso que nos merece um interesse real.

Mas criticamos o Combate — e cremos útil explicitá-lo — porque faz o elogio da gestão operária como momento privilegiado do movimento proletário, sem caracterizar radicalmente o

conteúdo daquilo que está a ser realizado ou que já o foi. É nesta medida que pode, como vimos, cair nesse 'excesso lírico' de considerar a existência de 'novas relações sociais' de positividade revolucionária na zona da reforma agrária. O adjectivo novas, no contexto, querera dizer já não capitalistas, tanto mais que é corroborado pelas expressões 'comunitárias' e 'igualitárias'.

Esta análise — ou melhor, o ponto de vista que a motiva — não é, aliás, no Combate, uma novidade: é por assim dizer estrutural, e tem a ver com o

seu obreirismo, visível a olho nu nas entrevistas que constituem a primeira parte de 'Lutas Sociais nos Campos': todas elas devem ter sido feitas com elementos do PC, mas, porque são proletários, Combate como que se proíbe de levantar questões, limitando-se a fazer perguntas. Ora, uma coisa é utilizar, por força das circunstâncias, uma tática para conseguir recolher informações junto de estalinistas (e nesse caso é preciso dá-lo a conhecer aos leitores), outra é falar livremente com pessoas em relação às quais se tem uma aproximação igualitária.



'O CAPITAL E O TRABALHO ASSALARIADO SÃO OS DOIS TERMOS DUMA ÚNICA E MESMA RELAÇÃO. UM SUPÕE O OUTRO, COMO O USURÁRIO SUPÕE O PRÓDIGO, E RECIPROCAMENTE.' Karl Marx em Bruxelas, 1847

Atrova
A rode y cia

- com cami(me)sa i roupa rehvada -

Lousiadas há muitas

edições

porém 2-VATES-2 prosá i cus

propõem a você

lencia a Descoberta

(pelo caminho copitótico e ex-pinhoso da antilírica)

das Doces pasta

gens portuguesas: do Alcatrão a

Santa Cumba Dão, dos pastéis de

tentugal na auto-estrada de retíbal,

Portugal é um tramoço questremece

n' OS LUSÍADAS estes

Lêde-los, e mais bevereis

os lusíadas

romance de
MANUEL DA SILVA RAMOS
e de ALFACE



assírio e alvím

PRISÃO COMUM

Depoimento

Noto uma parte dos seres pertencentes a esta sociedade viver num meio social pobre. Na generalidade, o modo de vida desta maioria de seres pertencentes a uma classe pobre é o de profundíssimas frustrações e traumatismos, produzidos pela sua marginalização, que a existência de uma classe dominante implica necessariamente.

Pode, por exemplo, ser marginalizado quem tenha pisado o sector da prostituição, da homossexualidade, da reclusão prisional, da velhice no emprego, da deficiência física ou mental, do alcoolismo, dos estupefacientes, e da pobreza em geral.

Todos os tipos de actos que as classes burguesas consideram actos marginais têm repercussões nas sociedades modernas, em todas, e esta marginalidade que a sociedade produz serve-lhe ao mesmo tempo para dividir e dominar. Não é por acaso que a pobreza aumenta, como aumentam as prisões, e que as forças de repressão criam do mesmo passo estruturas de uma maior segurança. Nos nossos dias, grande número de indivíduos vivem marginalizados, e a sociedade não sabe responder às suas necessidades. Muitos, depois de uma vida de luta contra todo o sistema capitalista, vêem-se inclusivamente recuperados depois de mortos, através do 'reconhecimento' das suas qualidades.

O que tentarei aqui é testemunhar sobre a minha própria experiência de marginalizado, em particular com base em três anos de cativeiro.

Quando se fala em democracia e se colocam indivíduos no banco dos réus, para serem julgados pelos actos cometidos, sem se analisarem as causas de tais actos, pergunto onde estará a honestidade da sociedade democrática e progressista. Se tivéssemos de julgar todos os indivíduos que fazem parte desta sociedade, ao abrigo de um Código de 1886 (em vigor), e ao julgarem-se todos eles nos termos em que têm sido julgadas as classes pobres, pergunto: quem ficaria para último, para guardar a porta da prisão? Não precisaria este último também de ser julgado? E quem lhe fecharia a porta de cela a ele?

Perguntas estas talvez afastadas do objectivo que me propus, mas porque assisti durante o tempo em que estive submetido à prisão a um internamento alienante, perverso e repressivo, sou obrigado a manifestar todos os meus pontos de vista para que não esqueça os pormenores que serviram para me julgarem, como a milhares de companheiros, mesmo depois de já ter sido julgado ao abrigo

duma lei. A 'expição' não acaba com o internamento prisional. Ainda hoje continuo a ser julgado, e sou um indivíduo que já cumpriu a sua condenação. No dia 11 de Agosto, por exemplo - há pouco tempo ainda -, pela 1.30 da tarde, fui detido na Rua Augusta, em Lisboa, por chuis da 8ª esquadra, fazendo-o eles sem me divulgarem a mínima palavra, a não ser 'alto aí, mãos ao ar, és um perigoso, vamos já a encostar à parede e a calar!' E, apontando-me as pistolas metralhadoras, levaram-me, procurando humilhar-me. Apesar de lhes afirmar que se tratava de um erro e de lhes mostrar a minha identificação, tive como única resposta um riso escarninho; e lá me colocaram numa sala, no interior do posto de polícia.

Foi ali que me apercebi do que se passava. Uma tal apalpadeira da prisão de Alcoentre, de nome Maria Emília, e um tal guarda prisional, Domingos da Costa Magalhães, por me conhecerem daquela prisão como recluso, lembraram-se de divulgar que eu era um dos evadidos do grupo de 124 fugitivos de Vale de Judeus... Estive assim detido, sujeito durante cinco horas a uma boa dose de repressão psicológica; depois de confirmarem que de facto se tratava de um erro, mandaram-me embora.

Toda a experiência passada, e as lembranças dela, me fazem deduzir que a lei foi feita para os pobres a justificarem, tendo ela protegidos e desprotegidos.

Antes de mais, convém lembrar que grande parte dos indivíduos que se encontram em estado de reclusão em instituições de órfãos, asilos e estabelecimentos semelhantes pertencem às classes 'de baixo', a sua vida é regularmente marcada pela falta de afecto dos pais, de ensino cultural; o conhecimento que adquirem é o da miséria, nas suas diversas formas.

A grande parte dos indivíduos que dão entrada no interior dum sistema prisional como reclusos fazem parte de uma classe marginalizada, cujo nível de formação é com frequência precário, possuída por elevados traumatismos psíquicos e frustrações. Todos os sintomas de confusão criados no meio social começam por dever-se ao ambiente económico e cultural, à divisão de classes, tudo isto fomentado pelas classes dominantes, que se fingem impotentes quando se lhes pede que assumam a responsabilidade de dominar a sociedade; e fingem porque não desconhecem que é com base nos problemas de classe, da alienação que lhes corresponde, e até mais imediatamente da fome, que a maioria dos indivíduos marginalizados, e marginalizados porque pobres,

são manobrados e dominados.

É por isso que considero, nos moldes como estão montadas as estruturas sociais, o acto de delinquência como um acto de revolta perante um sistema social.

Chama-se furto ao acto de tirar algo a alguém, chama-se assassino ao indivíduo que mata, mas não se dá um nome às razões que levam o indivíduo a praticar o delito. Não será um furto aquilo que é conseguido pela exploração do homem pelo homem? Não será este o roubo primeiro, que explica os outros? Quando um indivíduo se vê na necessidade praticar um delito, é catalogado como delinquente comum; e fica, à partida, separado do delinquente político.

Mas esta divisão é muitas vezes formal, numa sociedade que industrializa a criminalidade; a criminalidade deve-se ao meio ambiente, bem como às infraestruturas prisionais. Sendo esta criminalidade fomentada, e sendo com ela também que as classes pobres se dividem e enfraquecem, logo, qual-

quer delinquente é vítima de um determinado meio ambiente que o condiciona no sentido de delinquir. E, neste sentido, não pode apenas ser considerado como delinquente 'comum'; para todos os efeitos ele é um delinquente político, porque conscientemente ou não se rebela contra a forma como está organizada a sociedade, e que lhe impõe um modo de vida repleto de carências económicas, culturais, etc.

O que, entretanto, se passa com um delinquente, na generalidade dos casos, é que, exactamente por falta de consciencialização política, com frequência comete actos com que prejudica a sua própria classe, colaborando assim com o sistema capitalista.

Toda esta realidade da delinquência se apresenta aliás muito contraditória. O delinquente, como vítima que começa cedo a sê-lo, e desde logo no meio educacional, para qualquer dos delitos é um delinquente político, pois só o deixaria de ser quando fossem julgados os que impõem às classes pobres um modo de existência degradante, e por conseguinte a esse mesmo delinquente; no seio das classes pobres a delinquência é potencial.

Como é, por exemplo, composta a lei de protecção à infância? Em Elvas, no Instituto de Menores, Vila Fernandes, os rapa-

zes ali internados trabalham recebendo como salário 5 escudos; e para os que nestas condições se recusam a trabalhar há um quarto para seu internamento durante oito ou dez dias, como castigo. A criminalidade tende por isso a propagar-se, já que as próprias estruturas prisionais a incutem quando pretendem combatê-la nos seus efeitos.

O desenvolvimento da criminalidade difere de país para país; nas sociedades em que a criminalidade atinge vastas proporções, o sistema legislativo e prisional aparenta ser de moldes avançados. Mas este tipo de avanço é interno ao próprio avanço da criminalidade; não combate as

suas causas, adapta-se a elas, e evolui segundo a lógica com que evoluem estas causas.



O sistema prisional português, por exemplo, é por vezes elogiado como um dos sistemas bem moderados, e é mesmo comparado positivamente com outros em que existe a pena de morte, a prisão perpétua, a câmara de gás e outras formas de repressão mais declaradas. Mas isto tem a ver com as diferenças verificáveis de criminalidade de país para país, e nomeadamente com os quocientes de delinquência.

As estruturas do sistema prisional português são visivelmente caducas. Basta lembrar que são regidas por um Código de 1886, com adendas e alterações reformadoras recentes. As estruturas dos edifícios são, por seu lado, primárias, antigas, do mesmo modo que os funcionários. Actualmente, um indivíduo sujeito a uma condenação é colocado numa prisão sem que ninguém procure as causas do delito; e assim, quando sai, irá debater-se com os mesmos problemas, acrescidos dos que adquiriu ficando preso.

Como centenas de companheiros, fui tratado, na prisão, como um indivíduo fora da sociedade. A falta de uma dinamização sócio-cultural nas prisões é muito ressentida: falta de escolas, bibliotecas, filmes, etc. No nosso sistema prisional, de resto, fomenta-se em grandes proporções a alienação moral dos reclusos, a homossexualidade compulsiva, a propensão mórbida para o crime, a exploração de uns pelos outros, tudo isto através do

desenvolvimento das perturbações psicológicas do recluso. Os recalcamientos fomentam a criminalidade, e o recluso, na generalidade, tem tendência a reincidir. Terá algum fundamento divulgar que o crime é um problema patológico em cada indivíduo? Os ex-reclusos, debatendo-se num meio social hostil, em breve retomam o caminho da delinquência; a causa de um tal facto não é de ordem patológica, mas sim de ordem económica, de resto elementar: não é com uns míseros escudos da assistência social ou com um papel para se dirigir ao Serviço Nacional de Emprego que o ex-recluso virá a conseguir responder às suas necessidades imediatas de alimentação, alojamento, ajuda aos familiares, etc. Se o ex-recluso não dispõe de uma boa dose de resistência para enfrentar as suas dificuldades económicas e morais nem de um apoio familiar, continuará a ser um indivíduo errante, até à nova detenção.

É pois evidente que o problema da criminalidade requer uma modificação em toda a sociedade, nas suas estruturas, pois só num novo contexto social algo de objectivo e concreto poderá ser feito por aqueles que já foram presos, pelos que estão detidos e pelos outros que o virão a estar.

De contrário, continuará a acontecer o que acontece; os reclusos continuarão sobretudo interessados em saber como actuar melhor, como 'fazer' uma ourivesaria, uma agência bancária, como violar esta ou aquela mulher, como abrir tal tipo de cofres, etc., servindo assim a prisão para um melhoramento dos conhecimentos já adquiridos ao longo duma determinada prática delinquente, e portanto para uma maturidade no crime. Sendo o ambiente de reclusão o do embrutecimento generalizado, não pode ninguém admirar-se que assim aconteça. O recluso, ao necessitar compreender as razões profundas que o conduziram ao estado de delinquência, depara, pelo contrário, com a organização da sua ignorância, porque ninguém lhe procura mostrar as causas e as origens dos actos cometidos. O recluso não pode ser encarado apenas como um ser que só tem deveres a cumprir e culpas a expiar, sujeitando-se por sistema ao regime disciplinar, deixando os guardas viver uma vida sossegada, aguentar, sair um dia, e, depois de sair, jamais reincidir.

Por exemplo, o problema da sexualidade dos reclusos — duma sexualidade que lhes fica proibida — está na origem de muitas das neuroses e frustrações que os vão atingir. E assim se dá o desenvolvimento de relações homossexuais alienadas, utilizando os mais fortes aqueles que podem dominar, em geral presos de menor idade e com pouca experiência da prisão; estes últimos, conhecidos pela designação pejorativa de 'branquinhos' ou 'primários', deixam-se perverter em parte pelas mesmas razões que levam os outros a explorá-los. É este um tipo de prostituição que a prisão fomenta inexoravelmente.

De resto, o ambiente nas prisões é com frequência todo ele neurótico, desequilibrado, dada a existência ali de muitos indivíduos psicopatas, esquizofrénicos, pa-

ranólicos, traumatizados, os quais, se já tinham essas tendências antes de serem presos, não fazem mais do que desenvolvê-las ficando presos.

Também a repressão psicológica e física imposta muitas vezes por elementos dos serviços não deixa de causar perturbações graves no seio dos reclusos.

Lembro-me de um acontecimento no estabelecimento do Montijo que me traumatizou bastante. Um recluso, com fortes perturbações paranóicas, deixou, por razões não esclarecidas, o balde dos detritos fora da cela que lhe estava destinada; depois de fechado, e no tempo de isolamento, teve vontade de descarregar feses, e como não dispunha de balde nem tinha tempo para chamar um guarda, rasgou um trapo que fazia de tapete e fez nele o serviço. Como provavelmente as feses cheirassem mal, atirou-as, pela janela gradeada, para um pátio que serve de passeio aos presos. No dia seguinte, após a limpeza das celas e o pequeno-almoço, os reclusos dirigiam-se para o pátio (que era, na altura, em 1975, o único local disponível, já que não existia ali qualquer biblioteca ou coisa parecida) e, à medida que nele entravam, recuavam, devido ao mau cheiro. Um tal Ramirez, guarda-chefe daquela prisão, mobilizou uma equipa para averiguar quem tinha sido o autor 'daquela merda', composta por guardas e reclusos 'chibos' (isto é, os que traem). Descoberto o autor daquilo, o mesmo Ramirez procedeu ao julgamento do acto, determinando que o recluso passasse a cara pelos detritos. Como este violentamente se recusasse, foi agarrado e obrigado a fazê-lo.

Um outro caso que me impressionou passou-se em Pinheiro da Cruz, prisão situada junto à estrada nacional nº 261. Um preso cabo-verdeano, de nome Alípio Vaz, ao deslocar-se num pavilhão, bateu inadvertidamente com um pé num dos cantos da porta de saída; notado o gesto fortuito por um guarda, diz este para um colega: 'Olha-me para este marmelo!' O recluso, ouvindo o dito, alertou o guarda de que tinha nome, e que era um ser humano, não um marmelo. E o guarda apenas lhe atira: 'Deixa-te estar que logo falamos'. Estas palavras, para quem está acostumado às visitas de quatro ou seis guardas, a determinadas horas da noite, bastam para compreender que ia haver vingança. O cabo-verdeano, apercebendo-se que iria ser incomodado de noite, alertou alguns companheiros. Mas, logo ao fechar colectivo, os guardas foram à cela do recluso e, iniciando a 'sessão' com uma repressão psicológica racista, depressa começaram a agredi-lo, e este, vendo-se desesperado e humilhado, por instinto de defesa sacou duma faca e agrediu o guarda que estava na origem do confronto. Grande parte dos guardas aproveitou logo para o atacar com modos selváticos. E depois de o terem levado de rastos para a cela disciplinar, ouvi-os, eu e os outros, andarem pelos corredores, nas pontas dos pés, a limpar o sangue deixado pelo cabo-verdeano assim que lhe rebentaram a cabeça. Mas não satisfeitos com o espancamento, detiveram-no numa cela disciplinar, sem colchão,

mantas, tampa do balde dos detritos, a pão e água de três em três dias, e isto durante 61 dias, seguidos de outros 40, isolado de todos os presos da colónia penal.

Um outro caso, que motivou a morte de um recluso conhecido por 'o americano', com o número 166, de nome Manuel Nuno: certa noite, em 1977, pelas 9 horas, sentindo-se adoecer e como se encontrava fechado, utilizou o sistema de campainha durante uns doze minutos. Os presos, nas celas das imediações, apercebendo-se do pedido aflitivo do 'americano', começaram a bater nas portas para que alguém o socorresse; um quarto de hora depois, e sem que ninguém tivesse dado conta da presença do guarda que deveria estar de vigilância, começaram a ouvir-se uns berros: 'Vejam lá se querem que lhes aqueça as costas!', 'Vamos lá a acabar como a chiadeira!'. Os reclusos, aguardando o desfecho daquilo, ficaram então silenciosos, e o guarda lá mandou então chamar um enfermeiro, ele próprio recluso mas da confiança dos guardas, para socorrer o 'americano'; uns dez minutos de pois chega o médico, mas o recluso falece.

Neste mesmo estabelecimento prisional assisti ao espancamento dum preso do Porto por parte de guardas e de um recluso madeirense de nome Helder. Este último era um bom exemplo dos colaboradores da direcção; e essa colaboração era-lhe, bem entendido, paga, tendo sido assim que viajou até à Madeira. Mas os reclusos que não são delatores, esses ficam sujeitos, durante anos e anos, a um estado de reclusão que não lhes permite muitas vezes sequer ser visitados pela família, quando acontece não ter esta dinheiro para deslocações, o que é frequente. É por isso que muitas vezes a reclusão atinge directamente não só o preso como a sua própria família; e assim se compreende que o isolamento começa por ser de natureza económica. E que tudo isto é verdadeiramente um círculo vicioso ao qual estamos presos sem saber como dele sair.

Agosto, 1978
José Juvenal

publicidade



**CONTACTE
HOJE MESMO
POLÍCIA DE-
MOCRÁTICA,
SARL / T. 05061**

LISBOA - 5

tempo é dinheiro!

GANHE DINHEIRO POUPANDO O SEU TEMPO.

**Assalte
BANCOS**



**Os nossos cursos
já formaram mais de
45000 técnicos qualificados.
V.vai ser o próximo!**

**E NOTE:
OS NOSSOS
DIPLOMAS
SÃO VÁLID-
OS NO
ESTRAN-
GEIRO!**



Agora em Lisboa! **VENDEM-SE POLÍCIAS PARA TODOS OS FINS**

**COM SERVIÇOS DE LIMPEZA
ZONA DO CARVOEIRO
DAS 10 ÀS 12 e DAS 16 ÀS 18 HORAS**

Delinquência/Revolta

1 Na mentalidade conformista média instalou-se a noção difusa de duas coisas: por um lado, que a delinquência aumenta; por outro, que é preciso pôr-lhe cobro, através da acção policial do Estado. Trata-se duma reacção normalizada e elementar, que evidentemente não procura as causas duma tal realidade, contentando-se com a mera apreensão dos seus efeitos e com o que sobre ela o Estado diz. É esta a solução mais fácil (conformista), embora se não trate duma solução senão aparente: a repressão da delinquência poderá ser incrementada (e já o está a ser), mas, persistindo as causas que dão lugar à marginalização social que a explica, esta também persistirá, pois que se trata aqui dum problema de sociedade (duma sociedade que marginaliza para poder sobreviver na sua lógica) e não dum simples problema de polícia (1).

2 Não se trata, entretanto, de fazer o elogio dos delinquentes ou dos marginalizados, procurando com eles criar uma nova figura social substitutiva, perante a ausência de um movimento manifesto do proletariado enquanto classe. Não se trata de substituir a uma realidade que persiste pela sua ausência (a revolução social), a imaginação de uma outra, de carácter mítico: a da delinquência como movimento revolucionário. Trata-se apenas de apreender o sentido em que se desloca a sociedade, tendo aqui como referência a figura social do marginalizado, que, depois de o ser, se torna um delinquente potencial (2).

3 A questão desta marginalização não pode razoavelmente ser posta sem se pôr o problema da revolução da sociedade: a marginalização é um produto desta sociedade. A evolução recente da marginalização social, e da delinquência que a acompanha (que é a de estratos importantes de sectores proletarizados ou em vias de proletarização), encontra-se ligada ao ciclo produtivo capitalista, ao seu progresso e conquistas. Não se trata duma situação meramente conjuntural; mais do que isso, esta marginalização inscreve-se no contexto internacionalizado de crise dos equilíbrios sociais, mais visível a partir dos anos de 1973-74. Os próprios indivíduos que dispõem hoje de cursos escolares médios, e mesmo universitários, — até há pouco situados, por via desse estatuto, na área social dos 'privilegiados' — não escapam já a esta tendência marginalizadora, e esse facto é talvez o mais imediatamente revelador da nova situação.

4 O próprio desenvolvimento capitalista expulsa para a periferia do sistema fragmentos crescentes da classe operária: desempregados estruturais, trabalhadores eventuais e ocasionais, o fenómeno do chamado trabalho negro, produtores de mais-valia todos eles porém vetados a uma participação estável no processo de produção. (...) O desenvolvimento capitalista desqualifica gradualmente cada vez mais estratos da população, negando-lhes o direito ao trabalho' (3). Nesta medida, o desenvolvimento das forças produtivas, em vez de unificar o proletariado, fragmenta-o, através da divisão social do trabalho. As modernizações tecnológicas incrementam a necessidade de uma maior produtividade, exigindo uma maior qualificação e especialização da força de trabalho. Politicamente, o resultado destas medidas inovadoras centra-se, para o capitalismo, no problema de como aumentar o poder das classes que dirigem o Estado e a economia e como diminuir o poder de intervenção das classes proletarizadas. Esta realidade em processo tem como consequência que a máxima concentração e centralização do capital tende para uma crescente tecnificação, mecanização e automatização do sistema produtivo, tendendo a ocupar um primeiro plano da actividade industrial a electrónica, a informática e a energia nuclear. O perigo, para o capitalismo, de a classe operária constituir 'a maior força produtiva' (Marx) tende por isso a diminuir, em virtude do desenvolvi-

mento das outras forças produtivas, as tecnológicas: o capital constante desvaloriza o capital variável. Os saltos tecnológicos que, com o movimento capitalista, se vão operando, tendem pois a fragmentar e a marginalizar fracções consideráveis do proletariado. Não podendo estas, em tais condições, utilizar a arma da economia contra a economia, são conduzidas a utilizar outras, sem dúvida mais débeis e aleatórias. E quando, por virtude da situação geral de debilitação da força de classe, os indivíduos destes estratos postos fora do ciclo normal da produção capitalista não conseguem elevar-se a uma possibilidade de actuação colectiva enquanto classe, os mais revoltados ou exasperados (pela situação que lhes é imposta: fim da possibilidade de fazerem parte da normalidade assalariada) terão tendência a lançar-se no cometimento de delitos, tornando-se delinquentes.

4 O que é importante ter em conta é que esta desqualificação capitalista em processo e dá ao mesmo tempo que despontam, sobretudo no seio das camadas proletarizadas mais jovens, comportamentos — embora desiguais — de recusa do trabalho. 'Os jovens não sentem a mesma necessidade de trabalhar exclusivamente para subsistirem (...) Eles procuram uma vida qualitativa e toleram menos facilmente as contradições existentes entre as suas esperanças e as suas exigências, entre as realidades prevaletentes no trabalho e fora dele' (4). 'Instabilidade, absentismo, negligência e, no fim de contas, mau trabalho, tais são as manifestações de descontentamento crescente sentido pelos jovens perante o mundo do trabalho dos nossos dias' (5). Concluindo assim este qualificado organismo da ONU que temos vindo a citar: 'Mesmo se, de um dia para o outro, um milagre conseguisse empregos para os milhões de jovens desempregados, o mal-estar da juventude dos países industrializados persistiria' (6).

Não se pode hoje pensar a revolução desta sociedade apenas em termos do proletário produtivo normal, ou dos trabalhadores que trabalham 'normalmente', normalmente filiados nas instituições sindicais que têm como função 'o contrato de venda do seu trabalho' (Marx). Sem se cair num marginalismo exasperado, fazendo-se, contra 'os operários-que-se-emburguesam', o elogio dos 'marginalizados-super-radicais', a teoria revolucionária precisa de (n)os ter em conta para dar conta da situação criada, e para poder responder a esta situação praticamente.

Não se trata fundamentalmente agora de reivindicar trabalho para todos (discurso da integração), embora se tenha de passar por aí (sendo isso o que fazem as instituições desta sociedade); trata-se de realizar esforços no sentido de explicitar que a única radicalização revolucionária possível é a que aponte a abolição do trabalho capitalista, assalariado, como objectivo necessário. Para se abolir a delinquência, a qual a abolição terá de ser a primeira a realizar-se.

As boas almas deste mundo poderão continuar (inutilmente) a pedir que este seu mundo melhore: há já muito tempo que ele não está em condições de o conseguir. A única melhoria possível deste mundo é a sua abolição, e a criação da sociedade revolucionária que impeça o seu reaparecimento.

1 'Entre 1970 e 1976, em treze países industrializados, o número de desempregados com menos de 25 anos passou de pouco mais de três milhões para seis milhões, enquanto o número total de desempregados passava de pouco mais de 7 para 14 milhões. Esta situação parece ter tendência a piorar até 1980, e mesmo para além desta data, já que os índices elevados de natalidade do início dos anos 60 pesarão sobre o mercado do emprego na altura em que os jovens serão ain-

continua na pág. 52

Anarquismo na Região portuguesa



Realizou-se em Lisboa e arredores, de 2 a 9 de Julho, uma iniciativa a que os seus organizadores deram o nome de Semana de Presença Libertária. Do programa: sessões de convívio, debates sobre a marginalidade e delinquência, o sindicalismo, a arte e literatura fantásticas, projecção de filmes, um comício e um pequeno festival ao ar livre.

Como era de prever, dado o ambiente de desmobilização que se tem imposto, esta iniciativa não teve o impacto esperado certamente por quem esteve na sua origem. Mas essa falta não foi ocasional: a realidade do anarquismo enquanto movimento é essa - a do alheamento social. Pelo menos entre nós.

Os companheiros anarquistas 'clássicos', e certamente por o serem, quando se referem ao anarquismo em Portugal convictamente dizem ou escrevem ser ele algo de presente, de actual, ainda que debilmente manifesto. Ora interessa-nos precisamente, a propósito da Semana Libertária, e do que ela também revelou, contribuir para a percepção de qual é hoje a situação dos elementos revolucionários que mantêm como programa mínimo das suas exigências a abolição do salariado - entre os quais os anarquistas se encontram. Trata-se duma abordagem crítica, e de modo nenhum apologetica; sublinhe-se, porém, que aquilo que de facto interessa não é uma crítica do anarquismo enquanto ideologização duma prática situada no passado (embora isso seja também importante), mas a crítica da situação que nos é imposta, e que nos submete às suas leis.

* * *

O movimento social no Portugal pós-abrilada utilizou, nos seus diversos conteúdos e momentos, formas de organização e objectivos que se não coadunam com o que genericamente se entende por anarquismo. As lutas de trabalhadores com conotações autónomas e radicais, se bem que se elevassem con-

tra o sistema capitalista e não fossem por vezes integráveis, por serem autónomas e radicais, nas lógicas patronal, partidária ou sindical, não puderam manter-se muito para além de fins de 1974. Todo esse processo de luta de carácter selvagem depressa se viu integrado e, mais ou menos, civilizou-se, nomeadamente perante o contacto com as modernas estruturas de controlo de que a sociedade dispõe, geradas como que espontaneamente: os sindicatos. Nessa medida, o movimento acabou por se ver integrado nas perspectivas e dinâmica do reformismo capitalista.

Mas se é fundamental mantermo-nos lúcidos para não embarcarmos nas múltiplas formas 'novas' que o capitalismo vai adquirindo, é também importante reter-se e salientar-se que o primeiro estágio de luta logo a seguir ao golpe de Estado - de trabalhadores urbanos e rurais, e de moradores de ambos os sectores -, muito embora estivesse longe de se reconhecer como anarquista, e ainda menos de se autodenominar desse modo, na prática social que então foi capaz de dar mostras manifestou-se sem dúvida algo de embrionariamente libertário. As tentativas de auto-organização em assembleias de fábricas, cooperativas agrícolas ou comissões de moradores, e os objectivos de expropriação da riqueza das mãos do Estado e do patronato, bem como a modificação social que essas lutas fizeram entrever, constituíram algo que tem a ver com a luta directa dos trabalhadores, sem chefes, sem hierarquias instituídas segundo princípios do valor capitalista, e portanto com o abalar telúrico das relações sociais de produção do capitalismo. De resto, o facto de este movimento social se não autoproclamar anarquista é de somenos importância, embora tenha alguma, porque o que nele interessa reter é a sua essência e finalidades. E estas foram, sem dúvida, um novo contributo para o pensamento libertário, feito de precedentes que abrem e expõem as perspectivas de destruição do modo de produção vigente.

Passado que foi esse período, e sendo o movimento social revolucionário hoje não manifesto, os anarquistas vêm ainda mais reduzidas as suas possibilidades de acção. É com base na actual incapacidade dos trabalhadores forjarem um movimento revolucionário que aquilo que existe em Portugal sob a designação de anarquismo se apresenta sobremodo como ideologias variantes, manifestadas por minorias em grande parte desfazadas da apreensão crítica do capitalismo que nos tolhe.

O 'fenómeno' dos anarcas teve a certa altura um impacte salutar, pelo inconformismo de estar contra tudo e contra todos; mas a sua falta de coerência crítica reduziu-o a um ecletismo que dava para tudo, num consumismo popular para todos os apetites. As tendências anarquistas propriamente ditas manifestam-se de modo diverso: reivindicam a sua própria coerência, vêm em parte já de trás, do movimento anarco-sindicalista dos anos de 1910-20 — é o caso d'A Batalha, que retoma o nome do órgão da CGT, e também da Voz Anarquista; mas, precisamente por virem de trás, ficaram no passado, enfermando do vírus saudosista (no que são acompanhadas por uma publicação jovem, A Ideia). Estes camaradas continuam em larga medida a pensar e a agir como se Portugal e o mundo estivessem num estágio de desenvolvimento reflectindo os anos 20. É neste sentido que, dispondo embora de algumas forças, as não utilizam contra a fábrica, o trabalho, a família, as prisões, o Estado enquanto forma concreta e a vida quotidiana — tentando, pelo contrário, manter a positividade passadista do anarco-sindicalismo e do seu reivindicacionismo, cultivando as virtudes da associação sindical, que só podem ser virtudes de um passado, por certo glorioso mas passado, apegando-se como defesa do anarquismo hoje aos Mestres idolatrados, a uma ortodoxia inelutável.

Claro que estes camaradas, ao mesmo tempo, têm como referências as insurreições e resultados conseguidos pelo anarco-sindicalismo; e não temos em mente a pretensão de 'desprezar' o que de revolucionário foi realizado através dos pressupostos anarquistas contra o capitalismo. Essa positividade, porém, não é linear, e sobretudo precisa sempre de ser encarada com olhos críticos, e não através duma mentalidade apologética. Os ensinamentos, e a experiência teórica deles resultante, legados pelo movimento anarquista, têm de ser entendidos como contributos para a realização da revolução social, mas não como contributos absolutos. Pelo facto — evidente — de se ser anar-

quista e portanto minoria, por não se manifestar um movimento social em que os libertários se possam espontaneamente integrar, não implica que se procure arranjar o bode expiatório de substituir esta realidade 'má' uma confortável ideologia 'boa', isto é, de substituir a um presente feito de frustrações e impossibilidades um passado epopeico e entusiasmante. Nesse confronto moralístico quem ganha é necessariamente o passado, e isto quer dizer: reduzir o presente à angústia e à frustração.

Este passadismo, como não podia deixar de ser, mostra-se notório na realidade conservadora do anarquismo entre nós: os grupos e organizações ou fazem propaganda, através das suas publicações, exclusivamente em função dos velhos textos anarquistas, pondo de parte o que de novo existe noutros países, ou criam e desfazem organizações, com a finalidade de dinamizar o movimento social, à luz e à imagem do que foram a CGT ou a Federação Anarquista Ibérica. Não podendo estas tentativas criar senão fantasmas, longe como ficam de qualquer movimento real, e mistificando-se nisso os que as fazem, não podem aquelas organizações e os indivíduos que as sustentam senão enveredar por uma exasperação sectária que os irá tolher sempre mais.

Uma outra tendência anarquista é a encabeçada pelo jornal Acção Directa. Muito embora tenha em parte superado essa dicotomia de opções entre um passado glorioso e um presente marcado pelo cinzentismo, não deixou de assumir o anarquismo como bíblia consagrada, privilegiando o cavalo de batalha de lança aperreada contra a bíblia marxista, numa verdadeira guerra de capelas: Marx, autêntico deus ex-machina, é ainda, em espírito diabólico, a causa embuçada dos fracassos revolucionários, e ao que parece ad eternum. Em contrapartida, a verdade assistiu sempre a Bakunine e seus pares, verdadeiros anjos da revolução social. O confronto Marx/Bakunine, por exemplo, não é destituído de interesse — se, porém, nele se quiserem ver as forças do tempo, e não apenas a relatividade das suas capacidades e talentos enquanto indivíduos. Combater a 'religião marxista' com uma 'religião anarquista' equivale a deificar o anarquismo, a transformá-lo numa ideologia justificadora, escamoteando os problemas reais postos pelo movimento capitalista no passado e no presente. O leninismo, e o estalinismo mais ainda, só conseguem reivindicar Marx através da sua censura.

De qualquer modo, o que mais profundamente está em causa é essa atitude de considerar certos homens mini-deuses,

num sentido ou noutro, porque essa atitude contradiz a perspectiva libertadora segundo a qual a emancipação dos indivíduos é obra dos próprios indivíduos. O desfecho dos movimentos revolucionários não depende da genialidade deste ou daquele teórico ou doutrinário, depende de relações de força adquiridas. Os messias, mesmo anarquistas, só existem forjados por perplexidades frustrantes, quando o movimento social não consegue elevar-se à inteligência das suas necessidades para pôr fim à exploração/opressão do homem pelo homem.

Além destas tendências, visíveis e demarcáveis, do anarquismo entre nós, uma outra existirá ainda, composta pelos que se encontram dispersos, alheados ou insatisfeitos com qualquer tipo de 'acção militante'. Por condição, ou por princípio (absolutista), esta última tendência — chamemos-lhe assim — recusa pura e simplesmente qualquer tipo de acção organizada, na medida em que, segundo pensa, todo e qualquer acto contra a sociedade vigente (sobretudo de incidências teóricas) se torna, em si mesmo, um gesto alienado e acriativo. O resultado prático desta posição, porém, não nos parece ir longe, delectando-se os que a prescrevem no 'anarquismo individualista' do 'bom viver' — agora-e-que-se-foda-o-resto, ou então corresponde a uma fase de 'passagem pela revolução', como acontece não raro com a insatisfação momentânea de meninos e meninas das classes médias que depois, ao regressarem ao redil paterno, assumem aquele cinismo blasé de gente ultra-experimentada.

* * *

É sabido que a alternativa para uma vida autêntica, no quadro da presente sociedade, só pode ser uma miragem modernista proposta por agências de viagem ou por macrobióticos deslavados. O que não implica, porém, que através de uma prática crítica da vida quotidiana se não tente uma existência inconformista no interior da sobrevivência generalizada. O que importa é não arranjar alibis, sempre mais ou menos miseráveis, mistificando a situação real.

Se, ao recusar-se o militantismo alienante, do mesmo passo se recusa a integração na miséria política, a verdade é que a passividade ou a contemplação do tempo que escorre representam um impasse. O chamado 'bom viver', num mundo produtivista de vida alienada, de trabalho embrutecedor, de espaço policiado, é a última das ironias, e só com isso vale.

Chegados porém aqui, poderão muito naturalmente perguntar-nos: OK, supondo que o vosso speech está certo, vo-

cês o que fazem, onde estão as vossas alternativas?

Muito francamente, não é fácil responder, e tão-pouco dispomos de cartas na manga. Não pretendemos no entanto agir em nome dos outros. Só pretendemos contribuir para a comunicação possível entre os indivíduos que têm como programa mínimo a subversão da sociedade de classes, com vista a preparar-se um certo terreno de entendimento e aproximação, com vista, por sua vez, à associação plausível de esforços que permita uma intervenção prática na área social. (O grupo que edita esta revista não está, por si, em condições de a realizar.)

Por outras palavras: a nossa convicção é esta: o anarquismo, enquanto movimento revolucionário, tem como objectivo provocar o caos do caos organizando. Na sociedade portuguesa, a função possível de anarquistas associados consistiria em contribuir para desestabilizar certos equilíbrios, pondo a nu, através disso, a natureza global da sociedade. Tratar-se-ia, bem entendido, duma acção de carácter imediato, em torno do fim da família, com base nos papéis da divisão social do trabalho e na alienação existentes na família; da destruição mercantil, para fazer a crítica do homem-mercadoria e do trabalho assalariado; da provocação e elogio de sabotagens, absenteísmo, greves selvagens, em sectores da produção; da provocação, irónica se possível, sobre quartéis e prisões, partidos e sindicatos enquanto engrenagens da perpetuação da vida alienada capitalista, sobre escolas, atacando programas de ensino, professores e estudantes cuja função é cibernetizar a individualidade humana.



Tratar-se, enfim, de um conjunto de acções práticas e teóricas possíveis sem que para tanto o indivíduo ou as associações de indivíduos ficassem à espera de que a sociedade caia de podre ou de que finalmente um movimento social forte desponte.

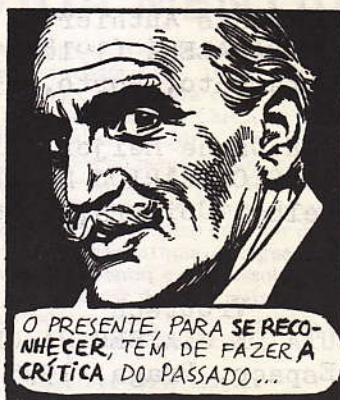
A sociedade conta com a nossa passividade; tratar-se-ia de lhe trocar as voltas.

Tratar-se-ia: a ressalva deste condicional é a duma dúvida, a de sabermos que não estamos a pisar terreno firme, e que as energias radicais disponíveis não abundam, não se manifestam, encontram-se ainda integradas nesta letargia portuguesa abafante. É uma ressalva que esperamos possa em breve deixar de o ser.

Numa sociedade que destrói a aventura, a única aventura é destruí-la!



Para uma biblioteca da revolução social



Jean Barrot
NOTAS PARA UMA ANÁLISE DA REVOLUÇÃO RUSSA
Cadernos de Hoje, Lisboa 1972

Archinov
HISTÓRIA DO MOVIMENTO MACKNOVISTA
(A INSURREIÇÃO DOS CAMPONESES DA UCRÂNIA)
Assírio & Alvim, Lisboa, 1976

Ida Mett
A COMUNA DE CRONSTADT
(O ÚLTIMO SOVIETE LIVRE)
Afrontamento, Porto, 1974

Ida Mett
O CAMPONES RUSSO DURANTE E APÓS A REVOLUÇÃO
A Regra do Jogo, Lisboa, 1975

S. M. Tetritchenko
A VERDADE SOBRE CRONSTADT
A Batalha, Lisboa, 1975

Maurice Brinton
OS BOLCHEVIQUES E O CONTROLE OPERÁRIO - 1917-1929
Afrontamento, Porto, 1975

Anton Ciliga
LENINE E A REVOLUÇÃO
Spartacus, Lisboa, 1975

Alexandra Kolontai
A OPOSIÇÃO OPERÁRIA 1920-1921
Afrontamento, Porto, 1974

Rudolf Rocker et. al.
A NATUREZA DA URSS
Afrontamento, Porto, 1977

E. H. Carr
A REVOLUÇÃO BOLCHEVIQUE - 1917-1932
(HISTÓRIA DA RÚSSIA SOVIÉTICA)
Afrontamento, Porto, 1977

Prudhommeaux
A COMUNA DE BERLIM - AS LUTAS PROLETARIAS NA ALEMANHA
Spartacus, Lisboa, 1975

Denis Authier
A ESQUERDA ALEMÃ (1918-1921)
Afrontamento, Porto, 1975

H.Canne Meijer
O MOVIMENTO DOS CONSELHOS OPERÁRIOS NA ALEMANHA - 1918-1921
Centelha, Coimbra, 1976

Vroutsch
A LUTA DE CLASSES NA CHINA
Espaço, Braga, 1975

Charles Reeve
O TIGRE DE PAPEL - SOBRE O DESENVOLVIMENTO DO CAPITALISMO DE ESTADO
NA CHINA - 1949-1971
Spartacus, Lisboa, 1975

João Bernardo
AS LUTAS SOCIAIS NA CHINA
Contra a Corrente, Lisboa, 1976

Simon Leys
AS SOMBRAS CHINESAS
Bertrand, Lisboa, 1977

Abel Paz
O POVO EM ARMAS: BUENAVENTURA DURRUTI E O ANARQUISMO ESPANHOL
Assírio & Alvim, Lisboa, 1976

Vernon Richards
A REVOLUÇÃO SOCIAL EM ESPANHA - 1936-1939
Spartacus, Lisboa, 1976

Diaz-Nosty
A COMUNA DAS ASTÓRIAS
Liber, Lisboa, 1976

I.C.O.
LUTA DE CLASSES NA POLÓNIA/1970-71
Centelha, Coimbra, 1976

Comité de Defesa dos Operários
DOCUMENTOS SOBRE A REPRESSÃO E A LUTA DOS OPERÁRIOS NA POLÓNIA 1976
A Regra do Jogo, Lisboa, 1977

OS CARTAZES DE PARIS (REVOLUÇÃO DE MAIO DE 1968)
Delfos, Lisboa, 1969

António José Saraiva
MAIO E A CRISE DA CIVILIZAÇÃO BURGUESA
Europa-América, Lisboa, 1970

Fernando Pessoa

TEXTOS DE INCONFORMISMO

(ANÁLISE DA VIDA MENTAL PORTUGUESA)

DAS feições de alma que caracterizam o povo português, a mais irritante é, sem dúvida, o seu excesso de disciplina. Somos o povo disciplinado por excelência. Levamos a disciplina social aquele ponto de excesso em que cousa nenhuma, por boa que seja — e eu não creio que a disciplina seja boa — por força que ha de ser prejudicial.

Tão regrada, regular e organizada é a vida social portuguesa que mais parece que somos um exército de que uma nação de gente com existências individuais. Nunca o português tem uma ação sua, quebrando com o meio, virando as costas aos vizinhos. Age sempre em grupo, sente sempre em grupo, pensa sempre em grupo. Está sempre á espera dos outros para tudo. E quando, por um milagre de desnacionalização temporária, pratica a traição á Patria de ter um gesto, um pensamento, ou um sentimento independente, a sua audácia nunca é completa, porque não tira os olhos dos outros, nem a sua atenção da sua critica.

Parecemo-nos muito com os alemães. Como eles, agimos sempre em grupo, e cada um do grupo porque os outros agem.

Por isso aqui, como na Alemanha, nunca é possível determinar responsabilidades; elas são sempre da sexta pessoa num caso onde só agiram cinco. Como os alemães, nós esperamos sempre pela voz de comando. Como eles, sofremos da doença da Autoridade — acatar criaturas que ninguém sabe porque são acatadas, citar nomes que nenhuma valorisação objectiva autentica como citáveis, seguir chefes que nenhum gesto de competência nomeou para as responsabilidades da acção. Como os alemães, nós compensamos a nossa rígida disciplina fundamental por uma indisciplina superficial, de crianças que brincam á vida. Refilamos só de palavras. Dizemos mal só ás escondidas. E somos invejosos, grosseiros e barbaros, de nosso verdadeiro feitio, porque taes são as qualidades de toda a criatura que a disciplina moeu, em quem a individualidade se atrofiou.

Diferimos dos alemães, é certo, em certos pontos evidentes das realisações da vida. Mas a diferença é apenas aparente. Eles elevaram a disciplina social, temperamentalmente neles como em nós, a um sistema de estado e de governo; ao passo que nós, mais rigidamente disciplinados e coerentes, nunca infligimos a nossa rude disciplina social, especializando-a para um estado ou uma administração. Deixamo-la coerentemente entrêgue ao proprio culto integral da sociedade. De ahí a nossa decadência!

Somos incapazes de revolta e de agitação. Quando fizemos uma «revolução» foi para implantar uma coisa igual á que já estava. Manchámos essa revolução com a brandura com que tratámos os vencidos. E não nos resultou uma guerra civil, que nos desperdasse; não nos resultou uma anarquia, uma perturbação das consciências. Ficamos miseravelmente os mesmos disciplinados que eramos. Foi um gesto infantil, de superficialidade e fingimento.

Portugal precisa dum indisciplinador. Toddy os indisciplinadores que temos tido, ou que temos querido ter, nos teem falhado. Como não acontecer assim, se é da nossa raça que eles saiem? As poucas figuras que de vez em quando teem surgido na nossa vida poli-

tica com aproveitáveis qualidades de perturbadores fracassam logo, traem logo a sua missão. Qual é a primeira cousa que fazem? Organizam um partido... Caiem na disciplina por uma fatalidade ancestral.

Trabalhemos ao menos — nós, os novos — por perturbar as almas, por desorientar os espiritos. Cultivemos, em nós proprios, a desintegração mental como uma flor de preço. Construamos uma anarquia portuguesa. Escrupuliseemos no doentio e no dissolvente. E a nossa missão, a par de ser a mais civilisada e a mais moderna, será também a mais moral e a mais patriótica.

In O Jornal, 8-4-1915, Lisboa

DEFICIÊNCIA EM IMAGINAÇÃO DUM POVO IMAGINATIVO

SEMPRE que alguém entra a discutir o carácter do povo português, pode adivinhar-se que, a certa altura da análise, dirá que uma das mais notáveis faculdades do nosso espirito é o excesso de imaginação. Por um acaso inexplicavel, esta apreciação vulgar resulta justa. E' certo que o português sofre duma imaginação excessiva.

Ora as criaturas de imaginação excessiva são fatalmente enfermas dum defeito; esse defeito é a deficiência da imaginação.

Isto pode parecer um paradoxo a quem ainda creia, ingenuamente, que há paradoxos neste mundo. A asserção, porém, é tão facil de demonstrar que não vale a pena reparar no modo como se apresenta.

Tomemos um exemplo conhecido. E' o caso desses literatos modernos que em sua obra se entusiasman pelos loucos, pelos vagabundos e pelos criminosos-natos, ou, em grau menos sangrento, pelos proletarios «rotos e oprimidos» e outros objetos análogos. Ora todo o artista, se não por condição social, é, pelo menos, por temperamento o contrario de tudo quando os loucos, os criminosos-natos ou os proletarios realmente e verdadeiramente são. Sucede, pois, que a sua simpatia por taes criaturas só pode nascer da violenta necessidade de sair para fóra de assuntos do meio em que vive — tanto no meio social, de gente pacata e apenas palavrosa, que cerca os artistas, como do meio, por assim dizer, nervoso, isto é, aquella disposição requintada e exigente que é a atmosfera espirital em que o artista vive consigo proprio. E essa necessidade de sair para fora da atmosfera psiquica, onde respira, é manifestamente trabalho da imaginação excessiva. De resto, o genero literario que esta especie de autores vinca — assuntos excessivos, sentimentos exagerados, estilo complexo e doente —, tudo isso confirma que se trata dum fenomeno de excessiva imaginação.

Mas, se collocassemos um destes literatos entre criminosos-natos reaes, entre verdadeiros loucos ou entre proletarios existentes, condenando-o, não a atravessar esse meio, mas a viver nele, o desgraçado só não fugiria, se o não deixassem fugir. A mesma requintada condição nervosa e imaginativa, que lhe faz o entusiasmo por esses meios, lh'o tiraria, se neles se demorasse.

Que explicação tem este fenomeno? Aquella que de entrada demos: a deficiência imaginativa que caracteriza os imaginativos em demasia. Se ao construir no seu espirito uma representação nitida dessas figuras que o atraem, o artista conseguisse imaginal-as a valer, com absoluta nitidez, tal nitidez equivaleria a um ante-gosto desses proprios meios, e resultaria, desde logo, aquele nêjo por eles que um contacto real causaria.

Toda esta demonstração veio a proposito do excesso de imaginação do português. E o fim a que veio é podermos estabelecer claramente qual a terapeutica a aplicar neste caso. Com a demonstração, que fizemos, essa terapeutica ficou indicada. Aqui, como na homopatia, *similia similibus curantur*, o excesso imaginativo do português, que tão daninho lhe tem sido, só pode ser curado mediante uma cultura cada vez maior da imaginação portuguesa. Educar as novas gerações no sonho, no devaneio, no culto prolixo e doentio da vida-interior, vem a dar em educalas para a civilisação e para a vida. Sobre ser facil e agradável, o tratamento é de resultado seguro.

In O Jornal, 11-4-1915, Lisboa

O CASO MENTAL PORTUGUÊS

SE fosse preciso usar de uma só palavra para com ela definir o estado presente da mentalidade portuguesa, a palavra seria «provincianismo». Como todas as definições simples esta, que é muito simples, precisa, depois de feita, de uma explicação complexa.

Darei essa explicação em dois tempos: direi, primeiro, a que se aplica, isto é, o que deveras se entende por mentalidade de qualquer país, e portanto de Portugal; direi, depois em que modo se aplica a essa mentalidade.

Por mentalidade de qualquer país entende-se, sem dúvida, a mentalidade das três camadas, organicamente distintas, que constituem a sua vida mental — a camada baixa, a que é uso chamar povo; a camada média, a que não é uso chamar nada, excepto, neste caso por engano, burguesia; e a camada alta, que vulgarmente se designa por escol, ou, traduzindo para estrangeiro, para melhor compreensão, por elite.

O que caracteriza a primeira camada mental é, aqui e em toda parte, a incapacidade de reflectir. O povo, saiba ou não saiba ler, é incapaz de criticar o que lê ou lhe dizem. As suas ideias não são actos criticos, mas actos de fé ou de descrença, o que não implica, aliás, que sejam sempre erradas. Por natureza, forma o povo um bloco, onde não há mentalmente individuos; e o pensamento é individual.

O que caracteriza a segunda camada que não é a burguesia, é a capacidade de reflectir, porém sem ideias próprias; de criticar, porém com ideias de outrem. Na classe média mental, o individuo, que mentalmente já existe, sabe já escolher — por ideias e não por instinto — entre duas ideias ou doutrinas que lhe apresentem; não sabe, porém, contrapor a ambas uma terceira, que seja própria. Quando, aqui e ali, neste ou naquele, fica uma opinião média entre duas doutrinas, isso não repre-

senta um cuidado crítico, mas uma hesitação mental.

O que caracteriza a terceira camada, o escol, é, como é de ver por contraste com as outras duas, a capacidade de criticar com ideias próprias. Importa, porém, notar que essas ideias próprias podem não ser fundamentais. O indivíduo do escol pode, por exemplo, aceitar inteiramente uma doutrina alheia: aceita-a, porém, criticamente, e, quando a defende, defende-a com argumentos seus — os que o levaram a aceitá-la — e não, como fará o mental da classe média, com os argumentos originais dos criadores ou expositores dessas doutrinas.

Esta divisão em camadas mentais, embora coincida em parte com a divisão em camadas sociais — económicas ou outras, — não se ajusta exactamente a essa. Muita gente das aristocracias de história e de dinheiro pertence mentalmente ao povo. Bastantes operários, sobretudo das cidades, pertencem à classe média mental. Um homem de génio ou de talento, ainda que nascido de camponeses, pertence de nascença ao escol.

Quando, portanto, digo que a palavra «provincianismo» define, sem outra que a condicione, o estado mental presente do povo português, digo que essa palavra «provincianismo» que mais adiante definirei, define a mentalidade do povo português em todas as três camadas que a compõem. Como, porém, a primeira e a segunda camadas mentais não podem por natureza ser superiores ao escol, basta que eu prove o provincianismo do nosso escol presente, para que fique provado o provincianismo mental da generalidade da nação.

Os homens, desde que entre eles se levantou a ilusão ou realidade chamada civilização, passaram a viver, em relação a ela, de uma de três maneiras, que definirei por símbolos, dizendo que vivem ou como os campônios, ou como provincianos, ou como cidadãos. Não se esqueça que trato de estados mentais e não geográficos, e que portanto o campônio ou o provinciano pode ter vivido sempre em cidade, e o cidadão sempre no que lhe é natural desterro.

Ora a civilização consiste simplesmente na substituição do artificial ao natural no uso e correnteza da vida. Tudo quanto constitui a civilização, por mais natural que nos hoje pareça, são artificios: o transporte sobre rodas, o discurso disposto em verso escrito, renegam a naturalidade original dos pés e da prosa falada.

A artificialidade, porém, é de dois tipos. Há aquela, acumulada através das eras, e que, tendo-a já encontrado quando nascemos, achamos natural; e há aquela que todos os dias se vai acrescentando à primeira. A esta segunda é uso chamar «progresso», e dizer que é «moderno» o que vem dela. Ora o campônio, o provinciano e o cidadão diferenciam-se entre si pelas suas diferentes reacções a esta segunda artificialidade.

O que chamei campônio sente violentamente a artificialidade do progresso; por isso se sente mal nele e com ele, e intimamente o detesta. Até das conveniências e comodidades do progresso se serve constrangido, a ponto de, por vezes, e em desproposito próprio, se esquivar a servir-se delas. É o homem dos «bons tempos», entendendo-se por isso os da sua mocidade, se é já idoso, ou os da mocidade dos bisavós, se é simplesmente párvulo.

No polo oposto, o cidadão não sente a artificialidade do progresso. Para ele é como se fosse natural. Serve-se do que é dele, portanto, sem constrangimento nem apreço. Por isso o não ama nem desama: é-lhe indiferente. Viveu sempre (física ou mentalmente) em grandes cidades; viu nascer, mudar e passar (real ou idealmente) as modas e a novidade das invenções; são pois para ele aspectos correntes, e por isso incolores, de uma coisa continuamente já sabida, como as pessoas com quem convivemos, ainda que de dia para dia sejam realmente diversas, são todavia para nós idealmente sempre as mesmas.

Situado mentalmente entre os dois, o provinciano sente, sim, a artificialidade do progresso, mas por isso mesmo o ama. Para o seu espírito desperto, mas incompletamente desperto, o artificial novo, que é o progresso, é atraente como novidade, mas ainda sentido como artificial. E, porque é sentido simultaneamente como artificial/é sentido como atraente, e é artificial que é amado. O amor às grandes cidades, às novas modas, às «últimas novidades», é o característico distintivo do provinciano.

Se de aqui se concluir que a grande maioria da humanidade civilizada é composta de provincianos, ter-se-á concluído bem, porque assim é. Nas nações deveras civilizadas, o escol escapa, porém, em grande parte, e por sua mesma natureza, ao provincianismo. A tragédia mental de Portugal presente é que, como veremos, o nosso escol é estruturalmente provinciano.

Não se estabeleça, pois seria erro, analogia, por justaposição, entre as duas classificações, que se fizeram, de camadas e tipos mentais. A primeira, de sociologia estática, define estados mentais em si mesmos; a segunda, de sociologia dinâmica, define estados de adaptação mental ao ambiente. Há gente do povo mental que é cidadina em suas relações com a civilização. Há gente do escol, e do melhor escol — homens de génio e de talento —, que é campônio nessas relações.

ELAS características indicadas como as do provinciano, imediatamente se verifica que a mentalidade dele tem uma semelhança perfeita com a da criança. A reacção do provinciano, às suas artificialidades, que são as novidades sociais, é igual à da criança às suas artificialidades, que são os brinquedos. Ambos as amam espontaneamente, e porque são artificiais.

Ora o que distingue a mentalidade da criança é, na inteligência, o espírito de imitação; na emoção, a vivacidade pobre; na vontade, a impulsividade incoordenada. São estes, portanto, os característicos que iremos achar no provinciano; fruto, na criança, da falta de desenvolvimento civilizacional, e assim ambos efeitos da mesma causa — a falta de desenvolvimento. A criança é, como o provinciano, um espírito desperto, mas incompletamente desperto.

São estes característicos que distinguirão o provinciano do campônio e do cidadão. No campônio, semelhante ao animal, a imitação existe, mas à superfície, e não, como na criança e no provinciano, vinda do fundo da alma; a emoção é pobre, porém não é vivaz, pois é concentrada e não dispersa; a vontade, se de facto é impulsiva, tem contudo a coordenação fechada do instinto, que substitui na prática, salvo em matéria complexa, a coordenação aberta da razão. No cidadão, semelhante ao homem adulto, não há imitação, mas aproveitamento dos exemplos alheios, e a isso se chama, quando prático, experiência, quando teórico, cultura; a emoção, ainda quando não seja vivaz, é contudo rica, porque complexa, e é complexa por ser complexo quem a tem; a vontade, filha da inteligência e não do impulso, é coordenada, tanto que, ainda quando faleça, falece coordenadamente, em propósitos frustres mas idealmente sistematizados.

Percorramos, olhando sem óculos de qualquer grau ou cor, a paisagem que nos apresentam as produções e improduções do nosso escol. Nelas verificaremos, pormenor a pormenor, aqueles característicos que vimos serem distintivos do provinciano.

Começemos por não deixar de ver que o escol se compõe de duas camadas — os homens de inteligência, que formam a sua maioria, e os homens de génio e de talento, que formam a sua minoria, o escol do escol, por assim dizer. Aos primeiros exigimos espírito crítico; aos segundos exigimos originalidade, que é, em certo modo, um espírito crítico involuntário. Façamos pois incidir a análise que nos

propusemos fazer, primeiro sobre o pequeno escol, que são os homens de génio e de talento, depois sobre o grande escol.

Temos, é certo, alguns escritores e artistas que são homens de talento; se algum deles o é de génio, não sabemos, nem para o caso importa. Nesses, evidentemente, não se pode revelar em absoluto o espírito de imitação, pois isso importaria a ausência de originalidade, e esta a ausência de talento. Esses nossos escritores e artistas são, porém, originais uma só vez, que é a inevitável.

Depois disso, não evoluem, não crescem; fixado esse primeiro momento, vivem parasitas de si mesmos, plagiando-se indefinidamente. A tal ponto isto é assim, que não há, por exemplo, poeta nosso presente — dos célebres, pelo menos — que não fique completamente lido quando incompletamente lido, em que a parte não seja igual ao todo. E se em um ou outro se nota, em certa altura, o que parece ser uma modificação da sua «maneira», a análise revelará que a modificação foi regressiva: o poeta ou perdeu a originalidade e assim ficou diferente pelo processo simples de ficar inferior, ou decidiu começar a imitar outros por impotência de progredir de dentro, ou resolveu, por cansaço, atrelar a carroça do seu estro ao burro de uma doutrina externa, como o catolicismo ou o internacionalismo. Descrevo abstractamente, mas os casos que descrevo são concretos; não preciso de explicar, porque não junto a cada exemplo o nome do indivíduo que mo fornece.

O mesmo provincianismo se nota na esfera da emoção. A pobreza, a monotonia da emoção nos nossos homens de talento literário e artístico, salta ao coração e confrange a inteligência. Emoção viva, sim, como aliás era de esperar, mas sempre a mesma, sempre simples, sempre simples emoção, sem auxílio crítico da inteligência ou da cultura. A ironia emotiva, a subtilidade passional, a contradição no sentimento — não as encontrareis em nenhum dos nossos poetas emotivos, e são quase todos emotivos. Escrevem, em matéria do que sentem, como escreveria o pai Adão, se tivesse dado à humanidade, além do mau exemplo já sabido, o, ainda pior, de escrever.

A demonstração fica completa quando conduzimos a análise à região da vontade. Os nossos escritores e artistas são incapazes de meditar uma obra antes de a fazer, desconhecem o que seja a coordenação, pela vontade intelectual, dos elementos fornecidos pela emoção, não sabem o que é a disposição das matérias, ignoram que um poema, por exemplo, não é mais que uma carne de emoção cobrindo um esqueleto de raciocínio. Nenhuma capacidade de atenção e concentração, nenhuma potência de esforço meditado, nenhuma faculdade de inibição. Escrevem ou artístam ao sabor da chamada «inspiração», que não é mais que um impulso complexo do subconsciente que cumpre sempre submeter, por uma aplicação centripeta da vontade, a transmutação alquímica da consciência. Produzem como Deus é servido, e Deus fica mal servido. Não sei de poeta português de hoje que, construtivamente, seja de confiança para além do soneto.

Ora, feitos estes reparos analíticos quanto ao estado mental dos nossos homens de talento, é inútil alongar este breve estudo, tratando com igual pormenor a maioria do escol. Se o escol do escol é assim, como não será o não-escol do escol? Há, porém, um característico comum a ambos esses elementos da nossa camada mental superior, que aos dois irmana, e, irmanados, define: é a ausência de ideias gerais e, portanto, do espírito crítico e filosófico que provém de as ter. O nosso escol político não tem ideias excepto sobre política, e as que tem sobre política são servilmente plagiadas do estrangeiro — aceites, não porque sejam boas, mas porque são francesas ou italianas, ou russas, ou o quer que seja. O nosso escol literário é ainda pior: nem sobre literatura tem ideias. Seria trágico, à força de deixar de ser cómico, o resultado

de uma investigação sobre, por exemplo, as ideias dos nossos poetas célebres. Já não quero que se submetesse qualquer deles ao enxovalho de lhe perguntar o que é a filosofia de Kant ou a teoria da evolução. Bastaria submetê-lo ao enxovalho maior de lhe perguntar o que é o ritmo.

In *Fama*, nº 1, 30-11-1932, Lisboa

O PROVINCIANISMO PORTUGUÊS

SE, por um daqueles artificios cómodos, pelos quais simplificamos a realidade com o fito de a compreender, quisermos resumir num síndrome o mal superior português, diremos que esse mal consiste no provincianismo. O factor é triste, mas não nos é peculiar. De igual doença enfermam muitos países, que se consideram civilizantes com orgulho e erro.

O provincianismo consiste em pertencer a uma civilização sem tomar parte no desenvolvimento superior dela — em segui-la pois mimeticamente, com uma subordinação inconsciente e feliz.

O síndrome provinciano compreende pelo menos, três sintomas flagrantíssimos: o entusiasmo e admiração pelos grandes meios e pelas grandes cidades; o entusiasmo e admiração pelo progresso e pela modernidade; e, na esfera mental superior, a incapacidade de ironia.

Se há característico que imediatamente distingue o provinciano, é a admiração pelos grandes meios. Um parisiense não admira Paris; gosta de Paris. Como há-de admirar aquilo que é parte dele? Ninguém se admira a si mesmo, salvo um paranoico com o delírio das grandezas. Recordo-me de que uma vez, nos tempos do «Orpheu», disse a Mário de Sá-Carneiro: «V. é europeu e civilizado, salvo em uma coisa, e nessa V. é vítima da sua educação portuguesa. V. admira Paris, admira as grandes cidades. Se V. tivesse sido educado no estrangeiro, e sob o influxo de uma grande cultura europeia, como eu, não daria pelas grandes cidades. Estavam todas dentro de si».

O amor ao progresso e ao moderno é a outra forma do mesmo característico provinciano. Os civilizados criam o progresso, criam a moda, criam a modernidade; por isso lhes não atribuem importância de maior. Ninguém atribui importância ao que produz. Quem não produz é que admira a produção. Diga-se incidentalmente: é esta uma das explicações do socialismo. (Se alguma tendência têm os criadores de civilização, é a de não repararem bem na importância do que criam). O Infante D. Henrique, com ser o mais sistemático de todos criadores de civilização, não viu contudo que prodígio estava criando — toda a civilização transoceânica moderna, embora com consequências abomináveis, como a existência dos Estados Unidos. Dante adorava Vergílio como um exemplar e uma estrela, nunca sonharia em comparar-se com ele, nada há, todavia, mais certo que o ser a «Divina Comédia» superior à «Éneida». O provinciano, porém, pasma do que não fez, precisamente porque o não fez; e orgulha-se de sentir esse pasmo. Se assim não sentisse, não seria provinciano.

E' na incapacidade de ironia que reside o traço mais fundo do provincianismo mental.

(Por ironia entende-se, não o dizer piadas, como se crê nos cafés e nas redacções, mas o dizer uma coisa para dizer o contrário. A essência da ironia consiste em não se poder descobrir o segundo sentido do texto por nenhuma palavra dele, deduzindo-se porém esse segundo sentido do facto de ser impossível dever o texto dizer aquilo que diz). Assim, o maior de todos os ironistas, Swift, redigiu, durante uma das fomes na Irlanda, e como sátira brutal à Inglaterra, um breve escrito propondo uma solução para essa fome. Propõe que os irlandeses comam os próprios filhos. Examina com grande seriedade o problema, e expõe com clareza e ciência a utilidade das crianças de menos de sete anos como bom alimento. Nenhuma palavra nessas páginas assombrosas quebra a absoluta gravidade da exposição; ninguém poderia concluir, do texto, que a proposta não fosse feita com absoluta seriedade, se não fosse a circunstância, exterior ao texto, de que uma proposta dessas não poderia ser feita a sério.

A ironia é isto. Para a sua realização exige-se um domínio absoluto da expressão, produto de uma cultura intensa; e aquilo a que os ingleses chamam *detachment* — o poder de afastar-se de si mesmo, de dividir-se em dois, produto daquele «desenvolvimento da largueza de consciência» em que, segundo o historiador alemão Lamprecht, reside a essência da civilização. Para a sua realização exige-se, em outras palavras, o não se ser provinciano.

O exemplo mais flagrante do provincianismo português é Eça de Queiroz. E' o exemplo mais flagrante porque foi o escritor português que mais se preocupou (como todos os provincianos) em ser civilizado. As suas tentativas de ironia aterram não só pelo grau de falência, senão também pela inconsciência dela. Neste capítulo, «A Relíquia», Paio Pires a falar francês, é um documento doloroso. As próprias páginas sobre Pacheco, quase civilizadas, são estragadas por vários lapsos verbais, quebradores da imperturbabilidade que a ironia exige, e arruinadas por inteiro na introdução do desgraçado episódio da viúva de Pacheco. Compare-se Eça de Queiroz, não direi já com Swift, mas, por exemplo, com Anatole France. Ver-se-á a diferença entre um jornalista, embora brilhante, de província, e um verdadeiro, se bem que um limitado, artista.

Para o provincianismo há só uma terapêutica: é o saber que ele existe. O provincianismo vive da inconsciência; de nos supormos civilizados quando o não somos, de nos supormos civilizados precisamente pelas qualidades por que o não somos. O princípio da cura está na consciência da doença, o da verdade no conhecimento do erro. Quando um doido sabe que está doido, já não está doido. Estamos perto de acordar, disse Novalis, quando sonhamos que sonhamos.

In *Notícias Ilustrado*, 12-8-1928, Lisboa

PALAVRAS DE FERNANDO PESSOA, POR ELE-PRÓPRIO

ESCRITAS PARA A IMPRENSA EM 1916 E 1923

1

A NOSSA CRISE MENTAL

QUE pensa da nossa crise? Dos seus aspectos — político, moral e intelectual?

— A nossa crise provém, essencialmente, do excesso de civilização dos incivilizáveis. Esta frase, como todas que envolvem uma contradição, não envolve contradição nenhuma. Eu explico.

Todo o povo se compõe de uma aristocracia e de ele mesmo. Como o povo é um, esta aristocracia e este ele mesmo têm uma substância idêntica; manifestam-se, porém, diferentemente. A aristocracia manifesta-se como indivíduos, incluindo alguns indivíduos amadores; o povo revela-se como todo ele um indivíduo só. Só colectivamente é que o povo não é colectivo.

O povo português é, essencialmente, cosmopolita. Nunca um verdadeiro português foi português: foi sempre tudo. Ora ser tudo em um indivíduo é ser tudo; ser tudo em uma colectividade é cada um dos indivíduos não ser nada. Quando a atmosfera da civilização é cosmopolita, como na Renascença, o português pode ser português, pode portanto ser indivíduo, pode portanto ter aristocracia. Quando a atmosfera da civilização não é cosmopolita — como no tempo entre o fim da Renascença e o princípio, em que estamos, de uma Renascença nova — o português deixa de poder respirar individualmente. Passa a ser só português. Passa a não poder ter aristocracia. Passa a não passar. (Garanto-lhe que estas frases têm uma matemática íntima).

Ora um povo sem aristocracia não pode ser civilizado. A civilização, porém, não perdoa. Por isso esse povo civiliza-se com o que pode arranjar, que é o seu conjunto. E como o seu conjunto é individualmente nada, passa a ser tradicionalista e a imitar o estrangeiro, que são as duas maneiras de não ser nada. E' claro que o português, com a sua tendência para ser tudo, forçosamente havia de ser nada de todas as maneiras possíveis. Foi neste vácuo de si-próprio que o português abusou de civilizar-se. Está nisto, como lhe disse, a essência da nossa crise.

As nossas crises particulares procedem desta crise geral. A nossa crise política é o sermos governados por uma maioria que não há. A nossa crise moral é que desde 1580 — fim da Renascença em nós e de nós na Renascença — deixou de haver indivíduos em Portugal para haver só portugueses. Por isso mesmo acabaram os portugueses nessa ocasião. Foi então que começou o português à antiga portuguesa, que é mais moderno que o português e é o resultado de estarem interrompidos os portugueses. A nossa crise intelectual é simplesmente o não termos consciência disto.

Respondi, creio, à sua pergunta. Se V. reparar bem para o que lhe disse, verá que tem um sentido. Qual, não me compete a mim dizer.



...Era uma vez
um pastor que oprimia
um rebanho com
leis cruéis

- 1 OS CARNEIROS DEVEM SER
TOSQUIADOS E A SUA LÃ
SERÁ CONFISCADA
- 2 OS CARNEIROS COM MÁ LÃ
SERÃO ABATIDOS
- 3 OS CARNEIROS SÃO PROIBIDOS
DE FALAR EXCEPTO PARA
DIZER **MEEÉ!**



A carne dos carneiros tornou-se
de má qualidade e imprópria para
consumo e o pastor foi substituído

O novo pastor dotou o rebanho
com uma "Carta de Liberdades".



e todos os carneiros
fiéis, gritaram em
conjunto
MEEÉ!

continuação das notas da pág. 43

da mais numerosos com a idade de entrar na vida activa.' Informations OIT, vol. 13, nº 5, 1977.

² 'À medida que diminui a sua esperança de conseguirem um lugar na sociedade, não encontrando trabalho, ou mesmo de optarem pelo desemprego, certos jovens perdem o contacto com as realidades e procuram a evasão no álcool ou na droga. A própria sociedade está ameaçada pelo aumento dos casos que, entre os jovens, dependem da Polícia, e pela degradação da autoridade tradicional. Esta rebelião contra a autoridade introduz-se mesmo nos locais de trabalho, onde há jovens que sabotam a produção'. Cf. Youth Unemployment in the Industrialised Market Economy Countries: Social Aspects and Attitudes, Genebra, Ofício Internacional do Trabalho, 1977.

³ 'Proletariado y marginación', Palante!, nº 5, Abril de 1978, p. 25.

⁴ Le Monde du travail et du développement, OIT, Genebra, Junho de 1977, p. 8.

⁵ Ibid., Abril de 1978, p. 6.

⁶ Ibid.

NOTAS & APONTAMENTOS

DOS ESTUDANTES E DA SUA MISÉRIA

O panfleto De la misère en milieu étudiant foi reeditado em português, agora em livro (Edições Pasquim, 1978 - Apartado 65, Cascais). Da utilidade deste texto em França, quando em 1966 foi dado a público em Estrasburgo, dá-nos conta a proibição que o acolheu. então.

Não conhecemos a anterior ou anteriores versões portuguesas que têm circulado sob forma copiografada. Esta, infelizmente, é constituída por um texto literalmente aldrabado - nem vale a pena citar aqui os erros que, do princípio ao fim, o assinalam como literatura imprópria para consumo. Não se o pode, nesta medida, muito lamentavelmente, tomar a sério. A flagrante irresponsabilidade que terá presidido a esta iniciativa não é, de resto, apenas visível na péssima tradução, mas ainda na inteira falta de um acompanhamento informativo que este texto requer, tendo em conta o que é a miséria teórica entre nós difundida (dir-se-ia que a história da Internacional Situacionista, bem como certas noções que forjou, são entre nós coisas conhecidíssimas). Eis pois um livro que desejáramos francamente publicitar, e que acaba por ser apenas um esforço desperdiçado - coisa tanto mais lamentável quanto as energias e as possibilidades financeiras de difusão da teoria revolucionária se apresentam bem parcas entre nós. De la misère en milieu étudiant merece ser difundido, mas esperamos que uma sua próxima edição portuguesa não seja produzida pela inépcia, como esta.

Vem aliás a propósito citar um outro caso semelhante - dentre muitos, por certo -, o duma recolha de textos de Camatte com o título Declínio do Capitalismo ou Declínio da Humanidade? (Edições Espaço, Braga, 1976), cuja tradução é também um exemplo do singelo espírito de facilidade de certas boas vontades militantes ou antimilitantes. Por ironia, não é editor quem quer e pode. Um exemplo apenas nos ocorre, em sentido contrário (positivo): o das edições & Etc, do Vítor Silva Tavares, que os candidatos a editores/tradutores terão o maior interesse em acompanhar, nomeadamente através dos trabalhos modelares de Aníbal Fernandes e de Luiza Neto Jorge.



O FIM DA POLÍTICA

Os nossos camaradas de Bordéus da ex-Union Ouvrière (ainda temos, a preços verdadeiramente simbólicos, alguns dos seus textos que editámos em português) publicaram há pouco um livro - de excelente apresentação (impresso por eles próprios) - que representa, por assim dizer, o finale duma actividade iniciada, em 1973, pela ruptura com a mais importante organização trotskista francesa, Lutte Ouvrière. O livro, de 56 páginas, arvora o belo título de La Politique mise à nu par ses célibataires même/ essai d'anatomie, vite/ par quel que mauvaise-tête anti-parti. E diz (muito em resumo) isto: 'É mais que certo. A política é a fe-licidade moderna. De todos os entusiasmos em decepção, só ela terá guardado, ainda, um espaço - terrível - para o êxtase público. E não por ter reservado aos desgraçados homens destes tempos me-mos mártires, chicotadas e duras decepções do que

aos seus predecessores - mas por ser, propriamente, a sábia estupidez de um mundo...'

No sumário: - D'une bêtise. Quelle est, à ce monde, un bonheur. - Que la Raison et la Vertu hoo-liganisent leurs célibataires. Et comment. Et pourquoi. - De l'universel et du singulier. Que le premier, ventriloque, cannibalise le second, qui seulement bégaie. - Aperçus du genre d'exploits que l'on este en droit d'attendre des diffuseurs de ce libelle.

Pedidos para a nossa revista (10 F cada exemplar).



MARX CRÍTICO DE MARX de João Bernardo

Os termos teoria e teórico aplicam-se, na aceção mais comum, quase indiscriminadamente a toda a espécie de textos e de produtores de textos. Mas, singelamente, é mister notar-se que entre nós os teóricos se contam pelos dedos, e que nem sequer pelos dedos se contam aqueles que de teoria comunista se ocupam. Este trabalho de João Bernardo, em três volumes, (Afrontamento, 1977) assinala pois um labor teórico bastante invulgar entre nós, e antes de mais por isto mesmo se o regista aqui. A singularidade deste trabalho - como aliás de um precedente, do mesmo autor, (Para Uma Teoria do Modo de Produção Comunista, Afrontamento, 1975) - verifica-se também neste simples facto de, sendo toda a gente tão nacionalista em Portugal e tratando-se bizarramente J.B. de um 'autor português', estes livros passarem quase despercebidos aos gloriosos críticos que escrevem na imprensa normal. Assim, quem ainda se lhes referirá nesta imprensa serão pessoas que, sendo amigas do autor, acompanham de modo mais próximo aquilo que publica (Miguel Serras Pereira, na Vida Mundial, em 75, Artur J. Castro Neves, no Diário de Notícias de 27-7-78). Seria por certo curioso indagar de onde vem um tal desinteresse, se aquela crítica nos merecesse um qualquer respeito intelectual. Não sendo esse o caso, o enigma fica para quem gostar de charadismo português.

Tudo isto, do ponto de vista da teoria comunista, é sintomaticamente evidente, e assinalando-o apenas se assinala uma determinada miséria envolvente, que é prática antes de ser teórica. Miséria esta que aliás J.B., na Introdução ao 1º vol. de Marx Crítico de Marx muito utilmente refere com pormenor ao mostrar a que ponto O Capital, na sua versão portuguesa que maior êxito editorial constituiu, após 1974, é uma edição boa para atirar fora, de tal forma se encontra falsificada, truncada e pessimamente traduzida.



O MERIDIANO DA REVOLTA

Publica-se em Faro, mensalmente, e chama-se O Meridional - um novo jornal anarquista 'regional', que se apresenta como um órgão de grande vitalidade inconformista. Um senão: o retomar dramatizado, exasperado mesmo, de velhas polémicas entre os famosos grandes chefes Águia Vermelha (Karl Marx) e Águia Negra (Bakunine), caracteriza O Meri-

dional como um jornal demasiado doutrinário. Apesar de ser muito bem escrito, num estilo agressivo de quem pensa, e de por essa razão se destacar dentro a imprensa anarquista em Portugal, mantém perante o anarquismo um comportamento 'ideológico', visível no seu 'antimarxismo' militante.

Endereço: Praça Alexandre Herculano, 24 - Faro.
Assinaturas (12 números): 120\$00.



VIDA DE UM OPERÁRIO NUM PAÍS DE LESTE (SALÁRIO À PEÇA), de Miklos Haraszti

Numa edição barata (110\$00) da Livros do Brasil foi publicado em português este livro sobre a realidade social húngara, baseado na análise duma experiência vivida pelo autor como operário à peça em diversas fábricas metalúrgicas. De modo minucioso, Haraszti procede à desmontagem do sistema do salário à peça (considerado por Marx 'o mais conveniente ao modo de produção capitalista', e metamorfoseado em 'salário socialista por excelência' pelos capitalistas de Estado), não deixando dúvidas a quem ainda as tenha sobre a similaridade do capitalismo no Ocidente e nos países de Leste.



HUNGRIA 1956: UMA REVOLUÇÃO OPERÁRIA

de Bill Lomax

Com o título reproduzido acima vai ser publicada pela editora de Lisboa Perspectivas & Realidades o primeiro livro entre nós disponível sobre um acontecimento essencial da história contemporânea: a Revolução Húngara de 1956. 'O facto - conforme se refere na Nota Introdutória - merece ser assinalado, pois constitui uma evidente revelação daquilo que continua na realidade a ser o internacionalismo em Portugal. Com efeito, se há esforços e dinheiro disponíveis para nos darem a conhecer, num luxo de detalhes, o charme discreto dos golpes de Estado que afligem os cronistas das aparências, o mesmo não acontece com os dramas revolucionários que mexeram (ou mexem) na medula da sociedade de classes mundial'.



TRANSCENDENTALISMO

Tendo em conta a importância que também entre nós vêm adquirindo, à medida das novas frustrações urbanas, os refogados ideológicos neo-místicos, de tipo orientalista (basta ir a alguns restaurantes macrobióticos de Lisboa para disso se ter uma pálida ideia), damos aqui, de borla, uma notícia que por certo alegrará essa plêiade de jovens convertidos às novas religiões, extraída dum singular e luxuosíssimo jornal com o título World Government News (Suíça, Abril 1978, nº 4), presidido, este governo mundial, pelo seu fundador, Maharishi Mahesh Yogi, o qual supomos ter uma qualquer relação com as Nações Unidas. Diz a notícia: 'Milhares de militares, em muitos países, entre os quais a Alemanha Federal, a Noruega, os EUA, a Índia e Israel,

encontram-se já a praticar o programa de Meditação Transcendental. As suas experiências demonstram claramente os inumeráveis benefícios deste programa no respeitante ao pensamento, ao corpo e à forma de ser das pessoas. O Conselho Militar Supremo do Governo Mundial da Idade da Claridade convida agora cordialmente os militares de todos os países a verificar tais benefícios para eles próprios e a usar este programa para cumprirem o seu papel supremo no sentido de tornarem a sua nação invencível.' Espera-se pois que o Exército português possa ver-se também modernizado com tais técnicas, que lhe poderão ser ministradas por essa legião de novos reformistas da vida quotidiana transcendental que já se vê, também entre nós, crescer.

Na foto: 'Tropas norueguesas praticando a técnica da Meditação Transcendental'.



DA MISERIA DAS N DISCUSSÕES

No dia 11 de Maio, no Centro Nacional de Cultura, em Lisboa, a revista Raiz & Utopia promoveu - com muita gente nova presente - um debate aberto sobre o movimento de Maio 68 em França. Da sua prevista utilidade, umas sombras: foi a frustração que acabou por o caracterizar. Onde virá, porém, uma tal frustração? Com um número considerável de presentes, houve uma meia dúzia de intervenções: eis, por certo, onde ela começa. E ficou-se (nós ficámos) com este sentimento: dez anos depois da subversão de Maio, o grau de informação sobre o movimento, da parte talvez da maioria dos presentes, dever-se-ia limitar a algumas das imagens do que entretanto se espectacularizou na publicidade das mais diversas mercadorias: 'a imaginação ao poder' e tutti quanti. O que, a ser real a nossa impressão, põe um problema: o da aparente falta de interesse pelos dramas revolucionários que têm abalado o nosso século. Pois, se não, como compreender a 'impunidade' com que certas debilidades gritantes são expostas, sem a reacção do riso ou outra? Por ex., a interrogação, aliás espontânea, de um estudante: sim senhor as ocupações de fábricas, mas será que depois os operários continuariam a produzir, não se daria uma baixa de produtividade?...

Como é habitual neste tipo de debates (raros, de resto), há sempre quem acabe por manifestar que afinal não se sai dos 'discursos', etc., e quem, na mesma onda, acabe por propor um qualquer paliativo modernista à ordem discursiva, como, por ex., fazer-se um baile 'para aproximar as pessoas'. O que, naturalmente, só mistifica o que nisto está em causa: nada se ter de radical para dizer mesmo sobre algo como Maio 68. A generalidade das poucas intervenções - a atestar as limitadas exigências revolucionárias que por cá se vão pondo - ficou-se por um conteúdo banalmente democrata, com tinturas ecológicas, é claro. O que não será de estranhar, tendo em conta que muito provavelmente o conhecimento médio sobre Maio 68 é em grande parte o fornecido por gente como Alain Touraine (citado no debate) - um dos neo-reformistas que proclamou, contra a agitação estudantil em Nanterre, onde era profe, que o que queria era poder trabalhar no seu métier...

RESENHA DE GAZETAS

ZEROWORK, nº 2, 1977, US\$2,50. No sumário: Food, Famine and the International Crisis; National Liberation, Socialism and the Struggle Against Work: the Case of Vietnam; Money in the World Crisis; Developing and Underdeveloping New York: the 'Fiscal Crisis' and the Imposition of Austerity. (Endereço: Apartment 7, 417 East 65th St., New York, New York 10021.)

NEGACIONES, nº 5, Primavera 1978, 90 ptas. / Poderes y estrategias; Los disidentes de la Europa comunista. Eurocomunismo. Estalinismo; Los Jusos y la izquierda alemana; La revolución de octubre; Kautsky en España; Crítica de la familia; Portugal: Otra revolución traicionada? (San Bernardo, 34 - Madrid 8)

INTERROGATIONS, nº 14, Abril 1978, 2 dólares US. / Technobureaucracy and city life; Per una definizione dei nuovi padroni; Les nouveaux maîtres: confluences et particularités latino-américaines; La classe alta franquista española. (via G. Reni, 96/6, 10136 Torino, Itália.)

RAIZ & UTOPIA, nº 3-4, 1977, 160\$00. Número duplo, com um longo sumário, de onde destacamos, na rubrica Ecologia e Sociedade, 'Medicina, Saúde e Poder', de Rui Calapez e Fernando Sacramento. Neste nº, ainda, aquilo que caracteriza a R & U: um 'fourre-tout' das classes médias em dissidência ou nem isso, porque se obriga a dar voz, por ex., a um imbecil social-democrata new-lookzito, que evidentemente também é partidário da utopia, dados 'os aspectos inegavelmente positivos que, para a própria política, (sic!) a utopia contém em si'. (Apartado 3035, Lisboa 3.)

DISSENSO EST/OUEST, 1000 liras cada nº (publicados três números). Revista documental sobretudo consagrada às questões dos países ditos socialistas. Seleção de artigos dos números 1 e 2: Germania, il movimento degli studenti 1960-76; Ristrutturazione e scioperi in URSS; Il lavoro nero nei paesi socialisti; Lotte proletarie in Cina; Pliujsc, su samidzat e tamydzat; USA 1873-1893: 'Piombo agli affamati'; Charta 77, testo integrale; Polonia: lettera ai rivoluzionari; Il cottimo alla Csepe (Hungria); L'impero russo: imperialismo, multinazionali ed operai; Testimonianze di scioperi in URSS; Il sindacato in URSS; Il rifiuto del lavoro in USA. (Via S. Quirico, 7 - 06059 Todi (PG), Itália. Assinaturas para o estrangeiro: 6000 liras, pagamentos à ordem de Luciano Seccaroni, Casella postale 50, 06059 Todi (PG), Itália.)

ECHANGES, boletim copiógrafado do grupo Echanges et Mouvement (Paris, Londres, Lelystad - Holanda). Recebe-se só por assinatura, preço correspondente a 10 FF, remetendo vale internacional ou bancário para Henri Simon, 29 Troutbeck, Albany St., London NW 1. Trata-se dum boletim de informações, por vezes preciosas, sobre o movimento social internacional, e sobre publicações a ele referentes.

SPARTACUS, nº 10, Julho-Agosto 1978, 4 FF. Do sumário: A bas le travail! A bas le prolétariat!; Italie: éléments de discussion ouvrière; Le singulier rôle du PCI; Aus origines de la gauche allemande; Pannekoek, autogestion, parti, conseils ouvriers; Un journal des femmes libertaires; Autopsie de la 'Nouvelle philosophie'. (5, rue Ste. Croix-de-la-Bretonnerie, 75004 Paris. Para informações sobre o sistema de assinatura, bastante barato, das edições Spartacus, que incluem a revista Spartacus, escrever para a nossa revista ou perguntar na livraria Contra a Corrente, em Lisboa.)

BICICLETA, nº 7, Junho-Julho 1978, 75 ptas. Do sumário: De la domesticación a la huelga salvaje; Dossier elecciones sindicales; Crónicas del 1º de Mayo; Legislación laboral básica; IFA, Internacional anarquista; Los mundos de todos los mundos; Programa nuclear español; La huerta urbana. - Revista próxima da CNT. (Calle Pirilla del Valle, 1 - Madrid 2.)

LA GUERRE SOCIALE, n° 2, Primavera de 1978, 10 FF. / Misère du féminisme; La question de l'Etat; Un numéro spécial du Monde diplomatique; Préliminaires à une étude de la gauche en France; Les luttes de classes au Portugal; Copinage; Age de pierre, âge d'abondance; Le 14 juillet 77 à New York; A propos du n° 1 de la Guerre Sociale. (2, rue Wurtz, 75013 Paris.)

L'INJURE SOCIALE, n° 6, Abril 1978, 3 FF. / Ce qui danse dans le désastre; Hors le Droit; Pour introduire à quelques mauvais coups. (BP 63, 75722 Paris Cedex 15.)

ANARCHISMO, n° 19, 500 liras. / Il nostro ruolo nello scontro in atto; Cambiare tutto perché tutto resti uguale; Brevi note su antipsichiatria e nuovo movimento; La 'nuova filosofia' antiautoritaria e l'anarchismo; L'autonomia proletaria; Unidal: una proposta a tutto il movimento; La militarizzazione delle carceri; Portogallo: un'altra rivoluzione tradita?; Recensioni; Documenti. (Casella postale 61 - 95100 Catania, Italia.)

ACÇÃO DIRECTA, n° 11, Abril-Maio 1978, 7\$50. No sumário: Abaixo a Democracia! Ravachol, 'anarco-bandido-de-delito comum'; Alguns aspectos essenciais da acção dos anarquistas; Vaga de repressão na Grécia Democrática; O Tarrafal e o culto dos mortos - O Culto da carne morta. (Apartado 21191, Lisboa 2.)

A IDEIA, n° 10, Primavera 1978, 10\$00. / Atitude da IFA face ao terrorismo; Bases ideológicas do anarquismo; Pacto de associação; Perspectivas de revo-

PALANTE!, n° 5, Verão 1978, 40 ptas. / Notas sobre el poder e invitación a la destrucción del Estado; Coordinadora de presos en lucha; Mujer: lucha por tu liberación; Tesis sobre anarquismo y marxismo; La hora cero del capitalismo; La tierra recibió un gran golpe de Estado universal (banda desenhada); Proletariado y marginación. (Assinaturas estrangeiro, um ano: 600 ptas., para Enrique Fernandez, Cuenta postal n° 1907758, Caja Postal de Ahorros, Madrid.)

ASKATASUNA, n° 23, Maio-Junho 1978. / Do sumário deste número: Euskadi hoy; Comités antinucleares de Bilbao; Rentería: un movimiento urbano asambleario; La CNT y algunas de sus contradicciones; Apuntes para una hegemonia revolucionaria; Nuevas formas de lucha y actuación obrera; Dossier represión (sobre Espanha). (Assinaturas, um ano: 1200 ptas., para Apartado de Correos n° 1682, Bilbao, Vizcaya; pagamento de assinaturas: Banco Santander, Agencia n° 6, n° de cuenta 25198, Bilbao, Vizcaya.)

EL TOPO AVIZOR, n° 8-9, Maio 1978, 50 ptas. / Espectaculo del terrorismo y terrorismo del espectáculo; Guerra y guerrilla en el cuerno de Africa; Bombas estelares; Argentina y los custodios foraneos del 'proceso': EEUU y URSS; El movimiento libertario francés; Anarquismo, sindicalismo y autonomismo; USA: modelo de civilización; La miseria revolucionaria; Conocer tu cuerpo; Volver a la naturaleza; Las drogas duras; La represión en Bulgaria; El fetichismo de la ilegalidad; Terrorismo y disidencia. (Assinaturas, um ano: 325 ptas. Correspondência: Apartado 2763, Barcelona ou 15 rue Gracieuse, Paris 5.)

COLLEGAMENTI PER L'ORGANIZZAZIONE DIRETTA DI CLASSE, n° 3-4, Maio 1978, 2000 liras / Do sumário: Elementi di dibattito operaio (Alcune ipotesi politiche; Ristrutturazione, composizione di classe e lotta operaia a Milano; Il potere operaio nella ristrutturazione); Gestione della crisi: un caso concreto, l'Unidal; Il movimento dei disoccupati nella ristrutturazione del potere e della produzione a Napoli; Cagliari: lotte operaie e movimento dei non garantiti; La crisi del lavoro salariato in Gran Bretagna; Note sull'esperienza di lotta armata in Italia; Documenti (La rivoluzione sta dietro una porta? Chiamiamo di aprire quella giusta); Materiali di ricerca storica e teorica (Taylor in Russia; Autonomia di classe o autonomia del politico; L'esperienza proletaria); Recensioni (Gli sviluppi del dibattito sul movimento dei disoccupati; Le masse, l'inchiesta e noi). (Contactos para Gianni Carrozza, CP 1362, 50100 Firenze, Italia. Assinaturas estrangeiro: 30000 liras - pagamentos para Giovambattista Carrozza, Via Puccinotti 99, 50100 Firenze, Italia.)

Alguns locais onde se pode encontrar a S.I.

Faro

Sotavento
Praça Alexandre de Gusmão, 24

Aveiras de Cima

Café de João Luís
dos Santos

Lagos

Livraria Garrett

Cascais

Livraria Galileu
Av. de Valbom, 244

Porto

Livraria Daninha
Rua Conceição, 80 - loja 9

Tomar

Livraria Ah-Um

Montijo

Centro Libertário
Rua Manuel Nunes Almeida,
n.º 32

Aveiro

Livraria Vieira da Cunha
Av. Dr. Lourenço Peixinho
Estante
Av. 5 de Outubro, 47-49



Lisboa

Livraria Biblioteca da Co-
muna - Teatro de Pesquisa
na Praça de Espanha

Opinião

Rua Nova da Trindade, 24

Contra a Corrente
Rua da Atalaia, 204

Almeirim

Av. do Uruguai, 13-A
(Benfita)

Quadrante

Av. Luís Bivar, 85-C

Compasso

Rua Saraiva de Carvalho, 268-C

Assírio e Alvim

Terminal do Rossio
Rua Passos Manuel, 67-B

Itau

Rua de Entrecampos

Bertrand

Rua Garrett, 73

Rua Dr. João Soares, 4-A
(Campo Grande)

Diário Notícias

Rossio, 11

Centro Livro Brasileiro
Rua do Ouro, 160

Índice dos números anteriores de S.I.

Nº 1 (esgotado)

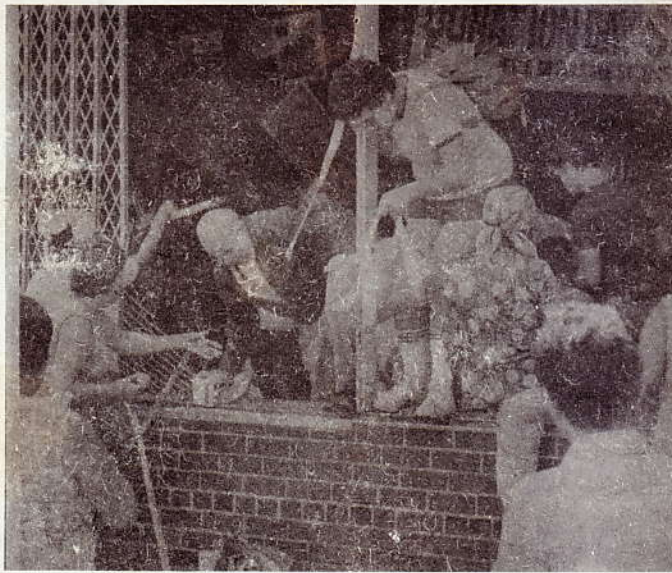
- S.I., Introdução & Notas. - O Fim da Tran-
quilidade: Delinquência & Progresso. - Roubos
de Bancos: um Eterno Problema? - Mulher, Ob-
jecto de Cama & Mesa. - Aspectos do Novo Mo-
vimento Operário em Espanha. - Sobre o Conteú-
do do Movimento Social Pós-Franquismo. - A re-
forma Agrária em Portugal: um Balanço. - No-
tas & Informações de e sobre a Rote Armee
Fraktion, dita 'Grupo Baader-Meinhof'.

Suplemento ao nº 1: Brochura 'A Rote Armee
Fraktion e a Alemanha Federal' (esgotado)

Nº 2 (restam alguns exemplares; cada 25\$00)

- Na Hora da Nossa Morte. - Crítica da S.I.
- Da Comunidade Primitiva ao Primitivismo do
Engate/I. - Depois de Marx, Abril: a Itália.
- O Movimento Capitalista em Portugal. - Dis-
cussão sobre a RAF e o Terrorismo. - No Me-
tropolitano. - Portugal Através Duma Lupa.
- Grã-Bretanha: o Movimento Grevista, 1977.
- Correspondência de Espanha. - O Brasil Tá
Pegando Fogo.

Director: J. M. Carvalho Ferreira * Redacção e Administração: Chãs de Semide,
Coimbra * Tiragem: 1000 ex. Composição e Impressão: Gráfica 2000, Rua Sacadu-
ra Cabral, 89-A, Cruz Quebrada.



Durante uma violenta tempestade, no dia 13 de julho de 1977, às 21.30, um raio atinge um cabo da central nuclear de Indian Point, a norte de Nova Iorque. Obedecendo rigorosamente às leis da electricidade, todas as estações próximas de Nova Iorque, esgotadas pela fortíssima procura e pela súbita defeição da de Indian Point, rebentavam uma a seguir à outra, mergulhando a cidade na escuridão completa.

Menos de uma hora após ter-se verificado a avaria, que neutralizava os sistemas de alarme e de vigilância electrónica, e desorganizava a actividade urbana no seu conjunto, ia começar uma pilhagem que duraria mais de 25 horas e atingir e atingir uma boa parte da bicharada.

O relâmpago que caiu no dia 13 de julho não esboçou, talvez, de uma vez, a forma do novo mundo, mas nem por isso é menos revelador da fragilidade do antigo. Fragilidade, aliás, crescente: aquando duma avaria semelhante, no mesmo local, em Novembro de 1965, as pilhagens podiam contar-se pelos dedos das mãos, tendo então sido os engarrafamentos os únicos problemas sérios.

Numa das maiores cidades do mundo, onde se encontra a maior concentração de empresas, foi a realidade da paz social que se viu em dia: um consenso na verdade bastante frágil, que a menor ocasião pode pôr de pantanas.

Pode glosar-se sobre este ou aquele detalhe do acontecimento, falar das causas da avaria — da responsabilidade da companhia da electricidade, da relação entre a crise e este caso (redução dos investimentos da companhia, despedimento de 15% dos bombeiros da cidade, etc.) —, da ausência de controlo directo do Estado neste sector-chave, que torna mais difíceis as interconexões, ou ainda do papel do ar condicionado, a verdade é que o essencial está nisto: este sistema da troca, que todas as ideologias procuram impingir-nos como coisa natural, ou pelo menos insuperável, só se mantém graças a uma relação de força militar e policial: produz-se uma desorganização do sistema, rebentam os fusíveis, a relação de forças inverte-se momentaneamente — e os armazéns ficam entregues à bicharada.

As pilhagens efectuadas em Nova Iorque não foram obra de especialistas ou de grupos limitados, como, por exemplo, os drogados, os quais, completamente dominados pelas suas necessidades, bifurcam quantidades industriais de toda a espécie de coisas para poderem obter a sua dose diária de heroína. A maior parte dos comentadores notaram a diversidade das pessoas que pilhavam, que iam do 'honesto' pai de família ao jovem 'marginal', misturando-se gente de todas as idades e 'categorias sociais' (excluindo os moradores de certos bairros bem, que preferiam ser conduzidos às suas casas de campo, os quadros de consciência pouco tranqüila que não se atreviam a sair de casa ou os artistas de Greenwich Village, que continuavam a tocar guitarra). Se foi possível um polícia declarar: 'Não vai ficar nada para comer no Bronx. Todas as lojas de alimentação ficaram vazias', se foi possível um outro dizer: 'Não ficou um único televisor num armazém de Harlem', foi porque o movimento se mostrou, apesar de tudo, bastante lato... De resto, se 3500 'gatunos' foram detidos, teria podido haver muitos mais se as algemas e as prisões não tivessem faltado (sem contar a falta de entusiasmo de uma boa parte dos polícias, a neutralização de uma outra boa parte pelos ascensores e a autodefesa dos 'gatunos', feita com garrafas, latas de conserva vazias ou cheias, utilização de shotguns e outras armas de fogo desviadas nos armazéns de armamento).

A organização da pilhagem impôs-se por si mesma: incêndios de diversão e uso de armas; tarefas partilhadas entre alguns 'espíes', que assobiavam avisando da chegada dos chuis, e os que se encarregavam dos armazéns; 'gatunos' motorizados vindos de carro ou de carrinha para com eles rebentarem as armazéns de ferro ou facilitar o transbordo dos produtos desviados; famílias de 'respeitáveis cidadãos' que se encarregavam do reabastecimento, com o pai e a mãe à frente e as crianças atrás, equipadas com sacos.

Não é a quantidade que falta: 50 Chrysler Pontiac novinhos em folha desaparecidos das montadoras; armazéns completamente esvaziados ('Levaram tudo, até as amostras expostas nas montadoras', declarava o proprietário dum armazém de bebidas alcoólicas e licores; neutro sítio: 'Até levaram as portas e as janelas'); no Bedford-Stuyvesant um homem foi encontrado com 300 obturadores de bancas de cozinha, e um outro com uma caixa cheia de... Os defensores da ordem, os partidários da moral, não faltavam: 'Rifei

uma colecção completa de lençóis e de cobertas... Obrigadinho, pá!' (um 'gatuno' para um proprietário que chegou tarde demais), 'Os preços subiram demasiado. Agora já não haverá preços nenhuns. E quando tivermos acabado já nem haverá Broadway' (um homem novo e pobre, do Bushwick), 'O Pai Natal voltou, dá-me qualquer coisa!' (uma criança para um proprietário dum joalheria esvaziada), 'Há muito que não tínhamos uma oportunidade como esta' (um cidadão respeitável para os polícias que o detinham).

É preciso sublinhar a falta de pressa duma parte considerável das forças da ordem, sem dúvida produto dos despedimentos e da estagnação dos salários mas, mais ainda, do medo puro e simples: 'No apogeu da desordem, entre as 22 e as 9 horas, a Polícia só pôde juntar 8000 homens num total de 25000 agentes e inspectores. Cerca de 10 mil dentre eles, que não estavam doentes nem de férias, aparentemente abstiveram-se de respeitar a ordem do responsável da Polícia no sentido de retomarem imediatamente o serviço' (The New York Times). Os dirigentes religiosos enviados em seu lugar viram-se e desejaram-se para conseguir fazer-se ouvir, e os seus discursos rapidamente foram cobertos pelo barulho das sirenes, pelo tumulto das ruas e pelos assobios. Mesmo os polícias que se encontravam de serviço nem sempre demonstraram o rigor que desejariam os proprietários e os defensores da propriedade: como, por ex., os dois chuis que, segundo a revista Time, vêem um rapaz transportar uma caixa de garrafas de uísque, perto duma loja de bebidas que tinha sido esvaziada, e que, após as perguntas habituais, se contentam em dizer-lhe que tome bem conta dela ao levá-la para casa, mais prontos a beber um copo do que a fazer o seu miserável trabalho de polícias.

A consciência de ser enganado em permanência é particularmente notada nos 'gatunos': um lojista constata que 'eles entraram muito simplesmente e levaram tudo, como se fosse um direito deles'; um oficial da Polícia declarava: '... um uniforme azul já não tinha qualquer significado. Eles não podiam compreender por que queríamos detê-los'; um 'gatuno' afirmava: 'Todos os comerciantes são uns ladrões'. E uma jovem negra fazia notar: 'Vejam lá, as batas custam 18 dólares e as alpergatas 24. Quem é que quer comprar alpergatas a 24 dólares? O Carter não nos dá o que queremos. Não nos dá coisíssima nenhuma: é por isso que é preciso que nós próprios deitemos mão às coisas. (...) Vocês pensam que é tá mal fazê-lo, é porque ainda não perceberam nada'. Por toda a parte numerosos 'gatunos' falam livremente aos jornalistas, mostrando-lhes com orgulho o que apanharam. Apesar dos aspectos democráticos e politiqueros, foi também este sentimento que se pôde constatar na criação, alguns dias depois, duma comissão de defesa dos participantes na pilhagem detidos.

O jornal L'Humanité, tal como a agência de imprensa russa Tass, dá-se ao luxo de ver neste movimento a acção dos 'pobres do Bronx' e dos 'deserdados' que protestariam contra as suas condições de existência. Podem imaginar-se as palavras de simpatia que seria possível encontrar no Humanité se a mesma coisa se passasse em Paris, e os comunicados da agência Tass quando de pilhagens de grande escala em Moscovo...

Os limites do movimento estão ligados às próprias causas do seu aparecimento: tratou-se mais duma boa ocasião a aproveitar do que duma insurreicção. Foi assim que alguns velhos hábitos perduraram: bifar na 'presa de guerra' do vizinho (viram-se negros desenharem um japonês duma grande quantidade de camisolas, ou uma família de chicanos deitar a mão às sapatilhas duma rapariga negra), ou armazenar para vender no mercado negro. Mas estes comportamentos não se generalizaram, e a emergência do novo não estava ausente: um centro de distribuição foi espontaneamente organizado num cruzamento de Brooklyn, onde foram dispostas pilhas de mercadorias roubadas, prontas a ser levadas. A atmosfera e os elos criados entre os participantes assemelhavam-se por vezes fortemente aos que surgem aquando de movimentos insurreccionais e revolucionários: 'Isto é mesmo uma beleza. Tenho a impressão de estar numa festa', declarava uma jovem.

A importância do que se fez reside tanto na pilhagem em si, na sua negação das relações mercantis, como na vontade e na capacidade que revelou, as quais se mostrarão ulteriormente capazes de se transformar em projecto positivo. O comunismo começa por esvaziar os armazéns, mas o seu problema reside em os encher de outro modo.

(Extraído da revista La Guerre Sociale, Primavera de 1978)

J. Cade